

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**RESGATE DA HISTÓRIA DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO
INTEGRAL À CRIANÇA “PAULO DACORSO FILHO” NA UFRRJ E A PERSPECTIVA
DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM UM CENTRO DE ENSINO E PESQUISA
APLICADO À EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA**

MARILIA MASSARD DA FONSECA

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

RESGATE DA HISTÓRIA DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA PAULO DACORSO FILHO NA UFRRJ E A PERSPECTIVA DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM UM CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADO À EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA

Marilia Massard da Fonseca

Sob a orientação da Professora
Dra Suemy Yukizaki

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação Educação Agrícola, Área de Concentração em Agrícola.

Seropédica

Março de 2010

630.71

F676r

T

Fonseca, Marília Massard.

Resgate da história de implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho na UFRRJ e a perspectiva de sua transformação em um centro de ensino e pesquisa aplicado à educação Agroecológica / Marília Massard Fonseca - 2010. 156 f.: il.

Orientador: Suemy Yukizaki.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 66-71.

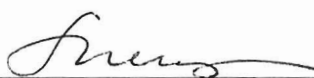
1. Ensino agrícola - Brasil - Teses. 2. Ecologia agrícola - Brasil - Teses. 3. Educação integral - Teses. I. Yukizaki, Suemy. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

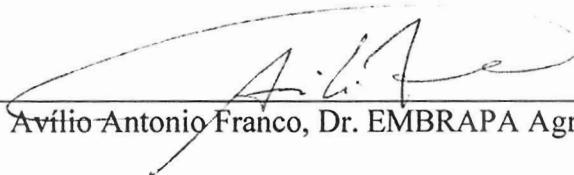
MARILIA MASSARD DA FONSECA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

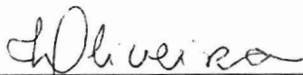
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31 de março de 2010.



Suemy Yukizaki, Dra. UFRRJ



Avílio Antonio Franco, Dr. EMBRAPA Agrobiologia/FINEP



Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ

Quero ser lembrado como alguém que amou os homens, as mulheres, as plantas, os animais, os rios, a Terra. (PAULO FREIRE, 1997)

DEDICATÓRIA

Ao meu companheiro Aivaldo Henrique da Fonseca pelo exemplo de vida e aos meus filhos Elize Massard da Fonseca e Henrique Massard da Fonseca pelo respeito, dedicação e comprometimento com a nossa história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Profa Dra Suemy Yukizaki que a vida nos permitiu trabalhar juntas e soubemos com esta oportunidade construir muito mais que uma relação profissional, mas uma sólida amizade, a quem agradeço pela oportunidade e dedico o meu respeito e a minha admiração.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por extensão ao Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA, na pessoa de seus Coordenadores Prof.Dr. Gabriel de Araujo Santos e Profa. Dra Sandra Barros Sanches, por permitirem aos profissionais das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, dentre eles eu me incluo, de terem a oportunidade de ampliar a sua formação acadêmica, fato que mudou a história de muitos destes profissionais e destas escolas. Estendo também este agradecimento a cada Professor da Turma 2-2007 que em suas aulas apresentou temas e estudos enriquecedores para a nossa formação. Ainda neste mesmo sentido agradeço a Turma 2-2007 pela solidariedade e saudável convivência.

A atual Direção do Colégio Técnico da UFRRJ e a todos os meus colegas de trabalho pelo apoio e pelos muitos anos de convívio.

A Escola Agrotécnica de Alegre-ES, hoje Instituto Federal de Educação do Espírito Santo, e aos proprietários do Sítio Quatro Irmãos de Vila do Café, Alegre ES, agradeço pela acolhida durante a realização de meu estágio pedagógico e profissional, respectivamente.

Aos entrevistados que não pouparam esforços e gentilmente cederam um espaço de seu precioso tempo para contribuírem com este estudo. Especialmente, ao Prof. Hugo Edson Barbosa de Rezende que já se encontra aposentado, mesmo assim, colocou-se disponível e ofereceu informações valiosas.

Ao Dr. João Paulo Guimarães Soares da Embrapa – Agrobiologia pelas contribuições efetivas durante o planejamento da presente pesquisa.

O meu profundo agradecimento, reconhecimento e admiração a todos os profissionais, pais e alunos do CAIC Paulo Dacorso Filho. Agradeço-lhes nas pessoas das professoras Glória Lidia de Oliveira Franco, Diretora Adjunta (1994-1997), que com eficiência, disciplina e serenidade propôs e liderou vários programas educativos junto aos funcionários, pais e alunos do CAIC; e a Profa Carmen Oliveira Frade, atual Diretora Geral do CAIC, pela seriedade e dedicação demonstradas no dia - a - dia desta tão importante instituição; como também pela constante e eficiente presença na Gestão 2005-2009.

Aos meus amigos e companheiros de muitas horas de trabalho e reuniões envolvendo a gestão do CAIC Paulo Dacorso Filho pela UFRRJ, Professor Dr. Ricardo Mota Miranda; Profa Dra Ana Maria Soares Dantas e Profa Dra Suemy Yukizaki. Além disto, gostaria de elogiar seus encaminhamentos ao assumirem a gestão da UFRRJ em 2005, quando não pouparam esforços em

defender o vínculo do CAIC Paulo Dacorso Filho com a UFRRJ e assim se fizeram presentes nos momentos mais difíceis dessa instituição. O meu muito obrigada, pela confiança, pelo diálogo, competência e ética, diante dos conflitos existentes na época.

Ao Sr Basílio Pena de Vasconcelos que representou os pais de alunos do CAIC nos anos de 2005, 2006 e 2007, tendo sido atuante na busca pela identificação jurídica deste Centro Educacional; ao mesmo tempo que contribuiu de maneira competente na organização dos documentos do CAIC, permitindo assim que o trabalho de pesquisa documental deste estudo se tornasse menos desgastante.

Em meus agradecimentos, gostaria de manifestá-lo, também a DEUS por poder sentir a sua presença em minha vida. Ao meu pai, João Massard Maia *in memoriam* por ter sido capaz de nos educar com firmeza e serenidade, ao mesmo tempo que preservou e me fez conhecer e respeitar a memória de minha mãe Antonieta Manhabusque Maia. Aos meus irmãos: Domingos Massard Maia, Carlos Luiz Massard, Mariza Massard Monteiro e Irineu Massard Maia, como também àqueles do coração, cunhados e cunhadas, concunhada, sobrinhos e sobrinhas, a quem dedico a minha lealdade e a mais profunda estima e consideração. Aos pais de Adivaldo, Aldeny Henrique da Fonseca e Thereza Gomes da Fonseca *in memoriam* que ao longo da nossa convivência aprendi a amar e respeitar.

E muito especialmente, àqueles que vivenciaram lado a lado este momento em minha vida: Adivaldo, Elize, Henrique e Juliane de Almeida da Fonseca, pelo estímulo, paciência e constante presença.

A todos o meu muito obrigada!

CARTA DA TERRA (Preâmbulo)

Estamos diante de um momento crítico da história da terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais independente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável, global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que, nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Leonardo BOFF. *Ethos Mundial. Um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva, 2000, p.147.

BIOGRAFIA

Marília Massard da Fonseca nasceu em 24 de julho de 1954 no Distrito de Vila do Café, Município de Alegre, Estado do Espírito Santo. Filha de João Massard Maia e Antonieta Manhabusque Maia. cursou o Ensino Primário na Escola Singular de Vila do Café. Foi aluna do Ginásio Sagrada Família e cursou o segundo grau no Colégio Estadual e Escola Normal Aristeu Aguiar. Prestou vestibular para o Curso de Pedagogia, no ano de 1975 tendo se especializado em Formação para o Magistério e Orientação Educacional, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre, onde estudou até o ano de 1977. Concluiu o curso de Pedagogia na Fundação Educacional Campograndense – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campo Grande, no ano de 1979. Foi aluna de Pós Bacharelado (Administração Escolar) na Universidade da Flórida (EUA - 1988-1989) quando recebeu o *status* de Visitante Escolar pelo Centro Latino Americano da mesma Universidade. cursou Psicopedagogia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Centro de Estudos de Pessoal do Exército no ano de 1998-1999.

Foi professora de primeiro grau em Vila do Café, Alegre – ES, nos anos de 1974 a 1977. Ingressou como professora do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no ano de 1981, onde atuou como professora e Orientadora Educacional. Assessorou o Decano de Assuntos Estudantis, Prof. Antonio Constantino Campos, no ano de 1984. Exerceu a função de Diretora Geral, por dois mandatos, no CAIC Paulo Dacorso Filho (1994-1997 e 2005-2009). Hoje atua como Orientadora Educacional junto à equipe Pedagógica do CAIC Paulo Dacorso Filho.

RESUMO

FONSECA, Marilia Massard. **Resgate da História de Implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho na UFRRJ e a Perspectiva de sua Transformação em um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação Agroecológica**. 2010. 156p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

Em 1992 a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) optou por implantar um Centro de Atenção a Criança e ao Adolescente (CAIC) com o objetivo de atender aos alunos dos Cursos de Licenciatura da Universidade e as crianças do Município de Seropédica. Este Centro fazia parte de um projeto do Governo Federal (decreto 539/92) com o objetivo de promover ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social relativas à criança e ao adolescente e a sua integração na comunidade. Esse estudo de mestrado utilizou dados qualitativos primários (entrevistas semi estruturadas) e secundários (documentos oficiais) para analisar o histórico da implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho (1994-1997) e propor a sua transformação em um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação Agroecológica, administrado unicamente pela UFRRJ. Os principais temas abordados foram: o contexto educacional das décadas de 1980 e 1990; o processo de municipalização da educação escolar no Brasil; os programas educacionais de tempo integral de maior visibilidade nas décadas de 1980 e 1990; a educação integral e a agroecologia. Os temas foram selecionados por sua relação com este objeto de estudo. Os resultados sugerem que o modelo de gestão compartilhada dificultou o funcionamento do CAIC Paulo Dacorso Filho, devido a mudanças de governo estadual e municipal e por confrontarem com o projeto pedagógico proposto pela UFRRJ. Por exemplo, descontinuidade no fornecimento da merenda escolar; alta rotatividade de professores que dificultou sua formação continuada; perdas salariais para os funcionários estaduais, entre outros. Esse estudo propõe que os objetivos e diretrizes do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação Agroecológica estejam aliados aos interesses da UFRRJ no que se refere ao Ensino, Pesquisa e Extensão, onde a vertente agroecológica seja a base das experiências curriculares. Propõe também que esta unidade educacional seja um local para formação de professores da rede municipal e estadual, bem como um campo de prática adicional para formação de alunos de graduação da UFRRJ. Por fim, que ofereça à comunidade um ensino de qualidade e contribua para a construção do pensamento crítico e redução das desigualdades sociais.

Palavras – chave: Educação Integral e Tempo integral, Municipalização, Descentralização, Desconcentração, Agroecologia, Formação Continuada.

ABSTRACT

FONSECA, Marilia Massard. **Recovery of the Implementation History of the CAIC Dacorso Paulo Filho in UFRRJ and the Prospect of its transformation into a Center for Teaching and Research Applied to the Agroecologica Education.** 2010. 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

In 1992 the Federal University of Rio de Janeiro (UFRRJ acronym in Portuguese) decided to implement a Centre for Child and Youth Support (CAIC acronym in Portuguese) aiming to support children of Seropédica community and UFRRJ's bachelor students. This Centre was part of a broader project of the Federal Government (presidential decree 539/92) to promote joint activities of education, health, social support and assistantship to children, youth and their inclusion in society. This master study used qualitative primary data (semi-structured interviews) and secondary data (official documents) to analyze the historic implementation process of CAIC Paulo Dacorso Filho (1994-1997) and propose its conversion into a Centre for Education and Research Applied to Agroecology Studies, managed unilaterally by UFRRJ. Key themes were identified: educational context in the 1980's and 1990's; decentralization process in Brazil; main 'integral school' programs in the 1980's and 1990's; 'integral education' and agroecology. These themes were selected due to its relevance for this study. Key findings suggest that tripartite management model hindered the working of CAIC Paulo Dacorso Filho due to changes in the state and local governments; and due to confronting pedagogical differences with UFRRJ's proposal. For example intermittent supply of school meals; high replacement of teachers interrupted their ongoing training; constant reduced wage of state staff; among others. This master study proposes that the aims and guidelines of the Centre for Education and Research Applied to Agroecology Studies be aligned with the interests of the UFRRJ. To this effect, agroecology must underpin Education, Research and Extension curricular activities. This study also proposes that this educational unit be a locus of training for local and state government's teachers; as well as an additional practical field to train UFRRJ's bachelor students. Finally, this centre will provide the community a quality educational program and will contribute to build up critical judgment and to reduce social inequality.

Keywords : Integral Education and Full-time, Municipalization, Decentralization, Devolution, Agroecology and Continuing Education

RÉSUMÉ

FONSECA, Marília Massard. **Rançon de l'Histoire de l'Implantation du CAIC Paulo Dacorso Filho à l'UFRRJ et la Perspective de sa Transformation dans un Centre de Enseignement et de Recherche Appliqué aux Etudes d'Agroécologie.** 2010. 156 p. Dissertation (Master en Education Agricole). Institute d'Agronomie, Université Fédérale Rural du Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

En 1992 l'Université Fédérale Rurale du Rio de Janeiro (acronyme UFRRJ en Portugaise) a décidé d'implémenté une Centre d'Assistance pour les Enfants et les Jeunes (acronyme CAIC en Portugaise), où l'objective a été l'assistance pour les enfants de la communauté de Seropédica et les étudiants de l'UFRRJ. Ce centre a été part d'un projet du Gouvernement Fédérale (Décret Présidentielle 539/92) pour promouvoir des activités articulées d'éducation, santé et support social ainsi qui l'assistance pour les enfants, les jeunes et leur inclusion à la société. Cette étude de Master a utilisé des données qualitatives primaires (entretiens semi-structurées) et aussi des données secondaires (documents officielles) pour analyser le processus d'implémentation du CAIC Paulo Dacorso Filho (1994-1997) et proposé son conversion à une Centre d'Education et Recherche Appliqué aux Etudes d'Agroécologie, gère unilatéralement par l'UFRRJ. Les termes clés identifiés sont: Contexte éducationnelle aux années 1980 et 1990 ; Processus de décentralisation au Brésil; Programs d'Ecoles intégrales aux années 1980 et 1990 ; Education intégrale et agroécologie ; Education Intégrale. Ces thèmes on été sélectionnés dû à leur relevance pour cette étude. Les résultats suggèrent qui le modèle tripartite a rendu difficile le fonctionnement du CAIC Paulo Dacorso Filho dû aux changements des gouvernements locaux et aussi dû à la confrontation pédagogique proposé par l'UFRRJ. Par exemple, la discontinuité du approvisionnement du repas scolaire ; grand substitutions des professeurs qui a rendu difficile leur formation continués ; pertes salariales pour les salariés de l'état du Rio de Janeiro ; entre autres. Cette étude de Master propose qui les objectives et directrices du Centre d'Education et Recherche Appliqué aux Etudes d'Agroécologie convergent aux intérêts de l'UFRRJ au niveau d'enseignement, recherche et extension dans la ligne de l'agroécologie pour la base des expériences curriculaires. Cette étude propose aussi qui cette unité éducationnelle soit une locale pour la formation des professeurs municipales et de l'état du Rio de Janeiro, ainsi qui un champ de pratique additionnelle pour la formation des étudiants de l'UFRRJ. Finalement, ce centre doit offrir à la communauté un enseignement de qualité et qui contribue pour la construction de la pensée critique et la réduction des inégalités sociales.

Mots-clés: Education Intégrale et Temps intégrale, Municipalisation, Décentralisation, Déconcentration, Agroécologie, Formation Continué.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AI5	Ato Institucional número 5
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CIAC	Centro Integrado de Atenção à Criança
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEPAE-UFG	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação- Universidade Federal de Goiás
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSU	Conselho Universitário
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
ENADE	O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
GAE	Grupo de Agricultura Ecológica
GEPEADS	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
ME	Ministério do Esporte
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PCN	Parâmetros Curriculares Nacional
PRONAICA	Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
PMI	Prefeitura Municipal de Itaguaí
PMS	Prefeitura Municipal de Seropédica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RETIDE	Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
SAEB	Sistema de Avaliação Básica
SESI	Serviço Social da Indústria
SEE.RJ	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPESPE	Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo.
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças,
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	3
Fundamentos Teóricos Metodológicos da Pesquisa	3
Campo de Investigação	4
Procedimentos da Pesquisa	4
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980-1990.....	5
1.1 Municipalização, descentralização e desconcentração da educação	9
1.2 Os Programas Educacionais de Tempo Integral e Educação Integral de Maior Visibilidade nas décadas de 1980 e 1990.....	12
1.3 A Educação Integral e o Tempo Integral.....	18
CAPÍTULO II – A VERTENTE AGROECOLÓGICA	21
2.1 A Agroecologia	21
2.2 A Insustentabilidade do Desenvolvimento Predatório.....	24
2.3 A Agroecologia e o Papel Fundamental da Educação Escolar.....	25
2.4 Uma educação para um mundo sustentável.....	26
CAPÍTULO III – A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO À CRIANÇA (CIAC) NA UFRRJ.....	28
3.1 A localização e instalações físicas.....	29
3.2 O Patrono Paulo Dacorso Filho.....	30
3.3 A construção de uma unidade do Centro Integrado de Atenção à Criança (CIAC) no <i>campus</i> da UFRRJ.....	31
3.4 Uma universidade: da educação Infantil ao Pós-Doutorado	35
3.5 A efetivação da gestão compartilhada: Federal, Estadual e Municipal.....	38
3.6 Os recursos humanos para um projeto desta amplitude.....	40
3.7 O ante projeto de implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho.....	42
3.8 A implantação do projeto. Ações Administrativas. Ações Pedagógicas Convênios. Programas e Projetos	44
3.9 Dificuldades deste Cotidiano.....	50
3.9.1 Fragmentos da atualidade.....	51
3.9.2 As avaliações externas e o desempenho dos alunos do CAIC.....	53
CAPÍTULO IV - UM CENTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO APLICADO À EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA - Paulo Dacorso Filho.....	56
4. 1. Como surgiu a proposta ?	56
4.2 CEPAE da Universidade Federal de Goiás.....	57
4.3 Principais diretrizes do CEPAE- Agroecológica Paulo Dacorso Filho – UFRRJ.....	59
4.4 A Construção de uma proposta pedagógica com ênfase na agroecologia.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
ANEXOS.....	72

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1. Vista Lateral do Ginásio de Esporte do CAIC Paulo Dacorso Filho.....	29
Fig. 2. Vista Parcial da Entrada Principal do CAIC Paulo Dacorso Filho.....	29
Fig. 3 Placa de Inauguração do CAIC onde consta o nome do Prof. Paulo Dacorso Filho.	31
Fig. 4. Mapa sensitivo da área da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.....	35

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I - Principais diferenças entre o Projeto Minha Gente e sua nova concepção como Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-PRONAICA	16
---	----

INTRODUÇÃO

A motivação para discutir este tema deveu-se ao envolvimento da autora com a instituição objeto do estudo, por ocasião de sua implantação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, entre 1994 e 1997 e, oito anos após, quando retornou a Unidade estudada, em decorrência de uma nova configuração administrativa no âmbito da mesma universidade.

As indagações que deram origem a este estudo foram pautadas, primeiramente, no questionamento do pleito, por parte da UFRRJ, da construção e implantação de um Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente em seu *campus*, reivindicando a liderança de sua gestão. No decorrer do processo de sua gestão, outras indagações foram se delineando relacionadas aos limites e possibilidades, particularmente quanto às perspectivas futuras da instituição. Os pressupostos de análise estavam pautados no atendimento aos alunos das licenciaturas da UFRRJ (no âmbito interno) e no atendimento às crianças do município de Seropédica (no âmbito externo). Para apresentação do caminho percorrido pelo Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Paulo Dacorso Filho, optou-se por uma divisão em quatro capítulos.

No Capítulo I foi desenvolvida uma reflexão sobre a conjuntura nacional nas décadas de 1980 e 1990, envolvendo aspectos relativos à municipalização da educação; programas educacionais de tempo integral de maior visibilidade implantados no Brasil nestas décadas; educação integral e tempo integral. Temas selecionados por sua relação com o objeto deste estudo. Nestas décadas a situação no Brasil, especialmente na área de educação, como p. ex., o número de crianças fora da escola era alarmante. Em decorrência deste fato muitos estados adotaram os três turnos, outros criaram programas educacionais especiais, a exemplo dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs no Rio de Janeiro.

Neste contexto foi implantado em âmbito nacional o Projeto Minha Gente, através do Decreto nº 539 de 26 de maio de 1992, em seguida revogado pelo Decreto 631 de 12 de agosto de 1992. Para sustentação deste projeto o Governo Federal propôs a construção de cinco mil Centros Integrados de Atenção à Criança – CIAC para serem geridos em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil organizada. Após o impedimento do Presidente da República, houve mudança na concepção do Projeto. Assim sendo passou a denominar-se Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – PRONAICA e conseqüentemente as unidades físicas foram também renomeadas, denominando-se Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC. As discussões em torno de temas como Educação Integral e Tempo Integral estavam muito presentes no meio acadêmico e considera-se que os CIEPs no Rio de Janeiro e os CAICs em nível nacional impulsionaram estas discussões.

Na década de 1990, segundo Arretche (2000), “à exceção da área da previdência, as demais áreas da política social brasileira, educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular, foram descentralizadas” (p.15). Isto é, o poder central transferia para estados e municípios um conjunto significativo de atribuição de gestão.

No Capítulo II discute-se a vertente agroecológica, tendo em vista o papel fundamental da educação escolar na busca da construção de um mundo mais humano e sustentável. Reflete-se, portanto, sobre o papel desempenhado pela agroecologia frente às conseqüências da Revolução

Verde para a vida humana e a insustentabilidade de um desenvolvimento predatório. Considera-se que a educação integral é uma oportunidade para oferecer às crianças e jovens a formação de atitudes positivas e coerentes frente à vida no planeta terra. Assim os princípios da Carta da Terra; da Ecopedagogia e a Alfabetização Ecológica são apontados como fontes, a serem utilizados pelos educadores para construção de um mundo sustentável.

O Capítulo III do presente estudo enfocou a história da construção e implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, desde o primeiro documento datado de 24.05.1991 ao seu efetivo funcionamento nos anos de 1994-1997. Neste contexto destaca-se o papel desempenhado pelos dirigentes da universidade, que acreditavam na possibilidade de contribuir para a melhoria da educação do então “Distrito de Seropédica” e para a formação dos alunos dos cursos de Licenciatura da UFRRJ. Através da análise dos documentos oficiais e das entrevistas realizadas foi possível perceber as dificuldades encontradas pelos dirigentes da UFRRJ com o modelo de gestão tripartite, ou seja, Governo Federal, representado pela UFRRJ, Governos Estadual e Municipal. Apresentou-se também neste Capítulo a proposta pedagógica apresentada pela UFRRJ; as experiências na implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho e um breve relato da atualidade, incluindo os resultados das avaliações realizadas pelos governos federal e estadual.

No Capítulo IV deste estudo, sugere-se a transformação do CAIC Paulo Dacorso Filho em um Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão Aplicado à Educação Agroecológica, para atender a educação Infantil e Ensino Fundamental. Esta poderá ser uma contribuição efetiva para a formação de cidadãos que poderão ser multiplicadores dos valores aprendidos, construindo assim uma vida digna e saudável, pois a história desta universidade torna-a capaz de propor e assumir, integralmente, um projeto como este. Assim a configuração de uma escola de ensino fundamental deste tipo somaria esforços a uma formação base nos princípios da agroecologia já presente no Colégio Técnico da Universidade e em duas empresas também dedicadas às propostas agroecológicas, ou seja, Embrapa e a Pesagro- Rio. Estas empresas atuam junto à universidade em Cursos de Graduação e Pós Graduação, como também em projetos, a exemplo do Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA) - Fazendinha do Km 47, implantado em 1993.

Tudo isto qualifica a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a defender junto ao Ministério da Educação, como acontece em outras Universidades Federais, com suas escolas de aplicação, a destinação de um quadro de recursos humanos que possam atuar na formação (aprendizagem), na pesquisa (investigação) e na extensão (divulgação e multiplicação da experiência) das crianças e adolescentes, estudantes desta instituição.

Desta forma, a UFRRJ poderá contribuir com a implantação de uma escola onde seus educadores possam exercer a reflexão, a investigação e ter como resultados aprendizagens significativas no sentido da formação integral, em um espaço apropriado para esta prática. Espera-se que, com isto, este centro venha a ser uma referência para projetos de capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores comprometidos com as peculiaridades da UFRRJ, onde o agrícola e o ambiental sejam a marca básica de todas as experiências curriculares.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa

Para investigar a história de criação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente CAIC Paulo Dacorso Filho, localizado no *campus* da UFRRJ e a viabilidade de sua transformação em um Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão com ênfase nos conhecimentos agroecológicos, optou-se pela linha de pesquisa qualitativa tomando-se por base as orientações filosóficas presentes nesta modalidade de pesquisa, a fenomenologia e a dialética. Enquanto que a fenomenologia, segundo Chizzotti (2003) considera a imersão no cotidiano como possibilidade de ir além das aparências e assim alcançar a essência dos fenômenos; a dialética insiste na relação dinâmica entre sujeito e objeto, no processo de conhecimento. O autor considera, ainda, o pesquisador como “um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais”.

De acordo com Triviños (1987), “as tentativas de compreender a conduta humana isolada do contexto no qual se manifesta criam situações artificiais que falsificam a realidade” (p.122). Na abordagem deste autor, o estudo de casos, constitui-se “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. (p.133).

Na presente Dissertação, optou-se por realizar um estudo de caso, em uma abordagem qualitativa, tendo em vista que o objeto de estudo ficou delimitado à experiência desenvolvida em uma unidade escolar previamente definida. Considerou-se neste projeto a familiaridade do pesquisador com a instituição que foi o campo da pesquisa, como recomenda Mazzotti (2004). No que se refere ao seu desenvolvimento, inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de fundamentar teoricamente a descentralização da educação no Brasil; o tempo integral e a educação integral, principais características da instituição estudada.

Uma segunda dimensão da pesquisa foi o estudo de caso - CAIC Paulo Dacorso Filho uma vez que “o caso é tomado como uma unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto para propor uma intervenção.” (CHIZZOTTI, 2003, p.102). A definição espaço-temporal foi utilizada no sentido de aprofundar a visão do período de implantação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Paulo Dacorso Filho, frente às propostas apresentadas pelas lideranças da época. Como complemento ao estudo de caso foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os ex-Reitores, Vice-Reitor, Decanos e Assessores da UFRRJ, a partir da década de 1990, que defenderam a proposta de criação e manutenção do CAIC no *campus* da Universidade. Federal Rural do Rio de Janeiro.

Observou-se o rigor metodológico na análise das informações, com vistas a alcançar a confiabilidade dos resultados do trabalho proposto. Estes resultados foram cruzados com registros de informações adicionais, documentos, atas, artigos, matérias jornalísticas, de modo a permitir uma visão, o mais ampla possível do universo que foi investigado.

Como informações suplementares foram realizados estudos de documentos sobre as escolas de aplicação vinculadas às universidades federais e uma breve análise da experiência do Centro de Ensino Pesquisa e Extensão Aplicado à Educação – CEPAE, pertencente a

Universidade Federal de Goiás, com o intuito de compreender a sua atuação junto a Universidade e o público a que se destina.

Campo de investigação

O CAIC Paulo Dacorso Filho está situado no *campus* da UFRRJ, e atualmente é gerido em parceria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com a Prefeitura Municipal de Seropédica. As instalações físicas e condições materiais são propícias para atender as crianças em tempo integral num total de cinco mil metros quadrados de área construída.

Procedimentos da pesquisa

Como já dito anteriormente, foram realizadas entrevistas semi estruturadas individuais com ex dirigentes e assessores (Anexo I) e análise de documentos orientadores referentes à implantação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, no *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a sua liderança.

As entrevistas foram marcadas previamente, gravadas com autorização dos entrevistados e realizadas diretamente pela pesquisadora com a intenção de permitir aos pesquisados maior liberdade de expressão sobre a implantação do CAIC na Universidade, e as interfaces de sua gestão.

Se, por um lado, essa forma de entrevista tem aspectos positivos, por outro, dificulta a sistematização e análise dos dados, devido, principalmente, à amplitude de informações e a não-objetividade das respostas, o que certamente demanda maior tempo para a sistematização dos dados. As sessões de entrevistas somaram um total de 4 horas e 35 minutos de gravação. Para análise destas entrevistas foi feita uma leitura de cada uma delas, procurando apreender o conteúdo e a lógica das formulações dos entrevistados. Destacaram-se as partes mais significativas agrupando-as. Em relação à pesquisa documental, tomou-se como referência os documentos oficiais da época, como ofícios, atas do Conselho Universitário, convênios firmados, projeto político pedagógico, projetos específicos das áreas de ensino e as fotografias disponíveis. Diante disto, procurou-se compreender porque os dirigentes universitários foram motivados a assumir a liderança deste projeto. Quais foram seus limites e possibilidades? Que importância tem para a universidade uma escola de educação infantil e ensino fundamental em sua estrutura? O que esperavam seus dirigentes? Até que ponto a universidade conseguirá levar adiante um projeto com uma característica tão singular, em um sistema de gestão compartilhada? Quais são do ponto de vista dos entrevistados, as perspectivas para o futuro?

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 e 1990

A política educacional de um país está inserida no contexto das políticas públicas vigentes e fazem parte de uma dada conjuntura. Não podemos negar que estas políticas têm como legado a evolução das instituições e do próprio sistema político de uma sociedade. Assim, neste capítulo, pretende-se estabelecer uma articulação entre a organização do sistema educacional e a sociedade brasileira.

Tratando-se das políticas educacionais no Brasil no final da década de 1980 e na década de 1990, os Governos Federal e Estaduais implantaram programas educacionais, realizaram reformas, mudaram leis, sob a justificativa da universalização da educação, melhoria da qualidade do ensino e modernização, consoante ao desenvolvimento econômico mundial.

O Brasil possui uma extensão territorial de 8.514.215 Km², que corresponde a aproximadamente metade da área da América do Sul. Conta com aproximadamente 191 milhões de habitantes, vivendo em 26 estados, Distrito Federal e mais de 5.500 municípios, conforme dados do IBGE-2007. Devido à grande extensão territorial, o Brasil conta com uma grande diversidade cultural e regional.

Desde o início dos anos 1980, um conjunto de reformas político-institucionais contribuiu para recuperar as bases federativas do Estado brasileiro. As eleições diretas para todos os níveis de governo, a descentralização fiscal da Constituição de 1988, a definição dos municípios como entes federativos autônomos, fizeram com que as relações entre os níveis de governo passassem a ter relações próprias a um estado federativo (ARRETCHE, 2000).

Acrescenta ainda esta autora que, embora a União, Estados e Municípios passassem a ser autônomos e independentes, o Brasil *é um país estruturalmente marcado por profundas desigualdades*, onde há um grande número de municípios fiscal e administrativamente fracos (grifos da autora, ARRETCHE, 2000, p.17) e para os quais a característica federativa envolve uma avaliação de custo benefícios.

(...). De um lado, o sucesso de uma reforma desta extensão depende decisivamente da ação deliberada dos níveis mais abrangentes de governo que, interessados na reforma, tenham *i)* disposição para implantar um programa de descentralização de atribuições; *ii)* capacidade burocrática para formular programas adequados e compatíveis com esta decisão; e, finalmente, *iii)* recursos- financeiros e administrativos – para tornar a adesão à descentralização uma opção efetivamente atrativa para os governos locais. De outro lado, o escopo desta reforma depende diretamente de um cálculo dos governos locais, cálculo este no qual os custos e benefícios prováveis derivados da decisão de assumir atribuições são considerados. (ARRETCHE, 2000, p.248).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, estados e municípios conquistaram a sua autonomia política, porém a transferência de atribuições na gestão de políticas sociais necessitaria de estratégias de indução por parte dos governos federal ou estadual. Em seu Art. 212, §2º, a CF determina que “para efeito do cumprimento do disposto no ‘caput’ desse artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na

forma do artigo 213”. Além disso, ampliou o poder municipal permitindo a ele a elaboração da sua lei orgânica e elevou o município à categoria de entidade federado no Art. 18.

Assim foi conferida fundamentação legal ao tema descentralização, atribuindo responsabilidades às três esferas administrativas quanto à educação fundamental, à erradicação do analfabetismo e à expansão do ensino médio. Segundo Martins (2004) este processo decorrente de intensas negociações ainda está em curso, mas já mostra uma nova relação entre as esferas administrativas. Na concepção desta autora “um país federativo como o Brasil - que apresenta desigualdades regionais intensas - enfrenta uma conjuntura nem sempre favorável para que as políticas descentralizadoras baseadas em amplo programa de governo sejam bem-sucedidas”. (MARTINS, 2004, p.161-162)

Para compreender o processo de mudanças ocorrido no sistema educacional brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, há necessidade de situá-las no contexto político e econômico pelo qual passava o país naquele momento. A *I Conferência Brasileira de Educação*, realizada em São Paulo, em abril de 1980, segundo Freitag (2005), cumpriu a missão de reavivar o debate educacional. Esta autora considera também que a política educacional delineada pelo Ministério da Educação, dentro do contexto de abertura política, do governo de João Batista Figueiredo, estava carregada de intenções explícitas e implícitas e não beneficiou àqueles em nome dos quais se fez o questionamento: “carentes das periferias urbanas e das zonas rurais”. (grifo da autora, FREITAG, 2005, p.17-18)

No Governo Collor de Mello, em 1990, teve início uma discussão internacional sobre um Plano Decenal para os nove países mais populosos do mundo (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão) – proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); pelo Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF); pelo Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Neste mesmo governo, para atender as exigências das agências internacionais foi lançado o projeto de construção de Centros Integrados de Apoio à Criança - CIACs, em todo o Brasil, inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, do Rio de Janeiro, existentes desde 1985. Naquele momento o Brasil passava por uma profunda reformulação política, em decorrência do processo de abertura democrática e da recém promulgada Constituição Federal de 1988.

Segundo Souza (2002, p.111-126) existiram três teses em que se apoiou o Governo neoliberal para justificar os encaminhamentos da política educacional brasileira na década de 1990: *estabelecer parâmetros de qualidade* (MELLO, 1993); a de que o *Brasil não gasta pouco em políticas sociais, mas gasta mal* (CASTRO, 1994); e a de que *o problema não é a universalização do ensino, mas a produtividade escolar* (RIBEIRO, 1990; 1994). Souza diz ainda que estas teses foram consolidadas, de forma embrionária, no Plano Decenal de Educação para Todos, no governo de Itamar Franco; abandonado segundo Libâneo *et al* (2009) pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Foi também nesta década que se debatia na sociedade civil e no Congresso Nacional um novo projeto de Lei Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, o que se concretizou no ano de 1996, através do substitutivo Darcy Ribeiro. Outros fatos como: a extinção do Conselho Federal de Educação/criação do Conselho Nacional de Educação e a concretização da municipalização da educação marcaram esta época na educação brasileira.

Libâneo *et al.* (2009) fazem uma análise das transformações educacionais no Brasil. Para estes autores “a história da educação no Brasil pode ser feita com base em pares, conceituais, díades, que expressam tensões econômicas, políticas, sociais e educacionais de cada período: centralização/descentralização; qualidade/quantidade; público/privado”(p.129-149). Considerou ainda que ao analisar a complexidade do período histórico desde a década de 1930 até o momento atual, encontram-se outras categorias além da econômica e política. Esta análise histórica com base nos pares conceituais acompanha historicamente o debate da democratização do ensino no Brasil; assim, observar-se-á a alternância de acordo com cada momento histórico.

Isto nos remete às considerações de Ribeiro (2003) que faz uma abordagem do papel da mudança social vista pela organização da sociedade em infra-estrutura e superestrutura: uma age sobre a outra, retardando ou acelerando o processo de mudança original. Esta relação com os elementos contrários sugere ser a causa das mudanças. Mas afirma que a contradição, vista como a causa primeira da mudança, é interior, isto é, aquela que cada elemento comporta dentro de si.

No cenário internacional a globalização econômica constitui um aspecto chave que aumenta o acirramento da competição econômica e tecnológica, a intensificação da assimetria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e a tendência à integração dos espaços econômicos. Assim, de acordo com Barreto e Vigevani (2004), “a acumulação baseada no desenvolvimento industrial, tecnológico e do comércio passou a constituir preocupação central dos estados nacionais” (p.29), o que levou à submissão aos modelos educacionais impostos pelos grandes organismos internacionais em decorrência das transformações do processo produtivo.

De acordo com Freitag (2005) pouco mudou a estrutura organizacional da educação brasileira, pós-1986, mas os números absolutos e relativos de analfabetos, das crianças em idade escolar e dos estudantes universitários mudaram muito. A ênfase maior no investimento na educação, no entanto, não foi devido à formação humana, mas uma formação subordinada às demandas da produtividade.

Neste contexto, a reforma Educacional brasileira teve seu suporte nos anos 1990 com o Governo Collor de Mello, (1990-1992) que abriu o mercado brasileiro ocasionando a sua subordinação ao capital financeiro internacional. Período este, conforme Saviani, (2008) inaugurado com o lema “Brasil Novo” (p.227).

Para Silva Jr.(2004), o ideário político que molda o Estado em cada período histórico é refletido no campo educacional através dos discursos presentes nos documentos oficiais como os produzidos nas Conferências de Jomtien (na Tailândia) -1990 e de Nova Delhi-1993, que formaram as bases para as reformas da década de 1990. Este autor fez uma análise das propostas presentes na *Conferência Mundial de Educação para Todos* que teve como principal eixo a idéia de *Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*, realizada em 1990 – Jomtien; segundo Silva Jr foi elucidativa a Declaração, quando a aprendizagem, e não a educação, foi entendida como instrumento essencial. Assim para ele a “educação não é tomada como atividade formadora de um ser reificado, e os seus objetivos nesta proposta não são a elevação da condição humana” (SILVA JR, 2004, p.68-71).

A modernização educativa e a qualidade do ensino nos anos 1990 relacionavam-se à proposta neoconservadora, que incluiu “a qualidade da formação do trabalhador” como exigência do mercado competitivo em época de globalização econômica, o que impôs limites ao discurso da universalização e trouxe para o debate o tema da eficiência, adotando o critério da competência e excluindo os ineficientes (LIBÂNEO *et al.*, 2009, p.139).

Assumindo a presidência, diante do impedimento do Presidente Collor, no ano de 1993, Itamar Franco deu continuidade a um movimento em favor da valorização da educação, no contexto das reuniões mundiais organizadas pela UNESCO, em geral com financiamento do Banco Mundial. Como resultado deste esforço, ocorreu a continuidade da discussão do Plano Decenal de Educação e posteriormente a sua publicação (1993-2003), tendo sido apresentado pelo Ministro da Educação em maio de 1994.

Este documento, segundo Silva Jr (2004) foi dirigido diretamente aos professores e dirigentes escolares, dispensando mediações. Apresentava um roteiro para discussão na escola: *Declaração Mundial sobre Educação para todos - Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem; Plano Decenal de Educação para Todos; Plano Decenal Estadual de Educação para Todos; Plano Decenal Municipal de Educação para Todos e Arquivos da Escola*. As questões colocadas pelos dirigentes escolares e professores eram as mesmas que haviam sido pautadas pelo Governo: o acesso; a aprendizagem alcançada pelos alunos; *o relacionamento com a comunidade; a cidadania na escola e o financiamento da educação*. (destaques do autor, SILVA JR, 2004, p. 75-77).

A respeito da influência das agências internacionais Gadotti destaca que:

(...) no início da segunda metade deste século, educadores e políticos imaginaram uma *educação internacionalizada*, confiada a uma grande organização, a UNESCO. Os países altamente desenvolvidos já haviam universalizado o ensino fundamental e eliminado o analfabetismo. (...) A tese de uma *educação internacional* já existia desde 1899, quando foi fundado, em Bruxelas, o Bureau Internacional de Novas Escolas, por iniciativa do educador Adolphe Ferrière. Como resultado, tem-se hoje uma grande uniformidade nos sistemas de ensino. Pode-se dizer que hoje todos os sistemas educacionais contam com uma estrutura básica muito parecida. No final do século XX, o fenômeno da *globalização* deu novo impulso à idéia de uma educação igual para todos, agora não como princípio de justiça social, mas apenas como parâmetro curricular comum (grifos do autor, GADOTTI, 2000b, p.4-5).

Este também é o ponto de vista de Silva Jr (2004) que acrescenta a razão mercantil entre as políticas dos organismos internacionais, no âmbito de uma reconfiguração do Estado para adequar-se às políticas neoliberais e que faz surgir a configuração do Estado Mínimo.

Ainda nesta mesma época com a promulgação da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/96 - que centralizou no âmbito federal as decisões sobre currículo e sobre avaliação e repassou à sociedade responsabilidades estatais, por exemplo, o trabalho voluntário na escola; os projetos Família na Escola e Amigos da Escola são exemplos de uma política que centraliza o poder e descentraliza as responsabilidades. Além destas orientações, implantou-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB; o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM e o Exame de Desempenho dos Estudantes - ENADE (LIBÂNEO *et al.*, 2009, p.142 e 163).

Como forma de imposição, no cerne do projeto educacional do país, procedeu-se nesta mesma época à discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que segundo Silva (2000) “não incorporaram as experiências curriculares já realizadas e as que estavam em curso no país, bem como o conhecimento acumulado nas instâncias de pesquisa na área de currículo. Além

disso, os educadores não tiveram uma participação orgânica e sistemática durante o processo de sua elaboração” (SILVA, 2000,p.60).

Segundo Libâneo *et al.*,(2009) também o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) seguiu a cartilha dos organismos internacionais, como por exemplo, do Banco Mundial. Seu governo elaborou políticas de forma sistêmica, com articulação entre as mudanças que ocorriam em vários âmbitos, graus e níveis de ensino. Os reflexos na vida nacional foram evidentes, nas políticas públicas de âmbito social e, especialmente, na educação.

1.1 Municipalização, Descentralização e Desconcentração da Educação¹

Na primeira metade do século XIX, faltavam recursos para que se pudesse dar vigência nacional ao Aparelho do Estado, quando a organização escolar brasileira apresentava graves deficiências, quantitativa e qualitativamente. Como um agravante a esta situação após a abdicação de D. Pedro I em 7-04-1831, foi decretado o Ato Adicional à Constituição (1834), do qual decorreu uma desresponsabilização do governo central com a educação nas províncias, em que cada província se responsabilizaria pela educação com recursos próprios. (Ribeiro 2003). Neste mesmo sentido, Carbonari (2004) também relata em seus estudos esta condição apontada por Ribeiro que perdurou até o período republicano.

Apesar da implantação de um novo regime político, os problemas educacionais do país perduravam e, de acordo com Carbonari (2004) nas décadas iniciais do século XX, assistia-se a um estranho paradoxo, onde por um lado a educação seria a salvação para todos os problemas do país e, por outro, os educadores estudiosos da história da educação no Brasil afirmavam que a manutenção da descentralização do ensino era uma forte barreira para o alcance desses objetivos e que além disto “confirmava a distância entre a retórica e as práticas políticas” (CARBONARI, 2004, p.213).

A partir de meados dos anos 1920 e início da década de 1930 Anísio Teixeira, inspirado na democracia liberal norte americana, manifestava um propósito claro de buscar uma nova ordem pedagógica: municipalizar o ensino primário com criação de fundos e distribuição de encargos, ou seja, a organização, administração e execução para o município e a supervisão pelo Estado. “Os modelos atuais perdem em objetividade e clareza” (BUENO, 2004, p.181) Destaque do autor.

De acordo com os estudos de Wincker e Santagada (2007) no **Manifesto da Educação**, de 1932, sob forte influência de Anísio Teixeira, já aparecia a necessidade de autonomia econômica da educação através de um fundo específico; assim em 1947, na Assembléia Legislativa da Bahia e no relatório sobre o Plano Nacional de Educação, em 1961, reafirmava ser imperativo um tratamento diferenciado para a educação.

¹ A descentralização não é recente e exige uma análise histórica, um resgate dos aspectos políticos, pedagógicos e do financiamento. Lobo (1990) em seus estudos considerou que a descentralização envolve necessariamente alterações nos núcleos de poder, que levam a uma maior distribuição do poder decisório até então centralizado em poucas mãos. Assim considerou a razão por que fica mais cômodo e tranquilo para o governo assentado em bases centralistas privilegiar a desconcentração e rotulá-la de descentralização. (LOBO, Tereza. *A Descentralização: conceitos, princípios e práticas governamentais*. Cadernos de Pesquisa.1990).

Para Machado (2004) a educação democrática, dotada de autonomia proposta por Anísio Teixeira, decorreria de um radical movimento de descentralização política e não meramente de um movimento de descentralização técnico-administrativo, como hoje se intitulou “desconcentração”. (destaque do autor)

A partir dos anos de 1980 e 1990 as reconfigurações do papel do Estado o tornam menos provedor, isentando-o das responsabilidades sociais e das políticas públicas que até então eram de sua competência. Nesta reconfiguração estavam incluídas regras como privatizações, corte de gastos nas áreas sociais, redução de direitos previdenciários e trabalhistas, enfim, descentralização do papel do Estado, sob o discurso da necessidade de requalificar a eficiência e a eficácia dos gastos estatais.

No entanto, Martins (2004) concorda com Azanha (1995) quando este ressalta que a simples associação do termo “municipalização” com descentralização, desconcentração e consenso não significa democratização e/ou maior racionalização. (grifo do autor). Este mesmo autor entende não ser bem assim, pois a simples administração local do ensino não representa por si só nenhuma garantia de sua democratização, quando pode ocorrer formas mais duras de coerção sobre o processo educativo e sobre o magistério (AZANHA,1995).

Também Silva Jr (2004), tratando sobre o papel político da municipalização educacional, afirmou que este processo no Brasil apresentava as características da mundialização da economia capitalista, da emergência da terceira revolução industrial, da crise das propostas sociais democratas e da crise do estado de bem estar social. Para Silva Jr a crise que se iniciou nos anos 1970 se acentuou nos anos 1990, com seus reflexos mais explícitos no Brasil em várias esferas de atividades, isto é, no âmbito da economia, da política e no processo de reconfiguração da sociedade civil.

Ainda conforme o mesmo autor, o princípio fundamental da municipalização desconcentrada e de seu papel político na reorganização da Sociedade Civil é proporcionar uma falsa autonomia fundada na articulação com a comunidade para buscar soluções. Dá como exemplo o Planejamento Político Estratégico elaborado pelo MEC (1995-1998) o qual sugere que “onde estão os problemas está a solução” (SILVA JR,2004,p.79).

Sobre a desconcentração, Souza & Faria (2004) citando outros autores fazem um paralelo entre a década de 1980 e de 1990 no Brasil, no que se refere às políticas governamentais:

Enquanto as políticas governamentais características da segunda metade da década de 80 se organizam em torno da regulação de uma “racionalidade democrática” (tendo provocado dispersão de recursos e facilitado práticas clientelistas), nos anos 90 o caminho adotado passa a ser o da racionalidade financeira (implicando redução dos gastos públicos e do tamanho do Estado, assim como abertura do país ao capital financeiro internacional). Nesse contexto, o uso instrumental do conceito de descentralização é, majoritariamente, aplicado como desconcentração, exprimindo a estratégia de retirada do Estado da prestação de serviços públicos essenciais da sociedade, com profundos impactos na área de educação, entre outras.(Ibid., p.5).

Na contramão dessa tendência, estes mesmos autores citam Saviani (1999) e Martins (2001), que apontam a necessidade de um redesenho das políticas educacionais onde se leve em conta as diferenças regionais, diante da realidade brasileira tão desigual. Consideram também que alguns analistas do Banco Mundial, ainda que mais recentemente, têm sinalizado para o impacto

limitado de tais políticas de desconcentração na melhoria do ensino: “nem sempre têm resolvido os problemas que pretendem solucionar e não têm o dom de aumentar automaticamente a eficiência administrativa ou a eficácia das ações e sequer a participação comunitária” (SOUZA; FARIA,2004,p.192).

Neste sentido, em seus estudos, Bueno (2004), ao comentar o relatório de 2002 do Banco Mundial intitulado – “Educação Municipal no Brasil: recursos, incentivos e resultados”, observou que foi ressaltada a eficiência e efetividade no uso dos recursos públicos, mesmo em contextos quase idênticos. A participação social constitui objeto de preocupação uma vez que, conforme análise apresentada neste relatório, “o Conselho Comunitário parece ter sido manipulado pelo poder municipal e não funcionou como deveria”(p.183). Ressaltou, ainda, quanto à efetividade e à viabilidade do controle social sobre a educação municipalizada e quanto aos benefícios concretos dessa política.

Neste sentido a mesma autora citou entrevistas realizadas por pós-graduandos da UNESP em cinco municípios paulistas, entre 2000 e 2002, com Prefeitos, Secretários de Educação e Diretores de Escola, quando foi desenhado um quadro peculiar: o uso da 1ª pessoa do singular “municipalizei, fiz, criei, resolvi, construí”. Como também: “sua escola é para todos, é democrática...”- ao mesmo tempo em que um Diretor deste mesmo município assinalou que a municipalização foi feita para reprovar o aluno, com clara rejeição à progressão continuada, deixando claro ter sido este um compromisso de campanha eleitoral.

Quanto à atuação dos Conselhos, esta foi pouco enfatizada. A Secretária de Educação denunciou: “o sindicato tumultua a prestação de contas para a comunidade”. Observou-se também que, geralmente, “o profissional que centraliza o controle administrativo e pedagógico das escolas, é um preposto do Prefeito e mero executor de suas ordens”. Não há evidências de trabalho em equipe e prevalece a substituição da “idéia de bem público e de direito social, pela idéia paternalista e clientelista de benesse, de educação como dádiva do prefeito aos seus munícipes” (BUENO, 2004, p.192).

Em suas conclusões finais esta autora considerou que, diante do discurso transformador, prevalecem as velhas relações de poder, considerando ser necessário “reavivar o interesse pelo debate público, restabelecer a credibilidade do poder, rearticular o diálogo entre eleitores e eleito, reabilitar a discussão de idéias”. Isto não se resolve “com uma injeção na veia”. As estratégias precisam mudar e faz aqui as suas críticas ao Banco Mundial: “a construção democrática é algo que começa pela base, num processo controverso, longo e dolorido” (BUENO, p.192).

No que se refere à atuação dos Conselhos Municipais, Souza e Faria (2004,) lembram que apesar de alguns estudos de caso, simples e múltiplos, que apresentam os Conselhos Municipais como alvo de análises, afirmam que determinados trabalhos evidenciam a sua importância. Desta forma, nesta mesma linha de raciocínio, estes autores citam os estudos de Lima (2001) e Borges (2000), referentes a Municípios do Estado de São Paulo; de Fleck (1999) e Rosa (2001), que remetem ao Rio Grande do Sul; os estudos de Pereira (2000), ao Ceará; e, ainda, os de Rocha (2001), relativo à Bahia, que destacam a importância dos Conselhos Municipais apesar das dificuldades encontradas em sua organização e atuação.

Nesta conjuntura de reformas políticas, econômicas e sociais, a municipalização da educação escolar tornou-se efetiva e, neste contexto, foram implantados programas educacionais de atenção à criança e ao adolescente em diversos estados do Brasil. Estes programas, alguns com grande visibilidade, como os Centros Integrados de Educação Pública-CIEPs, na década de 1980, foram institucionalizados no Estado do Rio de Janeiro; já os Centros Integrados de Atenção à

Criança e ao Adolescente – CIACs, foram propostos pelo Governo Federal, para serem geridos em parceria - União – Estados - Municípios e sociedade civil.

1.2 Os Programas Educacionais de Educação Integral e Tempo Integral de Maior Visibilidade nas décadas de 1980 e 1990

Os programas educacionais implantados em diversos estados da federação atendiam aos dispositivos constitucionais e aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro em diferentes fóruns internacionais. O quadro da educação era de baixos salários, baixa qualidade da formação do professor, excesso de alunos nas salas de aula, ausência de condições de infraestrutura, inadequação curricular, dentre outros. A realidade nacional era de crescente pauperização da população escolar devido a razões socioeconômicas.

Neste contexto o Brasil vivia o seu processo de redemocratização, com eleições diretas para governadores, após 18 anos de interregno, reorganização das entidades civis, do fim da censura prévia e do Ato Institucional número 5 (AI 5), época de intensa agitação política. Na área de Educação foram criadas a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES), que realizaram a I Conferência Brasileira de Educação em São Paulo (MAURICIO, 2004, p.3).

A Constituição Federal, dentre tantos significados para a redemocratização da sociedade brasileira, representou um marco para a afirmação dos direitos das crianças. O artigo 203, referente à previdência social, e o artigo 227, que integra o Capítulo VII (Da família, da Criança, do Adolescente e do Idoso), define a criança e o adolescente como pessoa em desenvolvimento e com direito à proteção especial. Além destes, outros direitos foram assegurados nessa Constituição: a licença-gestante; a licença-paternidade; e o direito à creche e à pré-escola para crianças de até seis anos (AQUINO, 2008).

O que a Constituição Federal assegura como direito da criança de zero a seis anos - a educação oferecida pelo poder público - como expresso no Artigo 208, inciso IV- “atendimento em creche e pré-escola das crianças de zero a seis anos de idade”, é reafirmado pela Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei nº 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste contexto o quadro de abandono era representado nos indicadores sociais que demonstravam uma situação indesejável.

Em 1990, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE), o país contava com uma população de 60 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de zero a 17 anos, o que representa 41% do total de habitantes. Desse total, 15 milhões encontravam-se na faixa de indigência, disseminados por todo o território nacional; no Nordeste, na área rural, concentrava-se um terço de todas as crianças e adolescentes que vivem em situação de extrema pobreza (SOBRINHO e PARENTE, 1995, p.5).

Para fazer frente a este cenário, muitos programas educacionais considerados pelos governantes como inovadores foram implantados em estados e municípios do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. O primeiro Centro Integrado de Educação Pública - CIEP foi inaugurado no Rio de Janeiro em maio 1985. Segundo, Cavaliere & Coelho (2003), durante os anos 1980 e 1990, em

dois períodos governamentais (1983-1986 e 1991-1994) foram postos em funcionamento 506 CIEPs, escolas públicas de tempo integral com concepções administrativas próprias.

Para Leonardos (1991) experiências educacionais inovadoras são aquelas que introduzem algum tipo de mudança numa determinada cultura e/ou prática escolar. Para esta autora a “internalização de uma filosofia implica uma reestruturação de práticas e visões muito mais profundas que a simples adoção de uma nova técnica de ensino em sala de aula” (p.54). Assim de acordo com os estudos desta autora, os CIEPs apresentavam, além de sua organização administrativa e pedagógica, uma dinâmica para discutir os problemas, o trabalho de grupo era motivado pela administração, cujo desafio era inculcar nos professores a filosofia presente neste programa. Observou também que no cerne desta prática educacional encontrava-se o respeito pelo aluno e por sua bagagem cultural. Neste sentido, a autora identificou a experiência dos CIEPs como uma inovação para populações em situação de risco (LEONARDOS, 1991).

Em relação aos CIEPs do Rio de Janeiro diversos autores relacionam aspectos positivos e negativos do programa, ressaltando que mesmo os críticos percebiam aspectos positivos. O aspecto positivo considerado mais relevante, tanto por críticos como defensores, foi a satisfação dos pais citada nos estudos de Paro e colaboradores (1988).

Para Mignot (1989), que foi também, a exemplo de Paro, uma crítica deste modelo educacional, “os CIEPs permitiram à população vislumbrar que é possível o sonho de ver atendidas as suas exigências mínimas de educação, saúde e alimentação”(p.62).

Neste mesmo sentido Cavalière e Coelho (2003), quase vinte anos depois, acreditam que os CIEPs ainda estão em busca de sua vocação. As autoras chamam atenção para a necessidade de um trabalho de entrosamento e planejamento que não tem sido comum na vida pública brasileira, mas que, se não bastassem os argumentos de ordem político-pedagógica, os recursos ali investidos impõem que seja feito.

Darcy Ribeiro ao fazer um balanço crítico da experiência dos CIEPs afirmou que teve:

a grata oportunidade de conduzir, no Rio de Janeiro, amplos programas educacionais, seguramente os maiores e mais ambiciosos que se realizaram no Brasil. Foram esses programas que deram nascimento às siglas que encimam esse texto e à rica realidade que pulsa atrás delas. (...) Falo dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, dos Ginásios Públicos – GPs que os complementam para ministrar educação básica. E também dos Centros Integrados de Apoio à Criança – CIACs, que nasceram de uma revisão do programa dos CIEPs. E, finalmente, das Casas Comunitárias – CCs, que constituem, de fato, a única invenção minha em matéria de educação.[...] Todos nós que participamos desse empreendimento sentimos a frustração de ver ameaçado nosso projeto educacional que efetivamente foi desativado e descaracterizado. Trata-se de um ato de vandalismo cultural só comparável ao que recaiu, há 60 anos, sobre Anísio Teixeira, que viu o seu programa educacional extinto por obscurantismo. Era o maior e melhor experimento de educação que se realizara em nosso País até então. Vivemos ainda hoje das idéias de Anísio, encarnadas naquela época por Pedro Ernesto em duas dezenas de grandes escolas públicas primárias, no Instituto de Educação e na Universidade do Distrito Federal. Soterradas todas pela onda fascista que invadiu o mundo. Hoje, o mesmo obscurantismo se repete, agora contra os CIEPs e contra os GPs. Por quê?[...] Ora, é sabido que a escola de turnos é uma

perversão brasileira, que não existe no mundo civilizado. Por toda a parte, considera-se que só uma escola de tempo integral, para alunos e professores, dá garantia de uma escolaridade proveitosa a crianças oriundas de famílias que não estudaram. E elas constituem, entre nós, a imensa maioria. Por conseguinte, o retrocesso às escolas de turno só é explicável por sectarismo e ignorância. (...)” www.fundar.org.br (acesso em 04/07/2009)

Naquela época, o discurso a respeito das mazelas do sistema educacional brasileiro, antes restrito aos educadores, ganhou as ruas e a imprensa falada e escrita, diante de um cenário que colocava o Brasil entre os países que pior educação oferecia. No entanto a educação foi vista como possibilidade para encontrar a solução de problemas econômicos e sociais. Neste contexto, encontra-se a implantação dos Centros Integrados de Atenção à Criança – CIACs. De acordo com os estudos realizados por Ferretti (1992), esta proposta havia se originado na Legião Brasileira de Assistência-LBA, através do Projeto Minha Gente. O projeto foi justificado para atender a situação de penúria, abandono, ignorância a que se encontrava uma parcela significativa das crianças e adolescentes do país. Assim relembrou os esforços das experiências da Escola Parque, nos anos 1950, das escolas polivalentes na década de 1960-1970 e dos CIEPs, na década de 1980.

Ainda de acordo com Ferretti (1992), a justificativa para implantação dos Centros Integrados de Atenção à Criança – CIACs se apoiava nas intenções expressas na legislação: Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente-Lei nº 8069/1990, e no que se chamou de posicionamento sobre a situação da criança no mundo, em conformidade com as propostas apresentadas na Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento das Crianças nos anos 1990², que foi realizado nas Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 30 de setembro de 1990.

Os países signatários deste encontro, segundo este mesmo autor, se comprometeram a “melhorar a saúde de crianças e mães, combater a desnutrição e o analfabetismo, erradicar as doenças que vem matando milhões de crianças a cada ano (...) e promover a rápida implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças” (FERRETI, 1992, p. 16).

Assim foram delineadas as grandes dimensões do projeto Minha Gente: Creche e Pré-escola; escola de 1º grau em tempo integral; saúde e cuidados básicos da criança; convivência comunitária e esportiva. No que se refere aos serviços a serem oferecidos, o Projeto assim explicita:

a atenção integral à criança e ao adolescente - objetivo do Projeto "MINHA GENTE" - envolve a prestação de um elenco de serviços no âmbito dos Centros Integrados de Apoio a Criança - CIACs, a serem implantados pelo Governo Federal, que compreendem: i) Proteção Especial a Criança e à Família; ii) Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente; iii) Creche a Educação Pré-escolar; iv) Educação Escolar; v) Esportes; vi) Cultura; vii) Educação para o

² ENCONTRO MUNDIAL DE CÚPULA PELAS CRIANÇAS 1990. As questões relativas às crianças alcançaram o ponto mais alto da agenda internacional no Encontro Mundial de Cúpula pela Criança realizado em Nova Iorque, onde representantes de mais de 150 países, incluindo 71 Chefes de Estado ou Governo, assumiram um extraordinário compromisso em favor da sobrevivência e do desenvolvimento infantil. Endossaram uma Declaração Mundial e um Plano de Ação que incluem 7 metas principais e mais 20 metas de apoio em favor da criança a serem atingidas até o ano 2000 <http://unnewsportuguese.br.tripod.com/unnewsportugueseedition/id32.html> acesso em 04/07/2009

Trabalho; viii) Alimentação; ix) Suporte Tecnológico; e Gestão.(BRASIL, Projeto Minha Gente, 1992, p.2).

Na visão de seus autores, a implantação do Projeto Minha Gente em uma determinada comunidade dependia da conjugação de quatro fatores:” i) interesse da comunidade no Projeto ii) existência de demanda efetiva para os serviços oferecidos pelo Projeto; iii)disponibilidade de terrenos para construir o CIAC; e iv) capacidade das instituições em administrar o CIAC e operar os serviços para ele programados” (BRASIL, Projeto Minha Gente, 1992, p.3 e 4).

Todos os programas apareciam no projeto de forma genérica e abstrata. Sugeriam que cada comunidade escolhesse os programas, considerando-se a sua realidade econômica, geográfica e cultural. Falava-se em descentralização. Porém, as decisões fundamentais estavam centralizadas na coordenação nacional e nas equipes técnicas centrais: “haverá um Conselho Superior responsável por sua operacionalização: Ministros de Estado da Saúde; que o preside, da Educação e da Ação Social e pelos presidentes da Fundação Legião Brasileira de Assistência e da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.” (FERRETTI, 1992, p.71).

Quanto ao financiamento o governo federal previa a construção das unidades físicas e seu equipamento. Segundo Sobrinho e Parente (1995) a meta era construir cinco mil CIACs para atender a seis milhões de crianças, sendo 3,7 milhões em escolas de 1º Grau e 2,3 milhões em creches e pré-escolas. Desta forma:

o Governo Federal se responsabilizaria pelo projeto arquitetônico;pela construção das unidades físicas; pelos equipamentos, a manutenção das equipes de coordenação geral e técnica; realização de pesquisas para a avaliação do programa; assistência ao estudante nos programas de Alimentação; Livro Didático; Material Escolar e Bibliotecas Escolares.[...] Enquanto os Governos Estaduais assegurariam os recursos humanos necessários ao funcionamento - dirigentes e docentes - e compartilharia com os municípios as despesas de operação e manutenção dos CIACs. [...] Aos Municípios competiam à aquisição do terreno e a manutenção dos CIACs, com o uso de recursos próprios ou do apoio financeiro estadual, de organismos privados e da comunidade local (SOBRINHO e PARENTE, 1995, p.6).

As negociações para participação de diferentes instâncias governamentais, bem como a comunidade, deveriam ser definidas e negociadas em função da disponibilidade individual de cada parceiro. A responsabilidade das negociações para implantação dos CIACs ficava para cada Estado, conforme acordo assinado junto ao Ministério da Educação, obviamente, ouvindo-se a coordenação central. (Ibid., 1995, p.9 e 10).

Ferretti (1992) ressaltou a complexidade das parcerias propostas e apresentou como principal dificuldade:

a tarefa hercúlea de mobilizar, em torno de um projeto, não só profissionais de diferentes áreas, mas interesses dos mais diversos, como os de titulares e técnicos de diferentes Ministérios e Secretarias de Governo, os de governadores de Estado,os de prefeitos e os de movimentos populares, para não falar em partidos políticos (FERRETTI.1992, p.70).

Além disto, o autor trouxe à reflexão a administração de cada CIAC, pois se constituía um lócus de nove programas, ligados a diferentes instâncias na coordenação nacional e a possíveis correlatos nos níveis estaduais e municipais.

Em 1992, com o impedimento do Presidente Fernando Collor de Mello, o Governo recém empossado extinguiu a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República criada na gestão do Presidente Collor, e o Ministério da Educação instituiu a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais para dar continuidade ao Projeto dos CIACs. Assim modificou-se a sua concepção, passando a denominar-se Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – PRONAICA - Lei nº 8.642, de 31 de março de 1993, regulamentada pelo Decreto nº1056 de 11 de fev de 1993. Neste sentido, a ênfase dada pelo MEC voltou-se para a Pedagogia da Atenção Integral, admitindo que este atendimento pudesse ser dado nas instalações, especialmente construídas ou adaptadas e propondo, também, que a implantação gradativa da pedagogia da atenção integral se desse nas escolas da rede oficial, estadual e municipal.

Assim o PRONAICA constituiu-se como um programa do Ministério da Educação e do Desporto criado para coordenar o desenvolvimento de ações de atenção integral à criança e ao adolescente, de forma descentralizada, articulada e integrada, por meio de órgãos federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais e com a cooperação de organismos internacionais (BRASIL.MEC.1994).

No Quadro I, a seguir, pode-se observar as principais diferenças entre a proposta do Projeto Minha Gente e do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, conforme dados oficiais.

Quadro I - Principais diferenças entre o Projeto Minha Gente e sua nova concepção como Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-PRONAICA

PROJETO Minha Gente (1991-1992)	PRONAICA (1993-1994)
Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República. Coordenação: Ministro da Saúde e Ação Social Fundação Legião Brasileira de Assistência e da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.	Coordenação: Secretaria de Projetos Educacionais Especiais/MEC.
Proposta genérica e abstrata para cada subprograma proposto.	Eixo Principal: Pedagogia da Atenção Integral Incluiu se subprograma “mobilização”
Meta: construção de 5.000 unidades nos 600 maiores aglomerados urbanos. Atender a seis milhões de crianças.	Meta: construção de 423 unidades (1993-1994) Atender até 2003: 1,2 milhões de crianças.

BRASIL, Projeto MINHA GENTE 1992; BRASIL, PRONAICA, 1993

A situação apresentada por Sobrinho e Parente (1995), confirmava a situação das obras dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-CAICs: 148 em obras; 81 concluídos; 47 com construção autorizada; 02 com construção suspensa; 64 programadas e não autorizadas. Diante das considerações, os autores alertaram para a dificuldade de sustentabilidade de um projeto como este, pois corriam o risco de terem as suas instalações abandonadas ou utilizadas para outros fins. (p.18). Os mesmos autores em suas análises consideraram o alto custo deste Projeto. Neste sentido informaram que:

de acordo com informações obtidas junto ao MEC, a construção de um CAIC padrão AA12,5 com 4 m² de área construída, tem custado, em média, ao governo federal, US\$ 2 milhões, sem incluir o custo do terreno, que é de responsabilidade da prefeitura, e cujo tamanho padrão é de 16 mil m². Dependendo da região, registra-se uma variação no preço da obra, basicamente em função de fatores locais que influenciam na construção. O custo para equipar um CAIC tem se situado na faixa de US\$ 200 mil, o que significa que o custo total de uma unidade de serviço, construída e devidamente equipada, corresponde, em média, a cerca de **dois milhões e duzentos mil dólares**.[...] Não foi possível precisar neste trabalho o custo real de um aluno matriculado no ensino regular de 1o grau oferecido pelo CAIC, devido à insuficiência de informações mais detalhadas sobre os procedimentos técnicos adotados e a natureza das despesas tomadas para o cálculo desse custo. Entretanto, o MEC apresenta algumas referências, relacionadas aos aspectos de custo/aluno, obtidas em levantamentos realizados pelo ministério, que indicam um custo médio — de uma criança, em escola pública das regiões Sul e Sudeste — de aproximadamente US\$ 200/ano. [...] Os cálculos básicos feitos pela SEPESPE para o atendimento de uma criança assistida por um CAIC em tempo integral, inclusive matriculada no ensino de 1o grau, colocam este custo no patamar de **US\$ 600/ano**. Dividindo os US\$ 600/ano por 12 meses, tem-se um custo aproximado de **US\$ 50/usuário/mês**, o que representa **um custo/aluno/dia de US\$ 2**, considerando-se um atendimento de 25 dias/mês. Segundo informação da SEPESPE, estão incluídos nesses custos os gastos com todos os serviços prestados pelo CAIC, bem como o atendimento em tempo integral prestado ao aluno durante 200 dias letivos, e, nos demais dias do ano, à comunidade. (grifos nosso, SOBRINHO e PARENTE, 1995, p.13 e 14).

Assim o que aconteceu aos CIEPs no Rio de Janeiro parece ter acontecido com o Projeto dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, como relata esta reportagem da Folha Online de 28 de jan de 2006, de Patricia Alencar: “CAICS do DF: do Apogeu à Sucata”-

Centros que mantinham crianças envolvidas durante todo o dia em projeto pedagógico viram escolas comuns, mal conservadas. Ciep, Ciac, Caic. Siglas diferentes para definir a filosofia de ensino. Oportunidades desperdiçadas de garantir uma educação integral para crianças de baixa renda. Depois de quase 15 anos, o ambicioso projeto, criado no governo de Fernando Collor, em outubro de 1991, virou sucata. Dos 14 Centros de Atenção Integral à Criança (CAIC) inaugurados no Distrito Federal, raros são os que ainda mantêm o espírito do programa. A maioria deles se transformou em escolas de educação infantil - de pré-escolar a 4^a série - convencionais e foram abandonados à mercê do tempo. [...] Realidade longe do projeto original “O encanto acabou”. Os Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs) acabaram virando escolas-classes como outras quaisquer. Alunos, comunidade e professores não contam mais com projetos sociais, esportivos, culturais e profissionalizantes, como antes. Poucas escolas mantêm atividades extracurriculares. Quando o fazem, contam apenas com o esforço dos professores e da comunidade. A realidade está bem distante dos anos dourados de 1991, quando o programa foi inaugurado. [...] Hoje, os

Caics recebem duas verbas anuais, uma federal e a outra distrital, que vêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa de Descentralização de Recursos Financeiros (PDRF), respectivamente. O montante dos recursos depende do número de alunos matriculados.[...] (ALENCAR, 2008).

1.3 Educação integral e o tempo integral

Como vimos neste breve percurso sobre as reformas no contexto educacional do Brasil, grande parte nas décadas de 1980 e 1990, a questão em pauta no meio político, econômico, social e acadêmico pesava sobre o que fazer para educar a grande massa excluída da escola? Como imprimir qualidade na educação? Com que qualidade? E as taxas de evasão e repetência? Aos olhos do mundo o Brasil, desgastado por uma ditadura de mais de 20 anos, que deixou a sociedade civil esfacelada, precisava adequar seu sistema econômico, político e social para atender a demanda do desenvolvimento acelerado.

Diante do quadro de abertura política na década de 1980, a educação nacional se encontrava sob a égide da Lei 5692/71 elaborada nos bastidores do Ministério da Educação, quando a educação ainda era direito de poucos. Nesta mesma época foi eleito governador do Rio de Janeiro o Dr. Leonel de Moura Brizola, após longos anos de exílio. Em seu governo teve início a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, pautado em uma proposta de educação integral, em tempo integral.

As reformas educacionais ocorridas ao longo destas duas décadas geraram os projetos dos CIEPs no Rio de Janeiro e em 1992 os CIACs na esfera federal, posteriormente denominados CAICs, projetos estes que representaram avanços e recuos para a educação no Brasil. Avanços porque os estudos demonstram, a exemplo dos CIEPs, que foi uma proposta inovadora que atendeu à demanda da época; porém, à medida que não se consolidaram, temos que admitir que houve recuos, principalmente pelo abandono sofrido por governos posteriores.

Olhando a nossa história, Nunes (2009) resgatou a concepção de Anísio Teixeira na década de 50 que entendia a escola primária como a possibilidade de oferecer oportunidades amplas de vida, compreendendo que, além das atividades de estudos, deveria oferecer atividades de trabalho, de sociabilidade, de arte, recreação e jogos. Em sua visão era preciso um novo currículo, um novo programa e um novo professor. Segundo a autora, para Anísio Teixeira a escola primária deveria ser uma espécie de “pequenina universidade” (p.123). O pleno desenvolvimento da criança e do adolescente é uma condição de cidadania, que a educação integral pode proporcionar.

Entretanto, Paro et al. (1988) em seus estudos sobre a extensão da jornada escolar, após refletir sobre as vantagens e desvantagens, nos diferentes modelos estudados, conclui que “o caminho implica pensar uma organização escolar em que o controle estatal das atividades não comprometa a necessária autonomia das unidades escolares para criarem, inovarem, descobrirem novas alternativas, sem entraves legais e democráticos (p.218).” Talvez, a espontaneidade da proposta, somada às condições da realidade local, possa contribuir para uma proposta que construa efetivamente um processo de aprendizagem.

A escola fundamental brasileira, especialmente aquelas voltadas para as classes populares, sempre foram escolas de poucas horas diárias, pouco espaço e poucos profissionais. Neste sentido

vem se configurando no Brasil duas vertentes: uma que tenta investir no interior das escolas, de forma que possam oferecer condições para que alunos e professores permaneçam em tempo integral e outra que ofereça atividades aos alunos no turno alternativo às suas aulas e preferencialmente fora do espaço escolar (CAVALIERE, 2009, p.51- 52).

A mesma autora relacionou as últimas iniciativas, de diferentes estados do Brasil, que oferecem Educação integral e tempo integral no Brasil. Belo Horizonte (2006) “Programa Escola Integrada” e São Paulo (2005) “São Paulo é uma Escola”, visando à formação integral das crianças. Segundo a autora “estes projetos estão inseridos na rede brasileira de cidades educadoras, ligados à Associação Internacional de Cidades Educadoras, que tem como base a Declaração de Barcelona de 1990.” Acrescenta, ainda, que na capital do Rio de Janeiro, o tempo integral foi mantido em grande parte dos CIEPs; entretanto, a política atual que visa ampliar o atendimento se aproxima do segundo modelo, “Programa de Extensão Escolar”.

Em Curitiba há um processo em andamento, semelhante ao do Rio de Janeiro, nos trinta e cinco “Centros de Educação Integrada (Ceis)” criados em 1980. Muitos outros trabalhos estão acontecendo, inclusive na rede pública de Ensino com vistas à implantação do Tempo Integral. De acordo com a autora, esses programas oficiais, frequentemente têm sido justificados devido às dificuldades que as classes populares encontram para inserir-se com sucesso no sistema escolar. (CAVALIERE, 2009, p.51, 52)

Assim, Cavalière (2009) vê com cautela o esvaziamento da escola em detrimento de outras agências educativas, demonstrando evidências de um direcionamento político que pretende transferir para fora dela às tarefas inovadoras e enriquecedoras dos processos educativos que fazem parte de uma educação integral.

Por outro lado, Guará (2009) entende que “ampliar o olhar sobre as possibilidades de educação para além da escola não diminui nem restringe a sua importância e o seu papel (p.66)”. Assim, pode-se observar que as alternativas existentes encontram contradições, e precisam ser discutidas, não só para que as possibilidades de atendimento escolar à criança e ao adolescente no Brasil seja uma realidade, tanto quanto a universalidade, mas também em relação à qualidade da formação oferecida.

A Lei 9394/96 prevê o aumento progressivo do tempo escolar para o regime de tempo integral em seus arts.34 e 87§5º. A garantia legal é considerada por Guará (2009) uma salvaguarda relevante de promoção da equidade para os que se encontram mais prejudicados em sua cidadania. No que se refere à educação integral, para a autora, requer que se discuta o seu próprio conceito, que está sujeito a muitas interpretações, pois o tema é abordado apenas tangencialmente não se constituindo objeto de estudo específico.

Neste sentido Ribetto e Maurício (2009) fazem uma análise das duas décadas de estudos sobre “educação em tempo integral” onde analisam dissertações, teses, artigos e capítulos de livros sobre o tema. Este estudo mostra como está distribuída por estado, a produção de teses e dissertações, consideram evidenciado o impacto do programa dos CIEPs e notam como as discussões em torno do tema tempo integral vem se ampliando. Observa-se, também, que dentro do grupo denominado pelas autoras de Jornada Escolar, encontram-se trabalhos sobre a experiência de horário integral vivenciadas além das categorias como escola pública de tempo integral; educação integral e jornada escolar.

De acordo com Coelho (2009), a jornada escolar de tempo integral consubstanciada em uma formação completa foi proposta por Anísio Teixeira na década de 1950, porém a experiência

não se multiplicou. Os CIEPS na década 1980 e os CAICs na década 1990 multiplicaram-se, mas os projetos não se consolidaram. Considerou, entretanto, que em pleno século XXI, encontram-se experiências diversas para promover uma educação integral em jornada ampliada, mas estas propostas “aparecem emblemáticas, tendo em vista as concepções e práticas”(p.90). A autora entendeu que não há hegemonia no que se convencionou chamar “formação completa”, ou seja, quais pressupostos e abordagens metodológicas a construirão.

Para alguns estudiosos, é quase impossível, ou pelo menos muito difícil, pensar em educação integral sem pressupor um tempo ampliado/integral que a possibilite (Coelho, 1998, 2002, 2007; Kerstenetzky, 2006). Segundo esses pesquisadores, entende-se que a extensão do horário deve construir o tempo qualitativo dentro da escola, ou sob sua supervisão, e, nesse sentido, esse tempo qualitativo pressupõe uma formação mais completa para o ser humano-cidadão-aluno.[...] Vemos, hoje em dia, projetos de educação integral em jornada ampliada, cuja dimensão maior está centrada na extensão do tempo fora da escola, em atividades organizadas por parceiros que vão desde voluntários a instituições privadas, clubes, ONGs. Muitas vezes, as atividades desenvolvidas são desconhecidas dos professores, ocasionando práticas que não se relacionam com as práticas educativas que ocorrem no cotidiano escolar, uma vez que não constam do planejamento docente. Em nossa perspectiva, essa situação fragmenta o trabalho pedagógico, dilui a função da escola, imputando-lhe o papel único de transmissora de conteúdos escolares, expolia a instituição formal de ensino daquele que deveria ser seu objetivo primeiro: o de oferecer uma formação completa a todas as crianças (COELHO, 2009, p.90).

Segue-se desta forma a luta por uma educação integral e em tempo integral, como o mais recente programa proposto pelo governo federal, o “Programa Mais Educação”, instituído pela portaria interministerial nº17 de 24 de abril de 2007, que visa atender a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio às atividades sócio-culturais no contra-turno escolar. Este programa está sendo implementado pelo Ministério da Educação (MEC); da Cultura (MinC); do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); e do Esporte (ME).

Mais uma vez, busca-se uma alternativa para atender a demanda existente por um modelo de educação que corrija as diferenças existentes no âmago da sociedade brasileira, proveniente de nossa histórica desigualdade social. Enquanto isto o investimento nos Programas implantados nas décadas de 1950 por Anísio Teixeira, de 1980 e 1990 por Darcy Ribeiro, estão esquecidos ou apenas se mantendo pela luta de alguns. O exemplo da Escola Parque da Bahia; de alguns CIEPs no Rio de Janeiro e o próprio CAIC Paulo Dacorso Filho, objeto deste estudo, que funciona em tempo integral, mas com a inviabilidade de implantar uma educação integral de qualidade por ausência de uma política pública adequada para recursos humanos, e além disto, sobrevive aos sobressaltos à medida que mudam os governantes em decorrência de seu modelo de gestão.

CAPÍTULO II A VERTENTE AGROECOLÓGICA³

“Nunca podemos falar da natureza sem ao mesmo tempo falarmos de nós mesmos”. Capra, 1982, p.81

Na última década uma boa parcela da humanidade tem se preocupado com o seu futuro. Embora o entendimento das relações homem e natureza esteja sendo marcado pelas supostas vantagens que se pode tirar em benefício da qualidade de vida na terra, inúmeros são os riscos que se fazem presentes, em decorrência do uso indevido ou equivocado dos bens naturais, em nome desta qualidade de vida.

Desta forma a escola tem um importante papel a desenvolver no sentido de uma formação consciente e cidadã das crianças, dos jovens e de seus pais, oportunizando uma educação voltada para o desenvolvimento sustentável. Assim vinculou-se este estudo a uma proposta de educação com uma vertente agroecológica porque se pressupõe que a agroecologia possa trazer para o ambiente escolar uma visão mais solidária e comprometida com uma vida saudável em todas as dimensões.

A escola poderá contribuir liderando uma política educativa local, que promova a qualidade de vida, formando seu corpo docente, administrativo e técnico, para oferecer às crianças, aos jovens e suas famílias a oportunidade de conhecer e valorizar seu espaço geográfico, para garantir a sua saúde e desfrutar da riqueza natural, preservando-a para a posteridade.

2.1 A Agroecologia

O conceito de agroecologia e agricultura sustentável consolidou-se na Eco 92, quando foram lançadas as bases para um desenvolvimento sustentável no planeta. Nos dias de hoje, o termo é entendido como um conjunto de princípios e técnicas que visam reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura.

Segundo Altieri (1989), data dos anos 70 o uso do termo agroecologia, embora admita que a ciência e a prática tenham a idade da agricultura. De acordo com o autor, “organizações não governamentais” (ONGs) foram as primeiras em nosso país a introduzirem e difundirem a perspectiva orientadora da agroecologia.

No início entendida como arsenal de *técnicas alternativas* que substituiriam àquelas previstas pela revolução verde, “a agroecologia aos poucos passou a ser proposta de forma mais abrangente, como uma resposta produtiva dirigida aos problemas ambientais e sociais provocados

³ Não se pretende aqui fazer um estudo aprofundado acerca da agroecologia. Entretanto julga-se importante destacar alguns conceitos básicos e princípios que envolvem o tema, por entender que quando se propõe oferecer uma educação integral, o foco está não somente sobre o ser humano, mas sobre todo o seu meio físico e social. É dever de cada educador incluir este tema no seu planejamento escolar e naturalmente em sua vida prática, buscando a construção de valores e mudanças de atitudes.

pela disseminação das *tecnologias modernas*”. (ALTIERI *et al.* 1998, p.10 e 11). Grifos dos autores.

A idéia da Revolução Verde, que nasceu pouco antes da 2ª Guerra Mundial nos EUA, implantou o uso de recursos e meios técnicos avançados, para elevar a produção e a produtividade agrícola, propondo resolver o problema da fome nos países pobres. Considerada por Abramovay (1998), “um dos maiores fiascos sociais de nosso tempo, tendo contribuído para a subnutrição das nações onde foi aplicada” (p.77),

esta revolução que os norte-americanos levaram a vários cantos do mundo não era violenta e nem vermelha, mas científica: era revolução verde. A base de tudo foi a introdução de *sementes selecionadas*, isto é, produzidas em laboratórios, e que deixavam aquelas, que o mágico deu para João do Pé de Feijão, no chinelo. Os rendimentos agrícolas (o que se produzia *na mesma terra e com o mesmo trabalho*) eram por vezes triplicados.(...) A produtividade do trabalho e da terra, com o emprego das sementes de laboratório, aumenta, desde que estas andem bem acompanhadas desde que façam parte de um pacote tecnológico que inclui *máquinas agrícolas, fertilizantes e venenos químicos*.(...) De fato elas produzem mais, mas são extremamente exigentes em elementos químicos que eram dispensáveis para as sementes nativas (ABRAMOVAY, 1998, p.77).

A Revolução Verde contribuiu para aumentar o poder do latifundiário, o que acentuou a concentração da propriedade da terra, pois os pequenos camponeses não tinham acesso às altas tecnologias para levar progresso ao campo. Com isto, o êxodo rural na maior parte dos países pobres tocados pela filosofia da Revolução Verde atingiu altas proporções. Para Abramovay (1998), há vinte ou trinta anos atrás, o nordeste brasileiro abrigava o maior contingente de subnutridos de nosso país, hoje, entretanto, nas periferias das metrópoles do Sudeste/Sul é onde está o maior número de subnutridos do país (ABRAMOVAY, 1998, p.81-83).

Assim, na década de 1960, conforme Wolff (2005), a agricultura moderna começou a ser implantada, invadindo o espaço da agricultura tradicional, até então praticada por comunidades camponesas e indígenas. Caracterizou-se pelo uso intensivo de insumos externos, utilização de máquinas pesadas, manejo inadequado do solo, uso de adubações químicas e pesticidas, sendo também conhecida como agricultura convencional, química ou de consumo.

É sabido que as alternativas à agricultura moderna são várias, todas com a mesma tendência, pois vêm a vida humana e o meio ambiente em um processo de simbiose, uma vez que “a mesma estrutura básica da cadeia ADN, se encontra em todos os seres vivos”. (Boff, 2000, p.25). Esta consciência deve ser apreendida pela humanidade, pois a saúde dos seres humanos depende da saúde do planeta e a saúde do planeta depende das atitudes do homem.

O termo “agroecologia” segundo Altieri *et al.* (1998), possui um significado político e social, pois enfoca não só a produção do alimento, seu processamento e comercialização, mas se preocupa também com as questões sociais como a luta pela terra, a fixação do homem ao campo e a reforma agrária.

Vieira (2005) abordou o crescimento da agricultura orgânica no mundo e pressupôs um crescimento ainda maior, mas alertou para a perspectiva mercantil, o que tem seduzido e atraído novos adeptos. Acredita que muitos estão na busca da construção de um mundo melhor, porém outros veem no sobre- preço praticado, nas possibilidades de exportação e na crescente opção dos consumidores, nichos de mercado que lhes interessa explorar em busca de lucros fáceis.

Neste sentido Caporal e Costabeber (2002) afirmaram que “a Agroecologia não é uma nova agricultura, que nos afasta da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica” (p.14). Entendem que, por isto, cabe a cada um, conscientemente, discutir seus princípios e as dificuldades inerentes à formação humana, porque aí se insere a presença de oportunistas que visam somente o lucro.

Ainda de acordo com os mesmos autores, do ponto de vista da agroecologia, os primeiros objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas sim a “otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais” (CAPORAL e COSTA BEBER, 2002, p.14 e 15). Segundo estes autores são relações complexas deste tipo que alimentam a moderna noção de sustentabilidade, tão importante aspecto a ser considerado na atual encruzilhada em que se encontra a humanidade.

De acordo com Altieri *et al.* (1998), a agroecologia: “é a ciência que tem por base os princípios ecológicos para o desenho e manejo dos sistemas agrícolas sustentáveis e de conservação de recursos naturais, e que oferece muitas vantagens para o desenvolvimento de tecnologias mais favoráveis ao agricultor” (p.4). Destacaram também que as bases da Agroecologia se encontram no conhecimento indígena e em seletas tecnologias modernas de baixos insumos capazes de ajudar a diversificar a produção.

Com base em vários estudiosos e pesquisadores desta área citados⁴ por Altieri *et al.* (1998) consideraram que a agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. Os agroecossistemas “são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável”. (ALTIERI, 2002, 14).

Assim sendo, o Enfoque Agroecológico traz consigo as ferramentas teóricas e metodológicas que auxiliam a considerar de forma holística e sistêmica as seis dimensões da sustentabilidade citadas por Caporal e Costabeber (2002), ou seja: “a Ecológica, a Econômica, a Social, a Cultural, a Política e a Ética. Partindo desta compreensão, repetimos que a Agroecologia não pode ser confundida com um estilo de agricultura” (p.16). Ela apresenta princípios que podem ser aplicados em diferentes estilos de agricultura que considere a sustentabilidade.

Ainda para estes autores, o Enfoque Agroecológico corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Comunicação, da Economia Ecológica e de tantas outras áreas do conhecimento, no redesenho e no manejo de agroecossistemas que sejam mais sustentáveis através do tempo. Trata-se de uma orientação cujas pretensões e contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas. Consideram, ainda, que as suas “bases epistemológicas mostram que, historicamente, a evolução da cultura humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo

⁴ Gliessman, Noorgard, Sevilla Guzmán, Toledo, Leff.

tempo em que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com a cultura humana” (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.15 e 16).

A alternativa para esta realidade é apontada por Vieira (2005), quando nos mostra a importância da produção ecológica de alimentos que representa uma nova visão de agricultura e desenvolvimento, considerando as pessoas e a vida em primeiro lugar, e onde a natureza é vista como parceira.

“É uma agricultura que objetiva produzir alimentos de alto valor biológico, fibras, madeiras e outros com qualidade e em quantidades suficientes, conservando e melhorando o potencial produtivo dos agroecossistemas, constituindo-se em fontes de saúde que contribuem para uma vida melhor” (VIEIRA, 2005, p.1).

Neste mesmo contexto, para Shiva (2000) a biodiversidade significa a diversidade da vida – a rica diversidade de formas vivas em nosso rico planeta. Por outro lado, critica o pensamento reducionista que se orienta apenas para a produtividade e para o crescimento e afirma: “o paradigma dominante vê as árvores como celulose, as vacas como máquinas leiteiras e as plantas apenas como “commodities” (SHIVA, 2000, p.2).

No paradigma da diversidade, as árvores conservam a água e os solos, as plantas produzem alimentos para o homem e outros animais e as vacas são fonte de renovável fertilidade do solo e energia. “Quando tomamos em conta essa abordagem, as espécies nativas e as culturas indígenas deixam de ser improdutivas” (SHIVA, 2000,p.2).

2.2 A insustentabilidade do desenvolvimento predatório

De acordo com Altieri (2002), aproximadamente 1,9 a 2,2 milhões de pessoas ainda não foram atingidas direta ou indiretamente pela tecnologia agrícola moderna, percebendo-se, portanto, que estão à margem do desenvolvimento.

Assim, as catástrofes decorrentes do mau uso e exploração do solo também são uma realidade, a exemplo do que ocorreu no meio oeste norte americano onde milhões de hectares de áreas agrícolas foram inutilizados e os habitantes foram forçados a deixar suas terras.

“A desertificação começou a ser discutida pela comunidade científica nos anos 30, quando um fenômeno conhecido como Dust Bowl (Bola de Poeira) degradou os solos do meio oeste americano, atingindo um área de 380 mil quilômetros quadrados dos estados de Oklahoma, Kansas, Novo México e Colorado. Os cientistas iniciaram os estudos sobre o tema, já mencionando o processo como desertificação. Na época, seria a formação de condições de tipo desértico em áreas de clima semi-árido” (CRISTINA, 2005).⁵

Constatou-se, então, que todas as regiões semi-áridas do mundo, sujeitas a secas periódicas, concentravam as populações mais pobres. Além disso, as áreas são sujeitas aos maiores níveis de degradação ambiental, por suas características físicas e limitações naturais, além de outros fatores como a própria atividade humana.

⁵ Lana CRISTINA. *Desertificação*. Instituto estuda o potencial econômico do Polígono das Secas .Agência Brasil. <http://www.radiobras.gov.br>. acesso 18 de fev de 2005.

Foi só em 1970, no entanto, que a comunidade internacional reconheceu o impacto social, econômico e ambiental do problema. Dessa vez, outra tragédia marcou a mudança de visão: mais de 500 mil pessoas morreram de fome quando ocorreu uma seca na região localizada abaixo do deserto do Saara, conhecida como Sahel.⁶

Felizmente, a tendência para a agricultura ecológica começou a se estender no mundo e no Brasil através de diversas correntes que se diferenciam em alguns pontos, mas que possuem princípios comuns. Estas tendências que têm origem e precursores diferentes, receberam denominações específicas — Orgânica, Biodinâmica, Natural, Permacultura, Alternativa, Nasseriana — mas possuem o mesmo objetivo: promover mudanças tecnológicas e filosóficas na agricultura em busca da construção de um mundo sustentável para as próximas gerações.

2.3 A Agroecologia e o papel fundamental da Educação Escolar

São muitas as formas de preservação da terra que habitamos. Nosso compromisso aumenta à medida que conhecemos as muitas possibilidades de cuidar desta e das gerações futuras. A escola é um dos caminhos e a escola de tempo integral, onde a criança passa a maior parte de seu dia, tem muito mais a oferecer.

A formação de uma consciência cidadã a partir da infância contribui para desenvolver valores que acompanharão o indivíduo por toda a sua vida. Para Altieri (1989) um dos fatores necessários a uma agricultura ecológica é um ser humano desenvolvido e consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração da natureza.

Segundo Gadotti (2000a), o termo ecopedagogia foi lançado na ECO 92 por Francisco Gutiérrez. Relatou também que para Gutierrez os currículos escolares devem ter uma visão ecopedagógica, incluindo desde os estudos infantis temas como meio ambiente natural, o entorno, os contextos urbanos e também a história da Terra e do Universo.

As experiências citadas por Gadotti (2000a), que estão acontecendo em nosso país, no sentido de uma educação voltada para a “sustentabilidade e planetaridade” devem ser consideradas. Por exemplo o Projeto “Uma Fruta no Quintal”- da Prefeitura de Diadema que distribui aos alunos do Ensino Fundamental sementes gratuitas de árvores frutíferas; “A Escola da Terra” da Fundação Peirópolis-Uberaba – MG, que promove à agricultura e pecuária do futuro, adequando às propostas de valores humanos as comunidades rurais; A creche da USP que atende a filhos de professores, funcionários e de alunos com idade entre quatro meses e sete anos, onde todos os integrantes da creche estão envolvidos no processo de transformação de cascas de frutas e legumes em adubo que fortalece e condiciona o solo (GADOTTI, 2000a), p.177-180). Estas experiências trazem esperança de que é possível construir um mundo mais saudável, habitado por gente consciente.

A diferença mais importante entre a visão agroecológica do mundo e a da ciência ocidental é que os agroecologistas vêem as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento; assim a cultura humana molda sistemas biológicos quanto estes moldam a cultura. Os povos e seus sistemas desenvolvem-se mutuamente (ALTIERI, 1989).

Os princípios da agroecologia são universais, mas as técnicas aplicadas de diversificação, de reciclagem e de integração são específicas para cada local (ALTIERI, 2002). A escola tem um

⁶ Idem

importante papel a desenvolver neste aspecto incentivando e criando condições para mapear a comunidade local, conhecendo a sua população, as dificuldades e possibilidades do lugar em que mora.

A ecopedagogia propõe uma pedagogia “biófila, ou seja, capaz de promover a vida e que possa motivar o aluno a envolver-se, comunicar-se, compartilhar, problematizar, relacionar-se, entusiasmar-se.” (MAGALHÃES, 2006, p.266).

2.4 Uma educação para um mundo sustentável

Na escola, eu tinha visto a Terra tão diferente.[...] Estudei a terra como se estivesse dissecando uma barata. Conheci as suas camadas, sua origem, suas características. Não me explicaram a relação entre as precárias condições de vida e a política econômica, industrial, ambiental.[...] Nunca tive na escola a oportunidade de plantar uma árvore, de colher legumes de uma horta, (...)
(ANTUNES. 2000, p. 13).

A Terra precisa ser apresentada às crianças, é preciso senti-la como um organismo vivo, dependente de nossos cuidados, para que a humanidade possa viver em um planeta sustentável e assim conquistar uma vida saudável. Mas, como motivar as crianças a apreenderem uma educação para a sustentabilidade, em um país onde o império capitalista se encontra instalado? Segundo Gadotti, (2000) o potencial destrutivo gerado pelo desenvolvimento capitalista o colocou numa posição negativa com relação à natureza. O autor apontou em sua obra a planetariedade; a sustentabilidade; a virtualidade; a globalização e a transdisciplinaridade como algumas categorias que se apresentam na literatura pedagógica e que contribuem para compreender tanto as perspectivas atuais quanto a educação do futuro (GADOTTI, 2000a, p.38).

Também Capra (2006) é defensor de um modelo de educação que considere a visão sistêmica da vida no planeta, pois acredita numa transformação a partir da escola que deve praticar uma pedagogia centrada na ética e na filosofia, construtora de significado e plugada no mundo. Ainda segundo o mesmo autor “todos os sistemas vivos têm em comum conjunto de propriedades e princípios de organização, o pensamento sistêmico pode ser aplicado para integrar disciplinas acadêmicas antes fragmentadas (...)” (p. 50). Acrescenta, ainda, que

por meio da aplicação da teoria dos sistemas às múltiplas relações que interligam a família terrena, nós podemos identificar conceitos essenciais que descrevem os padrões e os processos essenciais pelos quais a natureza sustenta a vida. Esses conceitos, o ponto de partida para a criação de comunidades sustentáveis, pode ser chamado de princípios da ecologia, princípios da sustentabilidade, princípios da comunidade ou mesmo de fatos básicos da vida. Precisamos de currículos que ensinem às nossas crianças esses fatos básicos da vida. (CAPRA, 2006, p.51)

Neste sentido Gadotti (2000b) sugere que haja um “novo professor, mediador do conhecimento, sensível, crítico, aprendiz, permanente e organizador do trabalho na escola, um orientador, um cooperador, curioso e, sobretudo, um construtor de sentido” (p.45). Nesta mesma linha de raciocínio a Terra é revelada “como um novo paradigma (...) para reorientar a prática pedagógica” (Antunes, 2000, p.12). Assim o Instituto Paulo Freire conferiu uma discussão política ao tema Ecopedagogia.

Outra experiência de significativa importância com vistas a uma educação voltada para a sustentabilidade ocorre desde 1995 em Berkley na Califórnia - EUA, a criação do Centro de Eco-Alfabetização, fundado por Fritjof Capra, físico respeitado, pensador sistêmico e autor de vários livros; por Peter Buckley filantropo apaixonado pela educação das crianças e pelo meio ambiente e por Zenobia Barlow, então diretora de um grupo de especialistas em assuntos ecológicos. Foram convidados para compor o grupo, David W. Orr e Gay Hoagland, que se juntaram a eles na formação da Diretoria do Centro. Trabalhou-se segundo os autores Stone e Barlow (2006) tendo como hipótese que:

A aplicação dos conceitos básicos do pensamento sistêmico levaria a uma mudança sustentável na educação. Para testá-las nós procuramos escolas que (1) funcionassem como comunidades integradas; (2) expressassem o espírito da reforma escolar sistêmica; (3) estivessem comprometidas com o ensino de matérias ecológicas com base em projetos de ensino relacionados a lugares específicos - incluem-se escolas urbanas, suburbanas e rurais; (4) quisessem integrar ao seu currículo atividades em horta escolar; recuperação de habitat ou trabalho com energia, moradia ou programas de justiça ambiental (STONE E BARLOW, 2006, p.28 e 29).

Este centro teve como base em sua estruturação, a sabedoria dos povos indígenas. Porém, Evans (2006) reconhece que “ instituir uma mudança duradoura nas escolas pode ser como mudar o curso de um transatlântico”(p.292). Conclui que as escolas são uma das mais conservadoras instituições democráticas da nossa sociedade, e, portanto as que têm processo de mudança mais demorado. Segundo este autor, uma mudança só seria possível com o envolvimento dos profissionais da educação.

Isto nos permite inferir que o trabalho educacional capaz de construir uma educação para a sustentabilidade deverá ter lugar de destaque no cotidiano escolar, comprometendo-se com os princípios e propostas na Carta da Terra e na Carta da Ecopedagogia.

A ecopedagogia pode ser vista como um movimento pedagógico, entendida no aspecto político e social, pois surge no interior da sociedade civil e/ou como uma abordagem curricular que implica numa reorientação dos currículos escolares, propondo que sejam oferecidos conteúdos significativos para o aluno e para a saúde do planeta. Assim os valores que sustentarão uma proposta ecopedagógica envolverão: diversidade e interdependência com a vida; respeito aos direitos humanos; desenvolvimento sustentável; justiça, equidade e comunidade; prevenção...

A Constituição Federal do Brasil prevê em seu Capítulo VI Art. 225, que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, CF, 1988).

CAPÍTULO III

A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA NO CAMPUS DA UFRRJ

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro teve seu marco originário no Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha e pelo Ministro da Agricultura Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, que estabeleceu as bases fundamentais do ensino agropecuário no Brasil, criando a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV) cujo primeiro diretor foi o engenheiro agrônomo Gustavo Dutra. Após ter passado por três sedes, nasceu em 1943 a Universidade Rural.

(...) no início da década de 1960, era denominada Universidade Rural (UR), designação esta que lhe foi atribuída em 1943, pelo Decreto-Lei nº 6.155, que a instituiu, e mantida pelo Decreto nº 16.787, de 11 de outubro de 1944, que o sucedeu. Ocupava, desde 1948, o *campus* especialmente construído para abrigá-la, no Km 47 da antiga Estrada Rio-São Paulo. Subordinava-se ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), órgão do Ministério da Agricultura. A desvinculação do CNEPA se deu em 1º de agosto de 1960, através do Decreto nº 48.644. Este mesmo dispositivo legal nomeou-a Universidade Rural do Rio de Janeiro. Em 11 de outubro de 1962, a Lei Delegada nº 9 atribuiu à Instituição a denominação desejada pela maior parte da comunidade universitária da época: Universidade Rural do Brasil (URB) (art. 39), no entanto, manteve-a, juntamente com a Universidade Rural de Pernambuco, subordinada ao Ministério da Agricultura (art. 5º, parágrafo único). A nova designação, porém, só foi plenamente assumida a partir da aprovação do Estatuto da Universidade Rural do Brasil, em 1963 (Decreto nº 1.984) (OTRANTO, 2006, p.1).

A UFRRJ, com sua vocação agrária, às vésperas de completar cem anos, oferece à sua comunidade trinta e dois cursos de graduação, dezoito cursos de Pós-graduação "*strito e latu sensu*" além de oferecer cinco cursos de especialização, em diferentes áreas do conhecimento⁷.

O desenvolvimento urbano de Seropédica iniciou-se no ano de 1948 quando a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro se instalou às margens da Antiga Rodovia Rio-São Paulo, hoje BR 465 (IBGE.2009)⁸. Ainda segundo dados do IBGE, o município de Seropédica possui 72.466 habitantes, sendo um dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Seropédica foi elevada à categoria de Município pela Lei Estadual 2446 de 12-10-1995, tendo tido a sua emancipação político-administrativa e geográfica em relação ao município de Itaguaí em 01-01-1997. Está localizada na Baixada Fluminense, próximo aos municípios de Paracambi; Japeri; Itaguaí, Nova Iguaçu além de alguns bairros do município do Rio de Janeiro. É um município com as características típicas dos demais municípios que constituem a região mais pobre do

⁷ <http://www.ufrj.br> acesso em 10/10/2009.

⁸ www.ibge.gov.br acesso em 08 de julho de 2009

Estado, densamente povoada, e com problemas que vão da violência às questões de carência na área de saúde e níveis educacionais preocupantes (BRASIL, IBGE, 2009).

3.1 Localização e instalações físicas do CAIC Paulo Dacorso Filho

Neste contexto geográfico, situa-se o CAIC Paulo Dacorso Filho, que está localizado no *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, às margens da BR 465 no Município de Seropédica, Rio de Janeiro.

Ocupa uma área de 15.000 m², sendo 5.000 m² de área construída. Possui um espaço apropriado para oferecer educação em tempo integral, compreendendo um Ginásio de Esportes, jardins internos e externos, espaço para o cultivo de horta escolar, área de saúde com consultórios de pediatra, dentista e sala de vacinação, dois refeitórios, lavanderia, auditório, biblioteca, espaço de creche, vinte salas de aulas e sete salas de atividades múltiplas, área administrativa, solário, teatro de arena e campo de futebol. O modelo construído no *campus* da UFRRJ, conforme Figs. 1 e 2, tem padrão AA12⁹

Com estas instalações o prédio que fora tecnicamente planejado para receber as crianças e adolescentes em tempo integral, beneficia, hoje, diretamente os 464 alunos ali matriculados em tempo integral e, indiretamente, suas famílias. Além disto, tem também atividade noturna, com turmas de Educação de Jovens e Adultos e Pré-Vestibular Comunitário, hoje denominado pré-ENEM. Aos finais de semana, normalmente é utilizado pela comunidade para diferentes atividades como: casamentos, aniversários, encontros religiosos e esportivos. Nas Figs 1 e 2 observa-se a vista lateral do Ginásio de esportes e uma vista parcial do prédio, respectivamente.



Fig.1 - Vista Parcial do Ginásio de Esportes do CAIC Paulo Dacorso Filho.



Fig.2 - Vista Parcial da entrada principal do CAIC Paulo Dacorso Filho.

⁹ Padrão AA12 – corresponde à especificação Argamassa Armada com 12 salas de aulas, com tamanho padrão de 16 mil m².

3.2 O Patrono Paulo Dacorso Filho¹⁰

O Professor Paulo Dacorso Filho natural, de Tupancuretan, Rio Grande do Sul, onde nasceu em 14 de abril de 1914, foi aluno da Escola de Agricultura e Medicina Veterinária do Ministério da Agricultura, tendo se destacado ao longo de toda a sua vida acadêmica e profissional. Especializou-se em Patologia Humana e Veterinária, obteve o título de Mestre em Patologia na Universidade de Wisconsin nos EUA e, além da carreira docente e de pesquisador, exerceu funções administrativas na Universidade. Foi membro efetivo de Sociedades pelas quais sempre se empenhou, especialmente da Sociedade Brasileira de Patologia. Por sua proposição criou, junto ao CNPq, o Comitê de Medicina Veterinária e Zootecnia, do qual foi Diretor em 1972.

Recebeu muitas homenagens dos alunos, tendo sido um dos professores mais homenageados pelos alunos da Escola de Medicina Veterinária da então Universidade Rural do Brasil e da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro estava sob intervenção quando o Prof. Paulo Dacorso Filho foi nomeado Reitor, no período de 1965-1968. Implantou o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (RETIDE); abriu concursos, criou a Escola de Pós Graduação, organizou a Biblioteca com o apoio de uma bibliotecária do IBICT, além disto, realizou melhorias em laboratórios e salas de aulas.

Com referência a esta nomeação, Otranto (2008) destacou:

o interventor da Rural – Frederico Pimentel Gomes – era professor de Estatística em Piracicaba, São Paulo. Dirigiu a Universidade de 29 de abril a 30 de dezembro de 1964, quando foi substituído por Paulo Dacorso Filho, que integrou a lista sêxtupla, elaborada pelo Conselho Universitário (...) (OTRANTO, 2008,p.6).

Ao término de seu mandato, o Professor Paulo Dacorso Filho, em reunião dos Conselhos Superiores da Universidade, foi indicado para compor a lista tríplice e recebeu o maior número de votos, porém recusou-se a participar da lista, pois considerava fundamental o apoio estudantil para administrar a universidade¹¹.

Com base neste perfil, conforme relatou o Prof. Hugo Edson Barbosa de Rezende, em 14 de outubro de 1992, foi encaminhado Ofício GR-452 à Subsecretária de Programas Especiais, Sra Tatiana Memória, solicitando entendimento entre a UFRRJ e o Governo do Estado do Rio de Janeiro quanto à indicação do nome de Paulo Dacorso Filho ao Centro de Atenção Integral à Criança, em final de construção no *campus* da UFRRJ.

Em reunião do Conselho Universitário (CONSU) foi apresentado pelo Magnífico Reitor, através da proposta 01 de 1993, a concessão do nome do Professor Paulo Dacorso Filho a este Centro, o que foi aprovado por todos os membros presentes. (UFRRJ, CONSU, 16 de fevereiro

¹⁰ Informações registradas pelo Prof. Hugo Edson Barboza de Rezende, Reitor da UFRRJ no período de 1989-1993 e complementadas por ocasião da pesquisa de campo desta dissertação.

¹¹ Apreciação do Prof. Hugo Barbosa de Rezende, Reitor (1989-1993), em entrevista concedida à autora em 25 de Abril de 2009.

de 1993). Na figura 3, lê-se o nome do Professor Paulo Dacorso Filho na placa de inauguração, localizada na entrada principal do CAIC.



Fig 3 - Placa de inauguração do CAIC onde consta o nome do Professor Paulo Dacorso Filho.

Esta proposta foi motivada pela convivência como aluno, e posteriormente colega de profissão, do então Reitor Prof. Hugo Edson Barbosa de Rezende, como destacou em sua entrevista:

O empenho que tive para homenagear Paulo Dacorso Filho foi por ele ter sido um grande homem. Fui aluno dele, convivi com ele durante muitos anos. Era uma pessoa que ajudava a todos em sua especialidade médica e veterinária. Foi um humanista, professor catedrático, livre docente, pesquisador e em final de sua carreira foi Reitor da Rural, num momento extremamente difícil, numa época em que as denúncias se acumulavam e vinham de todos os lados, ele mesmo foi objeto de denúncia. Homem culto, sensível, excelente professor e fico muito satisfeito por seu nome ter sido aceito.

3.3 A construção de uma Unidade do Centro Integrado de Atenção à Criança (CIAC) no Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Com a implantação dos Centros Integrados de Atenção à Criança - CIAC, previsto para todos os estados do Brasil, foi construída uma unidade no *campus* da UFRRJ para ser gerido pela própria universidade. Em reunião do CONSU foi apresentada a intenção da Universidade em realizar Convênio com o Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, objetivando a implementação de ações relacionadas ao Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente na Unidade de Serviços construída no *campus* da Universidade. (UFRRJ, CONSU, Ata de 16 de Fevereiro de 1993).

O que motivou a implantação de um Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente no *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro?

Poucas informações foram encontradas nas atas do Conselho Universitário (CONSU), mas os documentos oficiais comprovam que a Universidade pleiteou a construção do Centro Integrado de Atenção à Criança - CIAC, desde o seu planejamento no âmbito do Governo Federal no ano de 1991. Assim este interesse ficou evidenciado no Ofício 174 GR de 24.05.1991 (Anexo II), dirigido ao Secretário Nacional de Educação Superior – Paulo Roberto Moglia Thompson Flores.

No intuito de reforçar seus argumentos foram apontadas as forças sociais e políticas que se congregariam em prol da implantação e dinamização do Centro Integrado de Atenção à Criança, tais como: a Prefeitura Municipal de Itaguaí, à época; Embrapa Agrobiologia; Pesagro-Rio; os Cursos de Licenciatura da UFRRJ – com ênfase nas ações do Curso de Economia Doméstica- Instituto de Ciências Humanas e Sociais e de Ciências Agrícolas - Instituto de Educação.

O conjunto de atividades previsto para serem desenvolvidas no CIAC, também relatadas no mesmo ofício, sugeria que fosse de natureza fundamentalmente pedagógica, pois incluía planejamento, direção, supervisão, assistência à criança, integração social e coordenação de serviços auxiliares, além de lecionação prática de disciplinas afins do curso de Economia Doméstica para o desenvolvimento e aplicação de novas técnicas.

Reforçando a sua solicitação, o Reitor voltou a insistir junto à Secretaria de Ensino Superior do MEC, através do Ofício 402/GR de 17 de outubro de 1991, nos mesmos termos do Ofício 174/GR/1991. Em relação a questão dos recursos humanos, sugeriu que fosse parcialmente atendida pelos docentes do Departamento de Economia Doméstica.

Em nota, o Reitor prestou esclarecimentos à comunidade universitária e à população de Seropédica, quanto à construção do CIAC no *Campus* da UFRRJ. (Anexo III). Neste mesmo documento a Reitoria apresentou, em linhas gerais, as atividades que seriam desenvolvidas no CIAC.

No Ofício 191/GR de 27 de maio de 1992 (Anexo IV), percebe-se que a universidade passava por um momento de muitas reivindicações por parte dos movimentos de seus servidores e que a sociedade brasileira vivenciava um momento de luta pela sua reestruturação e consolidação da democracia.

Para o Vice-Reitor a época, Professor José Antonio de Souza Veiga (1989-1993), a vinda do CIAC foi “fruto de uma busca incessante de determinar um ritmo mais ativo à Rural, segundo ele, ponto marcante da gestão Hugo Rezende”. Assim entendia que este fato visava “integrar mais, ter maior presença e atuação junto à sociedade, especialmente a local”.

Mediante cessão em Comodato, em favor do Ministério da Educação, de uma área de 15.000 m², de propriedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, citada na Deliberação n^o4 de 16 de Fevereiro de 1993, (Anexo V) o Conselho Universitário aprovou a construção do Centro Integrado de Atenção à Criança – CIAC no *Campus* e sob a responsabilidade da própria universidade.

Diante da dificuldade de sustentação de um projeto como este no âmbito da Universidade e de seu entendimento quanto à importância não só para a comunidade universitária, como também para a Vila de Seropédica (atualmente Município de Seropédica) o Reitor à época, Prof. Hugo Edson Barbosa de Rezende, buscou alternativas, como consta do Ofício 548 datado de 16 de dezembro de 1992:

conforme entendimentos mantidos com V.Sa e, tendo o Dr Abdala Radi Mastum solicitado o imediato encaminhamento do Estatuto e o Regimento Geral da Fundação Waldemar Raythe, temos a satisfação de fazê-lo, visando à integração com o CIAC localizado em área desta Universidade.

Este documento sugere que a Reitoria buscava integrar a Fundação Waldemar Raythe ao CIAC para garantir a sua gestão pela universidade. Foi possível notar, através da documentação oficial, sinais de desentendimentos entre a Universidade e os possíveis parceiros, conforme consta no Ofício nº 13/GR de 25/01/93 (Anexo VI), em que o Reitor reivindicava a integração do CIAC com a Universidade Rural, pois “não concordava com o funcionamento desta instituição como um “quisto” dentro da Universidade Rural ”e entendia que “assim procedendo, estaria defendendo os interesses maiores da educação”.

Diante deste contexto foram relatadas as dificuldades que ocorreram junto aos governantes do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Itaguaí que não concordavam com a administração do CIAC pela universidade. Neste mesmo sentido, tendo sido confirmado na entrevista, foi relatado que estas dificuldades se agravavam a cada dia, mas a posição do Reitor – Prof.Hugo Edson Barbosa de Rezende era de que “não abríamos mão de que este CIAC fosse administrado pela Universidade Rural”.

Além do Reitor à época, Prof. Hugo Edson Barbosa de Rezende (1989 – 1993) foram entrevistados: Prof. Manlio Silvestre Fernandes, (Reitor de 1993 a 1997); Prof. José Antonio Veiga de Almeida, Vice – Reitor (1989-1993) e (Reitor – 1997 a 2005); Prof. Ricardo Mota Miranda (Reitor 2005 - presente data); Profa. Ana Maria Dantas Soares (Vice Reitora 2005 – presente data). Todos os entrevistados reconheceram a importância da integração das três instâncias: Estado, Município e Universidade, porém admitiram a dificuldade da gestão compartilhada, em que, a cada mudança de governo, impõe-se uma nova negociação.

Como relatou em entrevista, o Reitor Prof Hugo Edson Barbosa de Rezende (1989-1993) deixou registrado em seu Relatório de Gestão a construção, assim como a proposta de implantação do CIAC no *campus* da universidade.

O CIAC, foi integrado ao *Campus* da UFRRJ pelo Programa do Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, com gestão assegurada para a Universidade Rural. (...) Para tanto, contará com o apoio do MEC, com relação ao mobiliário, equipamentos, material didático e alimentação e terá recursos financeiros assegurados para execução das suas atividades.(UFRRJ, Relatório de Gestão,1994,p.50,51).

Para o Vice-Reitor a época Prof. José Antonio Veiga de Almeida (1989-1993),

o Projeto foi formatado pelo Prof. Hugo, que pensava o CIAC como um complexo abrangente, que não seria uma repetição dos colégios existentes, desde a sua concepção até o funcionamento. A gestão também seria compartilhada (a três) com os governos do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Itaguaí, com responsabilidades e atribuições bem definidas. A coordenação seria da Rural. No Projeto, audacioso e inovador, constavam propostas completamente novas, que se tornariam com o tempo inviável: a Creche, a pré-escola, um curso de formação Agrícola em nível de primeiro grau, um Centro Permanente de

Capacitação de Professores. Sobre este tema, participei de reuniões com representantes do Governo do Estado: a idéia era fazer um núcleo voltado para a capacitação de todo o professorado da rede estadual. Um Colégio de Aplicação inspirado nos colégios da UFRJ e da UERJ e uma Escola Oficina, com o apoio do SENAI, que ocuparia o último módulo físico da construção. O Prof. Hugo tinha facilidade de expor o Projeto porque formatou bem a idéia, sensibilizava as pessoas e teve êxito. (...) Os primeiros documentos oficiais a respeito do CIAC datam de 1991. Os primeiros contatos para a efetiva implantação, reuniões, visitas técnicas e superação de dificuldades, foram a partir de 1992.

Ainda em seu ponto de vista, o CIAC deveria atender as crianças em idade pré-escolar e primeiro ano de Escolaridade (antigo CA).

Ai que entrava a minha discordância. Da lógica de complexo que ele tinha. A minha lógica é que ele deveria ser inovador e reformador. Eu achava que o grande lance da mudança de pensar não estava na escola formal, mas na pré-escola. Naquela época eu apostava na pré-escola. (...) Eu achava que dar à criança de classe econômica mais baixa a possibilidade dela ter a mesma condição escolar de uma criança da classe média seria mais transformador. Como uma família de baixa renda vai pagar a pré-escola?

Em meio às discussões internas e externas envolvendo a implantação do CIAC, naquele ano de 1993, a comunidade universitária vivia um momento de grandes transformações. Neste contexto houve a mudança de gestão e assumiu a Reitoria o Professor Manlio Silvestre Fernandes (1993-1997) que representava oposição aos modelos de gestão até então vivenciados pela UFRRJ. Como declararam em entrevista, os novos membros da Administração Superior disseram desconhecer a proposta da Universidade para o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, agora sob a sua responsabilidade.

Segundo a Profa Ana Maria Dantas Soares, Decana de Extensão (1993-1997) e responsável pela condução do Projeto, juntamente com a Vice Reitoria, as informações sobre a construção do CAIC foram passadas aos novos gestores pelo Ministério da Educação:

quando assumimos a gestão da Universidade (1993-1997), e eu assumi o Decanato de Extensão, vimos o prédio pronto, destinado a oferecer a educação integral às crianças. Mas não tínhamos uma noção muito precisa do que seria. Então fomos ter os primeiros contatos com uma Secretária Extraordinária do MEC que era responsável pela implantação dos CAICs e aqui no Rio de Janeiro também havia uma Secretária Extraordinária, (...). Assim foi nos colocado que era um projeto para ser trabalhado em parceria com os governos Estadual, Federal e o Município de Itaguaí, uma vez que Seropédica fazia parte de Itaguaí. E nós começamos a ter as primeiras reuniões. Nisto nos foi dito que o CAIC seria inaugurado em março daquele ano. Nós tínhamos há pouco tempo assumido a gestão da universidade, quando ocorreu a cerimônia de inauguração.(...)

Para o novo Reitor, Prof Manlio Silvestre Fernandes (1993-1997), recém empossado ao cargo, a comunidade não estava de acordo com a implantação do CAIC no *campus*, pois já

tínhamos um CIEP praticamente dentro do *campus*. ”Porém vimos que era uma proposta boa (...) a idéia era envolver o Instituto de Educação neste projeto. A idéia era interessante porque eu achava a idéia dos CIEPs muito interessante”.

No dia 14/03/1993¹², o CAIC Paulo Dacorso Filho foi inaugurado, pelo Ministro da Educação, ocupando parte dos 15.000 m² para ele destinados e com 5.590 m² de área construída, no *campus* da UFRRJ, ao lado do Instituto de Educação e de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ, como pode se observar na figura 5



Fig. 4 - Mapa Sensitivo¹³ da área da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com destaque para o CAIC Paulo Dacorso Filho.

3.4 Uma Universidade da Educação Infantil ao Pós-Doutorado

A real compreensão dos fatos pode ser complementada pela memória de quem vivenciou o processo. Por isto as entrevistas trouxeram à luz acontecimentos significativos diante dos quais foi possível entender o envolvimento da Universidade diante de um projeto como este, bem como quais foram os seus propósitos, e tornou conhecida a condução deste processo interna e externamente naquela época.

Diante de compromissos assumidos pela sociedade brasileira com as crianças e adolescentes, fundamentados na Constituição Federal de 1988, e particularmente pelo Governo Brasileiro em diversos fóruns internacionais, foram propostas, a partir dos anos 1990, ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social para crianças e adolescentes, com o objetivo de buscar melhores condições de vida para esta faixa etária.

¹² Nesta época já havia mudado a sua denominação de Centro Integrado de Atenção à Criança (CIAC) para Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC).

¹³ www.ufrj.br Mapa Sensitivo do *campus* Seropédica da UFRRJ. Acesso em 10 de setembro de 2009.

Neste contexto foi implantado em âmbito nacional o Projeto Minha Gente, através do Decreto nº 539 de 26 de maio de 1992, em seguida revogado pelo Decreto 631 de 12 de agosto de 1992. Para sustentação deste projeto o Governo Federal propôs a construção de cinco mil Centros Integrados de Atenção à Criança – CIAC para serem geridos em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil organizada. Entretanto, segundo Sobrinho e Parente (1995), foram construídos, em vários estados brasileiros 423 Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC's) até o ano de 1994.

Do ponto de vista da legislação brasileira tanto da Constituição Federal quanto das Leis da Educação, a Educação Infantil, Fundamental e de Nível Médio, respectivamente, são de responsabilidade dos Municípios e dos Estados; salvaguardando as exceções como o Colégio Pedro II, as Escolas de Aplicação no âmbito das Universidades, as Escolas Técnicas Federais e Colégios Militares. Diante de tantas exceções a administração superior da UFRRJ (1993 – 1997) não poupou esforços no sentido de viabilizar o funcionamento do CAIC Paulo Dacorso Filho.

Assim declarou o Assessor da Reitoria a época, e atual Reitor Prof. Ricardo Motta Miranda: “há o mérito do Prof. Hugo por ter percebido a importância deste projeto e ter lutado por ele, e há o mérito da administração do Prof. Manlio que teve a competência de implantar, pois foi um grande desafio.”

O Reitor Prof Hugo Edson Barbosa de Rezende (1989-1993), que em sua gestão pleiteou a implantação do Programa na Universidade, também se posicionou a respeito quando relatou que: “todas as suas informações estavam relacionadas ao pleito do CAIC, a construção do CAIC e todo o esforço para fazê-lo funcionar ficou a cargo da gestão do Prof. Manlio.” Entendia que a universidade carecia de um espaço para as práticas de Ensino das Licenciaturas.

Quando fui Vice-Reitor fomos agraciados com o programa do Governador do Rio de Janeiro, à época Leonel Brizola, através da construção de um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) que a universidade cedeu o terreno para esta construção. Entendemos a importância deste ato, pois beneficiaria também os cursos de licenciaturas da universidade, onde poderiam realizar a sua prática. Assim foi cedido o terreno, porém quando iniciou seu funcionamento a universidade não pôde participar. Havia muita dificuldade para as licenciaturas realizarem as suas práticas de ensino nas escolas próximas à universidade. Com o advento do Programa dos CIACs no Governo Federal, ele passou a ser nosso foco.

Neste sentido, o Prof. Hugo Rezende declarou, ainda, ter agido conforme os interesses da universidade.

Seropédica não constava da prioridade do programa, assim como a universidade. Já tínhamos um CIEP em terras da Universidade, a poucos quilômetros do Prédio Principal. Tínhamos, então, que convencer a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e o Governo do Estado que haviam recebido a responsabilidade de conduzir a implantação destes Centros no Rio de Janeiro.(...) Foram muitas as complicações, todas advindas do governo e da Secretaria de Projetos Especiais, que tinham que conhecer a nossa estrutura, onde estávamos, do ponto de vista de localização, os objetivos e prioridades, para tentar incluir a Rural no Programa dos CIACs. (...) Finalmente consegui com a

Secretaria de Projetos Educacionais Especiais do Governo Collor a apreciação do nosso projeto.

Relacionou nesta ocasião os programas realizados pela Universidade: Capacitação Docente junto aos Municípios; convênios da Universidade com Prefeituras e outros órgãos; qualidade da Biblioteca Central; atuação nos Programas em Defesa do Meio Ambiente junto a Marinha, Itacuruçá e Florestas da Ilha Grande; e convênios internacionais. Além disto, havia a possibilidade de enriquecer a alimentação no CIAC com o subproduto dos Projetos de Pesquisa:

Era necessário convencer os Governos Federal e Estadual que estávamos propondo algo diferente. Muito mais amplo, de muito maior alcance para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Tudo isto só poderia acontecer se a universidade tivesse o comando, podendo administrar à sua maneira e com liberdade para decidir. Daí a preocupação de controle da situação.

Assim, a universidade viu no CAIC a oportunidade tanto para qualificar seus estudantes, quanto para contribuir efetivamente com a qualificação dos profissionais de educação do recém emancipado município, que sofria de muitas deficiências. Constatou-se esta intenção em todas as entrevistas dos dirigentes ouvidos.

Para o Vice-Reitor a época Prof. José Antonio de Souza Veiga (1989-1993), e posteriormente Reitor (1997-2000 e 2001-2005),

o CIAC abria um campo de integração da Rural com as comunidades, a família passaria a ver a presença da Rural ao seu lado, não só no ensino superior, mas já via a presença de seus filhos utilizando a estrutura da universidade desde pequenos, esta era uma busca que o prof. Hugo tinha e que eu tive também como Reitor.

Acrescentou ainda que:

a primeira idéia foi de construir o CIAC ao lado do Colégio Estadual Presidente Dutra, pois é um prédio que também pertence à Rural. Pensava-se que o inovador da proposta poderia vir a integrar os dois. O que não foi aprovado pelo engenheiro, pois tiraria a sua forma linear. Então foi construído entre o Instituto de Educação e o Colégio Técnico da UFRRJ. Definido o local da construção, continuaram as discussões em torno da gestão. O Estado olhava sempre desconfiado, isso é nosso ou não? Quem vai expedir certificados? Por outro lado a Rural não permitiria que ele fosse comum. Eu pressentia que não seriam muito simples, três instâncias públicas envolvidas, a federal, estadual e municipal

Assim foi construído no *campus* da UFRRJ, por opção de seus gestores a época, um Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, que todos os entrevistados reconheceram ter se tornado uma referência no contexto educacional do Município de Seropédica, apesar de existirem tantas dificuldades em seu sistema de gestão.

Para o Reitor Prof. Hugo Edson Barbosa de Rezende (1989-1993), o problema da educação brasileira está no ensino básico, e a universidade precisa contribuir para a melhoria desta educação. Assim ele entendia que a construção do CIAC no *campus* e a sua administração pela Universidade seria uma oportunidade para oferecer a formação continuada aos Professores do estado e município. Manifestou em sua entrevista o desejo da implementação de ações para o CIAC em Ensino, Pesquisa e Extensão. Além dos serviços sociais, como assistência às famílias e aos adolescentes da comunidade.

Tendo a mesma compreensão, todos os entrevistados destacaram a importância da Universidade, que receberia a criança com um ano de idade (creche) e teria a oportunidade de formá-la até o nível de pós-doutorado. Como enfatizou a Professora Ana Maria Dantas Soares, atual Vice-Reitora: “a minha perspectiva é uma Universidade Rural que tenha como eixo central a questão ambiental que é o seu dever maior, e que perpassasse desde a creche até o pós-doutorado”.

Assim também se manifestou o atual Reitor Prof Ricardo Motta Miranda, que à época era Assessor Especial da Reitoria:

quando assumimos a gestão da universidade, em 1993, chegamos a pensar em outra utilização para o CAIC, pela universidade, mas quando nos inteiramos melhor sobre o programa em si, vimos que aquele programa abria a oportunidade para que a universidade oferecesse uma educação de qualidade desde a educação infantil até a pós graduação.

Da mesma forma, o Reitor Prof José Antonio de Souza Veiga (1997-2000 e 2000-2005), e Vice-Reitor à época de sua construção, declarou que, embora tivesse para o CIAC uma proposta diferente, entendia o quanto seria importante para esta comunidade de periferia uma criança que tivesse feito desde o primário ao doutorado em uma universidade. Segundo ele, isto não existe em outro lugar do mundo.

Reconhecendo a importância do projeto, após certificar-se de sua proposta, o Vice Reitor Prof. José Carlos Neto (1993-1997) enviou ao MEC o Ofício 253/GR de 28 de julho de 1993 (Anexo VII) reiterando o interesse da Universidade em administrar o CAIC Paulo Dacorso Filho.

3.5 A Efetivação da Gestão compartilhada: UFRRJ – Estado e Município

O Estado do Rio de Janeiro, como relatado no Capítulo I deste estudo, estava envolvido com a implantação dos CIEPs, e quanto ao programa dos CIACs, havia sido acordado entre o MEC e os governos estaduais de que seria de responsabilidade de cada Estado. No caso específico do Rio de Janeiro, o governo Estadual priorizou este programa como havia priorizado o Programa dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs.

Ainda no ano de 1993, o Jornal da Cidade de Itaguaí divulgou uma matéria denunciando o abandono do CIAC pela UFRRJ (Anexo VIII). O Reitor solicitou ao Jornal o direito de resposta, que foi escrito pela Decana de Extensão Profa Ana Maria Dantas Soares, a quem o CAIC estava administrativamente vinculado (Anexo IX). Neste documento ao jornal foram detalhadas inclusive as questões referentes as articulações entre os três poderes: federal (representado pela universidade), estadual e municipal.

Após longas e exaustivas reuniões foi possível acertar a parceria entre as três instâncias administrativas. A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro se responsabilizou pelos

recursos humanos, direção adjunta, professores e servidores de apoio; a Prefeitura de Itaguaí assumiu o Programa de Saúde Escolar e os técnicos administrativos; a Secretaria Extraordinária de Projetos Educacionais do Rio de Janeiro o fornecimento da merenda escolar. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro complementou os recursos humanos, designou a Direção Geral e assumiu a liderança do projeto. A manutenção dos equipamentos ficou sob a responsabilidade da universidade que os tombou para seu patrimônio.

Assim, foram assinados os convênios com a Secretaria de Estado de Educação em 30 de março de 1994 (Anexo X) e com a Prefeitura Municipal de Itaguaí em 11 de outubro de 1994 (Anexo XI). Em julho de 1994 foi assinado, entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o Termo de Cessão Provisória de uso visando a utilização da unidade de serviços denominada Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Paulo Dacorso Filho (Anexo XII). Desta forma o CAIC Paulo Dacorso Filho se estabeleceu como uma Unidade de Convênio junto a Secretaria de Estado de Educação e a Prefeitura Municipal de Itaguaí para ser administrado em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Além deste projeto de grande importância no âmbito da educação, naquele ano de 1994, a universidade vivenciou experiências de grande relevância para a sua história. Dentre as homenagens acadêmicas propostas pelo Conselho Universitário - CONSU foi concedido o título de Doutor “Honoris Causa” ao sociólogo Herbert José de Souza-Betinho, idealizador e líder da Ação pela Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida, que esteve presente na universidade no dia 17 de outubro para receber o seu título e fazer a abertura das semanas acadêmicas dos Cursos de Agronomia, Biologia e Economia Doméstica. O seu discurso trazia à tona os anos de abandono social e moral porque havia passado o nosso país e apelava pelos trinta milhões de miseráveis ainda existentes na população brasileira (RURAL SEMANAL n^o 5, 1994, p.1).

Precisamente no dia 06 de dezembro do mesmo ano, a UFRRJ entregou, também, o título de Doutor “*Honoris Causa*” ao ilustre educador e cidadão do mundo, Paulo Freire, assim qualificado pela autora do Editorial do Rural Semanal, Professora Vera Maria Rocha R. Pinto, Diretora do Instituto de Educação da UFRRJ (1989-1997). Considerado o filho mais ilustre de nossa terra, recebeu a homenagem, com a humildade que lhe era peculiar. Destacou-se nesta homenagem a sua atuação junto ao SESI em Pernambuco, onde defrontou, pela primeira vez, com os problemas da educação de adultos.

Assumi este desafio criando um referencial teórico cuja palavra tem um sentido real para o alfabetizando, para ele o real sentido de alfabetizar é libertar o homem da sua condição de oprimido, levando-o a sentir-se como partícipe do processo histórico. Assim em 1961 alfabetizou 300 trabalhadores em apenas 45 dias. A repercussão de seu trabalho levou o Governo João Goulart a solicitar-lhe a criação de um programa nacional de alfabetização, cuja meta inicial era alfabetizar cinco milhões de brasileiros em dois anos. (RURAL SEMANAL, n^o 12, 1994, p.1).

Neste contexto de alegria, com um misto de dor pelo tempo perdido, pelas grandes perdas, pela polêmica discussão em torno dos programas do CIEPs no Rio de Janeiro, pelas dúvidas em relação à construção de um CAIC no *campus* da UFRRJ; foi construída pelas professoras Lia Maria Teixeira de Oliveira, Vera Maria Rocha Rebelo Pinto, Maria Alice Curvello e Ana Maria

Dantas Soares, todas do Departamento de Teoria e Prática de Ensino do Instituto de Educação-UFRRJ, o Anteprojeto Pedagógico para Implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho.

Foi indicada a primeira Diretora “Pro-Tempore” Professora Lia Maria Teixeira de Oliveira, que participou de várias reuniões para definição de convênios que viriam a ser efetivados entre a Universidade, o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Itaguaí. Compondo a equipe do Instituto de Educação, a universidade recebeu de início três professoras da Rede Estadual de Ensino e duas da Rede Federal, que vieram transferidas de outro estado. Estas professoras ficaram sediadas no Decanato de Extensão e cumpriam uma agenda de atividades de formação com os professores do Instituto de Educação¹⁴.

3.6 Os recursos humanos para um projeto desta amplitude

Diante das dificuldades esperadas para implantação deste Centro na UFRRJ, principalmente em relação a recursos humanos, confrontados com uma situação na conjuntura nacional de corte de pessoal das instituições públicas pelo governo federal, qual teria sido a estratégia da universidade para colocar em funcionamento esta instituição? Pois seria preciso um quadro de, aproximadamente, noventa profissionais para implantar todas as atividades propostas.

Para o Reitor a época, Prof. Hugo Edson Barboza de Rezende, em relação a pessoal docente e administrativo, a intenção era colocar alguns professores e funcionários da Universidade atuando no CAIC. Comentou, inclusive, que havia feito um estudo destas possibilidades e interesses junto aos Departamentos. Pensava-se, também, segundo ele, na própria Direção, “da qual nós não abriríamos mão”. Afirmou que esteve por diversas vezes no MEC, deixando claro que: “este projeto é fundamental, é prioritário, mas é sob nosso controle, não aceitaremos o controle do Estado do Rio de Janeiro no CAIC.”

Em relação às vagas, disse também que o MEC sinalizou com a possibilidade de apreciar alguma solicitação da Universidade Rural, para ser preenchida por concurso: “colocaram-nos esta possibilidade”. Acrescentou que vinha trabalhando junto ao MEC para que fossem lotados no CAIC Paulo Dacorso Filho servidores, de outros órgãos federais, que estivessem sendo colocados em disponibilidade, mas em relação a isto afirmou não ter tido muito sucesso. Ainda assim considerou não ter deixado de dialogar com o Estado do Rio de Janeiro, pois apesar da dificuldade de diálogo, investiu neste projeto em conjunto com o Estado e o Município de Itaguaí.

Recordou que a sua maior preocupação era estar deixando a Reitoria sem que estas questões estivessem resolvidas e manifestou isto junto ao MEC. Neste sentido o Secretário de Projetos Especiais do MEC afirmou: “fique tranquilo que o CAIC pertence à Universidade Rural.”

O Professor Manlio Silvestre Fernandes, Reitor naquela época, apontou como a maior dificuldade as relações estabelecidas, na tentativa de conciliar os interesses da Universidade, com os do município e do estado. Lembrou que o apoio do Ministro da Educação - Professor Murilo de Avelar Hingel- foi fundamental para que não tivesse tido naquele momento uma ruptura com os governos do estado e do município. Fazendo uma avaliação da situação hoje, em relação à gestão compartilhada e recursos humanos, entende que “a administração da universidade deveria

¹⁴ A Secretaria de Estado de Educação cedeu à UFRRJ as professoras Rita Sebastiana de Souza, Edinalda Santos e Eloanda Rodrigues Zeferino. As professoras da Rede Federal de Rondônia foram Andrea Vania F. Caju e Angela

lutar pela sua transformação em uma escola de aplicação, de maneira que envolva mais a universidade com seus próprios recursos humanos. Entende ainda que o momento é agora porque o MEC está fazendo muitas expansões.” Esta foi também uma observação do Professor Hugo Edson Barbosa de Rezende, em sua entrevista.

Para a Professora Ana Maria Dantas, atual Vice Reitora e Decana de Extensão na gestão universitária do período 1993-1997, e que assumiu junto ao Decanato a responsabilidade de coordenar a implantação do CAIC na universidade, o principal problema desde aquela época é a questão administrativa dos professores, principalmente.

aqueles que optaram por permanecerem no projeto, perderam as suas gratificações e outros benefícios. A universidade não tem como suprir isto. Para ela gerenciar um projeto desta natureza, fazer do CAIC um Centro de Atenção Integral, que viabiliza atividades das mais diferenciadas, que tem programas diferenciados, é um desafio. A visão parcializada, dicotomizada, que existe entre os partícipes administrativos é esta a maior dificuldade. Como a universidade não entra neste jogo, fica sufocada tendo que arrumar meios de fazer a escola funcionar.

Para o Professor Ricardo Motta Miranda, atual Reitor e Assessor da Reitoria na gestão universitária de 1993-1997, para ter o CAIC, a UFRRJ dependia de parcerias, pois, apesar de ter o Colégio Técnico, não tinha possibilidade de ter um quadro de professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Por isto teria que efetivar a parceria com o Estado do Rio de Janeiro. Lembrou que na época o CAIC ficou vinculado ao Decanato de Extensão, mantendo uma vinculação também com a Vice Reitoria. Avaliando o momento atual declara que

o ideal é que aquilo que não aconteceu na origem aconteça em algum momento, ou seja, que a universidade tenha a sua própria unidade, com responsabilidade na seleção dos docentes e carreira própria para poder absorver vagas para contratação; que a Universidade seja responsável não só pelo Projeto e pela Direção, mas pela seleção dos técnicos e professores. Isto é uma questão que para mim ainda é um objetivo a ser alcançado: a construção de um projeto institucional.

Para o professor José Antonio, Vice Reitor na época de sua construção e Reitor no período 1997-2000 e 2000-2005, a relevância de um projeto como este para a Universidade somente teria sentido se fosse diferente, uma proposta inovadora, pois, para ser uma escola igual as outras não teria sentido: “só um pouco melhor porque a Rural está por trás, não vale a pena.”

Muitas foram as adversidades que se apresentaram (e se apresentam) com o modelo de gestão compartilhada, pois envolveram (e envolvem) implicações políticas com o estado e município. Apesar de contar com professores e servidores de apoio motivados pela oportunidade do novo, estes ficam fragilizados pela vivência de um cotidiano historicamente desgastante, principalmente, pela difícil tarefa de conviverem com colegas cumprindo as mesmas atividades, com a mesma formação, porém com salários diferenciados. Como também, os pais dos alunos que, apesar da esperança pela participação e envolvimento da Universidade, deixam transparecer a sua ansiedade frente a essas dificuldades, sempre manifestadas em reuniões e documentos.

3.7 O Anteprojeto de Implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho

Neste anteprojeto foi proposto articular o papel da UFRRJ , enquanto Instituição Pública que pesquisa sobre as ciências agrárias e o ensino de 1º. Grau, com a prática pedagógica daqueles que atuam diretamente nesta etapa da educação escolar. A concepção pedagógica dos subprogramas de educação pré-escolar e escolar foi embasada na formação do cidadão, privilegiando o desenvolvimento do pensamento crítico, a imaginação criadora, a integração permanente entre os diversos campos do saber (UFRRJ, Anteprojeto CAIC, 1994, p.2).

Neste mesmo anteprojeto estava clara a orientação do Ministério da Educação quanto à autonomia da comunidade universitária para propor e implantar um projeto que atendesse às expectativas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em relação à educação básica. Para isto seria necessário envolver professores e alunos da universidade em um esforço coletivo.

A prática pedagógica teria como base de orientação a construção do conhecimento, que exigiria de todos os professores uma preparação integrada e engajada, em um dia-a-dia de questionamentos, reflexões, reuniões e planejamentos, assim como uma constante investigação de novos conhecimentos relacionados ao contexto sócio-político-econômico-cultural (UFRRJ, Anteprojeto CAIC, 1994, p.2).

Ainda de acordo com o Anteprojeto, os métodos de ensino seriam selecionados de acordo com os princípios de base piagetiana e de teóricos que surgiram desta base, interessando, assim, a natureza do conhecimento nos diferentes estágios do desenvolvimento da criança. Apontava para uma preocupação evolutiva e construtivista interacional, que acontece de acordo com a natureza conceitual da linguagem e o envolvimento social da criança, assim como os métodos envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Previa um currículo globalizado, relacionando os conteúdos com fenômenos naturais da vida do homem no Planeta Terra, pois “o aluno deverá perceber que existe interdependência entre os homens, entre homens e o meio, e entre os próprios elementos do meio”. (UFRRJ, Anteprojeto CAIC, 1994, p.2)

A configuração curricular propunha o atendimento em tempo integral sendo que no primeiro turno seriam abordados conhecimentos gerais que atenderiam aos fins e objetivos da educação básica; no segundo turno os alunos teriam vivências assistemáticas, dentro ou fora da escola, com ênfase na observação da realidade, onde o desenvolvimento científico seria privilegiado, em detrimento da memorização.

A própria avaliação da aprendizagem teria característica contínua, não se restringindo a medir conhecimentos, mas respeitando o aluno nas suas tentativas de acerto. Destacava o papel do professor e sua importância enquanto

educador responsável pela condução do processo, como agente provocador, alerta às necessidades e interesses da criança, aos problemas de aprendizagem, seu com a comunidade/aluno, adequação de conteúdo, método, às condições relacionamento sócio-culturais e psicopedagógicas das crianças, garantindo a articulação entre teoria e prática. Este professor será um pesquisador, tornando o

ensino atrativo, concretizador, crítico, participativo e competente (UFRRJ, Anteprojeto CAIC, 1994, p.3).

Além da educação pré-escolar e escolar, foi também proposto neste anteprojeto a implantação dos subprogramas de Educação para o trabalho e de Esportes, atendendo em parte a proposta do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-PRONAICA.

Em se tratando de Educação para o Trabalho, considerou-se que a proposta fosse construída a partir do Trabalho como princípio educativo, estando desta forma vinculado ao ensino, às experiências e vivências de uma determinada área de conhecimento técnico-científico social e não somente ao domínio da técnica. Acreditou-se, naquele momento, que o espaço do CAIC Paulo Dacorso Filho tornar-se-ia “um espaço crítico de como se dá uma formação profissional e como se organiza as atuais formas e relações de trabalho na sociedade civil, contextualizando os jovens e trabalhadores na sua realidade histórico-social”. (UFRRJ, Anteprojeto CAIC, 1994, p.10)

Na mesma linha de raciocínio, o projeto de Esportes teria como tarefa maior “trabalhar as potencialidades das crianças e dos adolescentes, permitindo-lhes perceber o quanto o desporto pode unir na busca de soluções para os problemas da comunidade, o quanto o trabalho coletivo permite as superações das barreiras, desde que respeitados os limites de cada um” (Ibid.).`

Assim, contestavam-se os modelos impostos às práticas desportivas ao longo dos tempos, junto às comunidades de baixa renda, revelando grandes talentos, camuflando, desta forma, as reais condições de vida nestas comunidades. Foram citadas pesquisas realizadas por antropólogos que evidenciaram como sendo a competição um fator cultural e não um fator intrínseco à natureza humana.

Finalmente foi destacada a importância deste projeto:

(...) de um lado enquanto acesso que a comunidade poderá ter às experiências educativas diferenciadas, de outro enquanto laboratório para o licenciando em Educação Física da UFRRJ, permitindo-lhe aprofundamento de estudos em diferentes áreas da formação, contribuindo para o avanço da Educação Física como ciência e suas especificidades, numa sociedade com as características da nossa (UFRRJ, Anteprojeto CAIC, 1994, p.10).

Para tornar realidade o presente projeto foi proposta a contratação de Recursos Humanos, equipe docente, coordenadores, equipe de serviços gerais e de apoio administrativo. Após esta etapa, a UFRRJ comprometia-se a conduzir a construção da proposta pedagógica junto à Direção Geral do CAIC e à comunidade, onde estariam contidos o Projeto Político Pedagógico e o Plano Escolar do Subprograma de Educação Pré-Escolar e Escolar.

Assim os professores da Universidade foram convidados a utilizarem as suas cargas horárias destinadas à pesquisa e extensão numa interação que lhes permitissem a experiência de ver aplicado o seu trabalho no ensino fundamental.

Em meio às negociações com as diferentes instâncias administrativas (governo estadual e municipal), contando sempre com a mediação do Ministério da Educação, passou-se a trabalhar na seleção de pessoal de apoio técnico administrativo, que em princípio seria admitido pela Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais do Rio de Janeiro.

Cumpridas as etapas burocráticas de assinaturas de convênios, pré-projeto político pedagógico, estruturação de pessoal, matrículas das crianças, foi possível em 16 de maio de 1994 iniciar as atividades, em tempo integral, com 212 crianças matriculadas no subprograma pré-escolar e escolar. Conforme constam dos arquivos do CAIC, havia também atendimento a crianças de outras escolas com atividades extraclasse de artes e esportivas. Estas atividades eram oferecidas no horário de 16h às 17h.

Os Diretores Adjuntos, Professores e profissionais de apoio cedidos para a UFRRJ, pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, iniciaram as suas atividades após a publicação do Convênio no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. O Reitor da UFRRJ designou a Direção Geral do CAIC e o Secretário Administrativo, assim como um técnico administrativo que se responsabilizou pelo patrimônio.

Além dos professores do Instituto de Educação, outros professores do Departamento de Economia Doméstica; do Departamento de Física, do Instituto de Tecnologia, do Instituto de Veterinária, do Colégio Técnico da UFRRJ, do Instituto de Ciências Exatas, contribuíram com este projeto em sua implantação.

3.8 A implantação do projeto

Após ampla discussão e reflexão junto à comunidade do CAIC Paulo Dacorso Filho, adotou-se como eixo central das ações ali desenvolvidas a educação pré-escolar e escolar, através dos quais se trabalharia, continuamente, a formação dos profissionais que iriam atuar naquele espaço educativo. Todo o empenho seria feito para que as ações deles decorrentes alcançassem a família e a comunidade. Desta forma foi entendida a concepção de educação integral, que considerava as necessidades de desenvolvimento da criança, nos aspectos físico, psíquico, intelectual e de socialização.

A organização administrativa do CAIC Paulo Dacorso Filho foi proposta e desenhada conforme o organograma em anexo. (Anexo XIII). No Relatório de Gestão – 1994-1997 disponível nos arquivos do CAIC Paulo Dacorso Filho foi possível resgatar as Ações Administrativas e Pedagógicas; Convênios efetivados e propostos; Programas e Projetos propostos e desenvolvidos neste período, aqui relatados em linhas gerais:

Ações Administrativas - voltadas para os interesses da comunidade interna e externa ao CAIC, materializadas em reuniões da equipe administrativa visando ao aprimoramento de suas atividades; discussão sobre o Sorteio Público para ingresso das crianças; fornecimento de uma alimentação escolar saudável envolvendo debates sobre a sua importância para o equilíbrio da saúde; apoio ao programa de saúde preventiva, desenvolvido na Unidade de Saúde voltado à saúde oral – técnicas de escovação, aplicação de flúor, orientações às crianças e seus familiares; realização de exames cropológicos e medicação, palestras e cursos; integração com as demais escolas da rede pública; implementação de atividades após as 16h para atender a grupos de interesses formados por alunos do CAIC ou da comunidade; informatização do sistema acadêmico pelo Centro de Processamento de Dados - (CPD) da UFRRJ; disponibilização de bolsas de estágios para alunos do curso de Formação de Professores, cursos Técnicos de Nível Médio e Licenciaturas, com o apoio do Decanato de Extensão.

Ações Pedagógicas - priorizavam a interação permanente com as diferentes unidades da universidade, visando à qualificação dos profissionais que atuavam no CAIC; a integração com os cursos de Formação de Professores e Licenciaturas, na prática pedagógica do dia-a-dia; o ensino em tempo integral, atendendo a aproximadamente 324 crianças/ano, a partir do segundo ano de funcionamento, na faixa etária de 3 a 14 anos; o planejamento participativo envolvendo todos os setores além do pedagógico; os encontros semanais com professores para discussão da prática interdisciplinar; o apoio às crianças com distorção idade-série; o incentivo aos trabalhos realizados pelas oficinas de Psicomotricidade, da Vida, de Filosofia para Crianças, de Leitura, de Estudo Dirigido, de Artes; de Avaliação e Integração (Alfabetização), de Vídeo - Educação, de Horta Escolar/ Jardinagem; e outras atividades como: Programa de Incentivo à Leitura; o Teatro e a Música.

Além dessas ações o trabalho realizado pelas assessorias de Língua Portuguesa, Matemática, Desenvolvimento Humano, Alfabetização, Ciências Físicas e Biológicas, Horta / Jardinagem e Psicomotricidade acontecia de forma contínua e sistemática buscando obter informações e diagnosticar processos. Este trabalho tornava também possível o atendimento qualificado às crianças portadoras de necessidades especiais.

A avaliação do processo ensino- aprendizagem era entendida como meio e não como fim do processo educativo. Os pais eram convidados a acompanhar e integrar-se ao processo educacional. Recebiam e analisavam junto com os professores das turmas de seus filhos o Boletim Bimestral (Anexo XIV).

CONVÊNIOS

Além do convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEE.RJ) e a Prefeitura Municipal de Itaguaí, buscou-se ampliar as oportunidades através de outras parcerias, como: Biblioteca Nacional (Anexo XV) visando à implantação das Ações do Pro Ler; e SENAC (Anexo XVI), para atender à profissionalização de pais, mães e irmãos mais velhos de crianças matriculadas no CAIC. Em andamento, encontravam-se as discussões junto ao SENAI para implantação do Canteiro Escola (Anexo XVII).

PROGRAMAS ¹⁵

Incentivo à Leitura: o Programa de Incentivo a Leitura tornou-se a principal vertente do Projeto Político Pedagógico, que envolvia crianças, famílias e servidores docentes e de apoio técnico administrativo. Teve como objetivo incentivar os familiares a lerem juntos, ajudar no desenvolvimento da habilidade da leitura e despertar o interesse do aluno em frequentar a Biblioteca. Os resultados do programa foram apresentados na semana de Extensão na UFRRJ no ano de 1995. Este programa tornou a literatura presente no cotidiano da comunidade escolar e progressivamente elevou o interesse pela leitura de professores, funcionários, alunos e suas famílias.

¹⁵ Os programas de Incentivo a Leitura; Pró Lixo; Horta Escolar; Controle de Qualidade do Refeitório; Bate Papo Saudável e Ginástica Laboral foram implantados e coordenados pela Diretora Adjunta de Manutenção Profa Gloria Lidia de Oliveira Franco e seus colaboradores no período de 1994-1997.

O Programa de Incentivo à Leitura passou a fazer parte das atividades da Biblioteca do CAIC Paulo Dacorso Filho e acontecia no 2º semestre dos anos letivos. Para símbolo do Programa escolhemos a abelha, por representar a solidariedade, a distribuição do trabalho, a disciplina, o respeito, a organização e a união, valores presentes na comunidade, que precisam ser resgatados pela sociedade. Além disso, por ser um animal que voa, a abelha transmite a sensação de viagem, de liberdade que se sente no ato de ler. Segundo Chevalier & Gheerbrant (1999: 4): as abelhas são: *incontáveis, organizadas, laboriosas, disciplinadas (...)* A abelha simboliza, ainda, a eloqüência, a poesia e a inteligência (FRANCO, 2006, p. 43).

Este projeto foi idealizado pela Profa Gloria Lidia Oliveira Franco, Diretora de Adjunta que propôs desenvolvê-lo com a comunidade de pais, alunos e profissionais do CAIC Paulo Dacorso Filho. Tomou por base sua experiência em uma escola pública da cidade de Davis (EUA). O projeto foi amplamente discutido com os profissionais do CAIC antes de ser implantado. As atividades eram motivadoras e as ações como o oferecimento de cursos de contação de histórias para os professores; oficinas de teatro e de música faziam, também, parte deste programa se incorporando à rotina escolar.

Ao perceber a motivação da comunidade escolar e a efetiva multiplicação dos resultados deste Programa, a Direção Geral do CAIC Paulo Dacorso Filho propôs à Reitoria da UFRRJ que fosse realizado o concurso público para professor de Literatura Infantil, em uma vaga de professor que havia sido disponibilizada para o CAIC. O concurso foi realizado e a vaga foi ocupada por professor efetivo de Literatura Infantil no ano de 1997 que deu prosseguimento as atividades desenvolvidas a partir da Biblioteca do CAIC.

A Biblioteca recebeu o nome de Biblioteca Monteiro Lobato de onde partiram os projetos e atividades culturais, fazendo o vínculo do Sítio do Pica-Pau Amarelo com as atividades pedagógicas do contexto escolar,

personagens de D.Benta, Tia Anastácia, o Marquês de Rabicó, o Visconde de Sabugosa traduzem para o mundo das crianças a visão irônica e brincalhona de uma sociedade que deita raízes no patriarcalismo de base colonial e ainda evoca as frustradas ambições de um império melancólico. É significativa a omissão da figura de um senhor ou patriarca no sítio do Pica-pau Amarelo, centralizando-se em Dona Benta o papel social daquele. No brinquedo, na crítica, a idealização, a utopia (BAGNO 2009, p.92).

Este trabalho foi interrompido, aproximadamente dois anos depois, em decorrência do pedido de transferência da Professora responsável para o Colégio Técnico da UFRRJ.

Pró-Lixo (Programa Educacional de Coleta e Aproveitamento do Lixo): teve como objetivo conscientizar os alunos e seus familiares sobre a importância de se dar um tratamento adequado ao lixo, pretendia envolver, também, outros segmentos da comunidade a fim de evitar o desperdício, preservar o meio ambiente e promover a saúde. Compreendia a coleta de material reciclável, a utilização de restos de alimentos para a formação do composto a partir do lixo

caseiro e esperança de retorno quanto à formação de atitudes e desenvolvimento de valores nos alunos e famílias envolvidos.

Este programa contou com a parceria da empresa REYNOLDS LATASA na reciclagem de latas de alumínio. Como apoio didático foi utilizado um manual de orientação; um filme produzido pelo CAIC que focalizava logradouros de Seropédica em contraste com o quintal de um morador da comunidade que preparava o composto a partir do lixo caseiro; um boletim de acompanhamento do material recebido e um adesivo de incentivo ao programa.

Ainda inserido neste programa em 1996, foi lançada a campanha do RESTO ZERO no refeitório do CAIC, pesando os restos da bandeja de todos os alunos, professores e funcionários. Todos participavam com entusiasmo e correspondiam aos objetivos da proposta.

Controle de Qualidade do Refeitório – Partindo do princípio que em toda a sua extensão a escola deve propiciar à sua comunidade a oportunidade de desenvolver hábitos de observação em torno do ambiente escolar, para que todos possam emitir as suas opiniões de forma democrática, objetivando a melhoria de qualidade dos serviços que lhes são oferecidos, este programa estruturou-se com o objetivo de incentivar as crianças a manifestarem as suas idéias e opiniões, estimulando-as a entenderem a importância de sua participação no processo educacional.

Este programa teve como meta a melhoria da qualidade alimentar dos alunos, estruturando-se através das avaliações, capacitação dos profissionais, incentivo à utilização de alimentos sem agrotóxicos e orientação às famílias.

Ginástica Laboral - todos os servidores da manutenção e alimentação, duas vezes por semana, além das reuniões de estudo, paravam durante trinta minutos as suas atividades e eram orientados em exercícios de alongamento.

Bate Papo Saudável - encontro quinzenal com os pais dos alunos interessados em conhecer os programas educacionais na área de alimentação escolar desenvolvidos no CAIC e dispostos a adotar métodos de alimentação saudável para as suas famílias.

Horta Escolar e Jardinagem – enquanto aguardavam-se os encaminhamentos do Projeto da Fazendinha, deu-se início ao Programa de Horta Escolar e Jardinagem com apoio do professor e alunos da prática de ensino do curso de Licenciatura Agrícola. Além das hortaliças, cultivavam-se plantas medicinais e aproveitavam-se os restos de cascas de legumes, frutas, folhas do refeitório do CAIC para a formação de composto a partir do lixo caseiro.

Reciclagem de Papel - este programa foi desenvolvido pelo animador cultural no ano de 1996 e estava em fase de estruturação para sua consolidação.

Equipe da Bandeira - organizado por um avô que atuava como voluntário orientando um grupo de crianças da 4ª Série (hoje 5º Ano de escolaridade) sobre as regras para hasteamento das Bandeiras e o canto do Hino Nacional. Com o empenho deste avô e o envolvimento das crianças, ficou estabelecido pela comunidade escolar que o Hino Nacional seria cantado por todos, às segundas e sextas-feiras, acompanhado do hasteamento das bandeiras do Brasil, da Universidade Rural, do Estado do Rio de Janeiro e do Município. No entanto, todos os dias as bandeiras eram

hasteadas por estes alunos, às 8h e retiradas às 18h por um funcionário do CAIC designado para este fim.

Jornal do CAIC – Editado em 1996, traduzia um pouco do muito realizado na Implantação. (Anexo XVIII).

PROJETOS

Qualificação Profissional na Área de Construção Civil - elaborado pelo Prof Loris Lodir Zucco - Professor da Secretaria de Estado de Educação e do Colégio Técnico da UFRRJ - tinha por objetivo oferecer para a comunidade e pais de alunos do CAIC a formação profissional, e assim estruturar a Fazendinha do CAIC, onde as crianças teriam aulas de Educação Agropecuária. Os recursos para este projeto foram pleiteados junto a Petrobrás no segundo semestre de 1996, quando estive no CAIC a Diretora de Comunicação da Petrobrás que informou sobre a possibilidade deste projeto ser contemplado em 1997. Todas as informações foram apresentadas àquele que seria o próximo gestor do CAIC, pois houve, naquele ano, mudança de gestor na universidade e no CAIC Paulo Dacorso Filho.

Esta proposta de educação e trabalho continha uma concepção crítica da realidade, para que nossos trabalhadores soubessem se posicionar frente a um sistema produtivo, cheio de contradições quanto à submissão ao mercado de trabalho, exploração do trabalho mal remunerado e sem carteira assinada. Previa oficinas que se interligavam em diferentes áreas de conhecimento para as crianças, as famílias e a para a comunidade em geral.

Os objetivos propostos previam: articular o trabalho manual e intelectual; promover experiências e vivências da área de construção e seus respectivos materiais e equipamentos, considerando a realidade social, econômica, política e cultural que nos cerca e valorizar a perspectiva da interdisciplinaridade nas práticas educativas (ZUCCO, 1994, p.2).

Bosque do CAIC – numa parceria com a Embrapa Agrobiologia e a UFRRJ foi proposto pelo Pesquisador Dr. Avílio Antonio Franco a recuperação e plantio de mudas para implantação de um Bosque em frente o prédio do CAIC Paulo Dacorso Filho. O plantio foi realizado com participação dos alunos do CAIC e o cuidado relativo aos tratos culturais ficou sob a responsabilidade do Jardineiro em parceria com os servidores de apoio e alguns alunos do CAIC.

Oficina Movimento Consciente - pautada na pedagogia crítico social dos conteúdos, este projeto foi proposto pela Professora Denise da Conceição – Professora Substituta de Educação Física (UFRRJ/CAIC). Teve por finalidade estimular a consciência corpórea através de atividades lúdicas e para que, naquelas crianças e adolescentes que ali optassem por estar, despertasse o desejo de habitar uma sociedade onde a qualidade de vida “ótima” fosse a meta a ser atingida.

Oficina Respirando Saúde na Natação - destinava-se a alunos do CAIC Paulo Dacorso Filho e crianças da comunidade circunvizinha da UFRRJ com faixa etária entre 06 a 14 anos. Foi realizado duas vezes por semana, com duração diária de uma hora em cada turma, tendo atendido duas turmas. Em março de 1997, as atividades foram aplicadas e desenvolvidas no parque aquático da UFRRJ. O trabalho girava em torno das seguintes atividades: natação; recreação

aquática; jogos; mini-jogos; respiração (variações); dança e hidroginástica, sendo uma constante os conteúdos recreação aquática e natação (VIEIRA, 1997, p.1).

Criando e Brincando com Sucata - este projeto surgiu das atividades desenvolvidas com as crianças do Jardim II do CAIC Paulo Dacorso Filho, orientado pela Profa Maria Emilia Santiago Barreto, com o objetivo de desenvolver atividades lúdicas que despertassem interesse e motivações intrínsecas nas crianças, fundamentais para seu envolvimento nas demais atividades curriculares. Era desenvolvido em três momentos: apresentação do brinquedo previamente preparado pelo educador; em seguida o educador estimulava a criação de situações - problema que levavam a criança a descobrir por ela mesma o que fazer com os diversos materiais; o segundo momento conduzia à criança a produção criativa do brinquedo de sucata; e o terceiro momento propiciava situações de troca entre as diversas turmas da escola. Apoiava-se nas investigações piagetianas sobre o desenvolvimento infantil, que demonstram ser a própria criança sujeito ativo e responsável pela construção de seu conhecimento (BARRETO, 1995a).

Oficina de Preparação para a Vida - direcionada ao pré-escolar, este projeto obteve aprovação em um programa desenvolvido no ano de 1994 pelo Decanato de Pesquisa e Pós Graduação da UFRRJ para apoio a grupos emergentes. Foi elaborado pela Professora Maria Emilia Santiago Barreto, do Departamento de Economia Doméstica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ, indicada pelo Departamento para prestar assessoria ao Programa de Educação Pré Escolar do CAIC. Propôs a adaptação de uma sala para desenvolver atividades relacionadas ao ambiente familiar, diagnosticar hábitos alimentares e higiênicos, e estimular o poder de observação da criança quanto às atividades da família facilitando seu desenvolvimento social, intelectual e motor (BARRETO, 1995b).

Além destes programas e projetos, outras atividades foram integradas ao projeto educacional do CAIC com a finalidade de estabelecer uma relação de confiança entre todos os partícipes desta comunidade.

Avaliação Final dos Trabalhos do CAIC - conforme citado no Relatório de Gestão 1994-1997 do CAIC Paulo Dacorso Filho, os resultados das avaliações realizadas ao final de cada ano letivo sugeriam que o respeito mútuo era evidente, pois cada um conhecia o seu trabalho e como as suas ações se refletiam no contexto. Percebia-se também que a organização e higiene eram priorizadas como meio de facilitar o trabalho, preservar a saúde e sentir a pedagogia também no espaço físico. Nestas avaliações, além das críticas e sugestões, era apresentada a prestação de contas do ano pela Direção Geral e Diretoras Adjuntas. Esta avaliação envolvia representação de pais, direção, professores, assessores e estagiários. Com base nos resultados se estruturava o próximo ano. Desta forma o ambiente, demonstrava ser gerador de aprendizagem, construído por todos. O que nos remete à fala de Paulo Freire (2009) “não posso estar no mundo de luvas nas mãos” (p.77).

Dentre as regras previamente estabelecidas o que chamou atenção foi a não comercialização de produtos por funcionários, professores, alunos, pais ou pessoas estranhas ao ambiente, assim como cantina, que não foi aceita pela comunidade. As festas com fins lucrativos (junina e outras), assim como o fumo e a falta de compromisso com assiduidade e pontualidade, foram questões entendidas como atitudes incompatíveis em um ambiente educacional.

O CAIC era cedido apenas para atividades estritamente de cultura, esporte ou de formação. Tornou-se perceptível a admiração e respeito manifestados pela comunidade em relação ao CAIC.

3.9 Dificuldades deste cotidiano

Apesar de tantos avanços e de ter sido reconhecidamente um sucesso o trabalho do CAIC nos anos de sua implantação, muitas foram as dificuldades surgidas em seu cotidiano. Sabíamos o que queríamos construir como relatou o atual Reitor Professor Ricardo Motta Miranda,

desde o primeiro momento ficou claro que o eixo principal do CAIC seria vir a ser uma escola de aplicação, em que nós teríamos a responsabilidade de fazer uma espécie de um ensino de referência, não para criar privilégio, mas sim para ter um ponto de referência para a educação na região toda.

Nesta mesma linha de raciocínio a atual Vice Reitora Professora Ana Maria Dantas Soares traz a sua reflexão, confirmando o que representou esta vivência no âmbito da UFRRJ, ao mesmo tempo que destacou o conflito existente entre as instâncias envolvidas, ou seja, Federal, Estadual e Municipal:

o CAIC na sua implantação, nos seus primeiros quatro anos cresceu, como nenhuma outra escola cresceu aqui no município e se firmou como uma escola de qualidade, isto representou uma certa moeda de troca, muito importante para os outros. Deu certo, então é meu, cada um queria ser o pai da criança. Este sentimento de pertencimento, que seria mais bacana quando você sente como seu, uma obra sua, mas divide com os outros e partilha isto. Neste caso é um sentimento de poder, poder estadual: o CAIC é meu (...). E quando vê que não pode dominar, então eu vou fechar as portas de várias coisas, e nosso principal problema desde aquela época é este. A questão administrativa dos professores, por exemplo. O estado agora diz que não tem responsabilidade por eles. Optaram por ficar, mas perdem as gratificações e outros benefícios, vantagens de carreira, isto os faz se sentirem fragilizados, menosprezados.

Ao retomar a trajetória percorrida pelo CAIC nestes anos, percebeu - se as dificuldades vivenciadas, como p. ex. a rotatividade de professores e funcionários. Dos que iniciaram apenas seis professores continuam féis ao projeto, apesar de todas as dificuldades; inclui-se neste caso aqueles da Rede Federal que solicitaram a sua transferência para o Colégio Técnico da Universidade Rural.

A carta de um grupo de 15 professores lotados no CAIC, datada de 17 de agosto de 1995, destinada à Direção Geral do CAIC, encontrada nos arquivos do CAIC Paulo Dacorso Filho, por ocasião desta pesquisa, traz claramente o reconhecimento da qualidade do trabalho desenvolvido na época, porém aponta com a mesma clareza as dificuldades presentes naquele cotidiano.

Nesta carta os professores fazem uma reflexão sobre a importância de estarem servindo ao magistério “em uma renomada universidade” e ressaltam o compromisso de defender e praticar, como profissionais do magistério, uma educação pública e de qualidade a ser disponibilizada aos filhos dos trabalhadores. Destacam alguns avanços e recuos no contexto educacional brasileiro. Mencionam o esforço do Magnífico Reitor em conciliar e atender aos interesses da

Escola para garantir um bom atendimento à comunidade e condições dignas de trabalho a todos que ali atuavam. No entanto, observam que o enfrentamento com a realidade exigia sacrifícios cada vez maiores e se viam abrindo mãos de direitos inalienáveis dos trabalhadores da educação, resultado de lutas e greves. Dentre as dificuldades apontadas, está a questão salarial,

reconhecemos de Vossa parte a dedicação e competência na administração deste convênio e deste Centro, mas cumpre-nos a árdua tarefa de solicitar-lhe a garantia de alguns pontos que entendemos importantes na construção da escola crítica e cidadã: - [...] que exija da Secretaria de Administração Estadual, se os erros dali vierem, o fim dos constantes bloqueios de pagamento dos funcionários administrativos e professores que vêm para o CAIC. Estas constantes apropriações de salários e RET¹⁶ que a Secretaria de Administração do Estado do RJ (SAD-RJ) nos impõe são inadmissíveis e promovem o caos neste Centro (...).¹⁷

Resgatando os documentos da época observou-se que muitos ofícios foram expedidos e reuniões realizadas na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para resolver problemas funcionais dos servidores estaduais lotados no CAIC, que era uma Unidade de Convênio. Além disto, outros fatos como o número de profissionais que não contemplava a necessidade da rotina de uma unidade escolar, com aproximadamente 300 crianças matriculadas em tempo integral e a descontinuidade dos repasses de recursos para aquisição dos gêneros para a merenda escolar levando à dispensa das crianças ao meio dia, por vários dias letivos.

Deste modo a liderança de um projeto como este se torna uma tarefa hercúlea, não tão simples de administrar o seu cotidiano, pois são direitos dos trabalhadores infringidos e ao mesmo tempo a impossibilidade de se praticar uma educação qualificada como merecem as crianças e suas famílias. Comprova-se diante destes e de outros aspectos analisados anteriormente, a dificuldade de se trabalhar um projeto educacional que envolva as diferentes instâncias, ou seja, Federal, Estadual e Municipal, pois cada uma destas esferas do poder em nosso país experimenta dinâmicas deliberadamente opostas e às vezes até conflitantes entre si.

Reunimos a memória fotográfica da implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho onde se vê seus primeiros anos de funcionamento e através destas fotos é possível perceber a importância do trabalho desenvolvido (Anexo XIX).

3.9 Fragmentos da atualidade

Em dezembro de 1999, o convênio firmado entre a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro expirou. Pelo que constam dos arquivos, foi solicitado um novo convênio através do processo SEE nº 03/300148-2000. Entretanto no Ofício 061/GR de 20 de abril de 2000, o Reitor Professor José Antonio de Souza Veiga (1997-2000 e

¹⁶ Os professores concursados da Rede Estadual de Ensino que atuavam em 20 horas semanais de trabalho, poderiam em caso de necessidade, atuarem em tempo integral recendo as outras vinte horas em Regime Especial de Trabalho – RET. Na época todos os professores da rede estadual lotados no CAIC estavam em Regime Especial de Trabalho.

¹⁷ Trecho da Carta dos Professores da Rede Estadual lotados no CAIC Paulo Dacorso Filho, 1995.

2000-2005) solicitou ao Secretário Geral de Governo do Rio de Janeiro, em caráter de urgência, providências visando à criação de uma Unidade Administrativa para o CAIC Paulo Dacorso Filho (Anexo XX). Neste mesmo Ofício o Reitor alegava desconhecer os motivos por que, até a aquela data, o CAIC Paulo Dacorso Filho não possuía uma Unidade Administrativa própria. Registrou neste mesmo documento os transtornos administrativos e funcionais vivenciados pelos professores lotados naquela Unidade Escolar.

Como consequência deste ato, foi criada pelo então Governador Antony Garotinho uma Unidade Administrativa Estadual no CAIC Paulo Dacorso Filho, retroativa a sua fundação no ano de 1994 (Anexo XXI). Assim o CAIC Paulo Dacorso Filho deixou de ser uma Unidade de Convênio, passando a pertencer a uma Unidade Administrativa da Rede Estadual de Ensino.

Entretanto, no ano de 2005, a partir de uma nova configuração administrativa na UFRRJ e, face ao questionamento desta nova administração, o Governo Estadual transferiu, então, para o Município de Seropédica a responsabilidade da Unidade Escolar. Este ato consta do termo aditivo ao Convênio ASJU/SEE de 05/09/2002, datado de 20/12/2005, publicado em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 06 de janeiro de 2006.

Conscientes das dificuldades por que passou a instituição desde a sua fundação, foi ressaltado pelos entrevistados que se implantou em 1994 um projeto de qualidade, porém o atual Reitor Prof. Ricardo Motta Miranda chamou de primeira fase àquele momento de implantação e consolidação (1994-1997); e de segunda fase (2005-2009) o que considerou resgate de qualidade e reconsolidação. Explicou que, quando retornou a administração, agora como Reitor, encontrou o CAIC sob intervenção da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e de acordo com sua leitura a responsabilidade da universidade estava sendo questionada pela Secretaria Estadual de Educação.

Diante da intenção de compreender os fatos e resgatar o trabalho iniciado em 1994, foram realizadas uma sucessão de reuniões entre a Secretaria de Estado de Educação e a atual administração da UFRRJ. Neste contexto foi colocado pelo Subsecretário Estadual de Educação que deveria ter sido feito um Termo Aditivo ao Convênio existente antes do término do mesmo no ano de 1999. Como não havia sido feito, a unidade estava em funcionamento com profissionais da Secretaria de Estado sem amparo legal.

A comissão designada pelo Magnífico Reitor percebeu o abandono que se encontrava o prédio em sua estrutura física (Anexo XXII e XXIII); as relações humanas muito fragilizadas entre os servidores que atuavam no CAIC; uma Diretora Geral designada pela UFRRJ e outra designada pelo Secretário Estadual de Educação que já estava transformando em salas de aulas os espaços destinados a atividades múltiplas, pois haviam mais de 500 crianças matriculadas e os espaços destinados às salas de aulas não comportavam esta situação.

A solução encontrada após longas e exaustivas reuniões foi concordar com a proposta da Secretaria Estadual de Educação, no sentido da municipalização da unidade (Anexo XXIV) e posteriormente o estabelecimento de um convênio entre a Universidade e o Município de Seropédica. O convênio foi assinado, e como afirmou em sua entrevista o atual Reitor Prof. Ricardo Motta Miranda: “em 2005 chegamos estar à mesa para assinar o convênio. Porém a Secretária de Educação do Município de Seropédica e o Senhor Prefeito não concordaram com a cláusula de que a Direção Geral fosse designada pelo Reitor. Como consequência, o convênio não foi assinado naquele momento”.

Posteriormente, com a mudança de governo no Estado do Rio de Janeiro, o novo Secretário de Educação mediou o diálogo entre a Universidade e o Município de Seropédica, criando condições para assinatura do Convênio entre a UFRRJ e o Município de Seropédica. Hoje é possível inferir que a não renovação do convênio com a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro no ano de 1999 e este Ato do Reitor no ano 2000, facilitaram o processo de municipalização do CAIC Paulo Dacorso Filho.

Para a universidade restaram o prédio e o patrimônio, assim como o compromisso de continuar defendendo este patrimônio que está situado em seu *campus* e lhe pertence por direito. O atual Reitor destacou a importância do CAIC e em seu depoimento, considerou que a universidade como um todo sempre encontrou um ambiente favorável à implantação de projetos no CAIC e considera que: “hoje o CAIC é um programa da Universidade que vai muito além de seu objetivo inicial.”

Complementando o pensamento do Reitor, a atual Vice – Reitora Professora Ana Maria Dantas Soares, falou em sua entrevista sobre o trabalho desenvolvido no CAIC:

“hoje pela dinâmica que se imprimiu no CAIC há uma interface muito forte com os diferentes setores da universidade, que vão desde estas áreas mais “hard” como veterinária e zootecnia, até o próprio Instituto de Educação. Este contato hoje é muito mais trabalhado. Mas foi uma construção do próprio CAIC, que buscou esta ligação com a universidade mais do que a própria universidade.

Assim o CAIC, aos sobressaltos a cada mudança de gestão, caminha em busca de sua identidade e, em decorrência desta situação, em 22 de maio de 2006 foi entregue à Reitoria da UFRRJ, pela Direção Geral do CAIC, uma proposta de Federalização. Esta iniciativa foi reforçada pelos pais de alunos, que organizaram um abaixo-assinado com mil assinaturas, apresentando-o também à Reitoria, através do processo 23083.001311/2007-01. Nele relataram as inúmeras dificuldades deste cotidiano, desde a situação da merenda escolar até questões relativas a recursos humanos. Atos como estes reforçam o reconhecimento da comunidade quanto à importância do CAIC e a credibilidade dos pais quanto à liderança da universidade neste projeto educacional.

Tornar o CAIC Paulo Dacorso Filho uma instituição onde seus profissionais possam sentir-se seguros e motivados a desempenharem o seu papel em um ambiente equânime, a fim de sedimentar uma rotina básica, para consolidar um sistema educacional e cultural compatível com as exigências da sociedade brasileira, é um sonho possível de ser realizado.

Resgatando a fala do Magnífico Reitor Professor Ricardo Mota Miranda, já citada anteriormente, que o que não aconteceu na origem aconteça em algum momento, ou seja, que a universidade tenha a sua própria unidade com responsabilidade na seleção dos docentes e dos técnicos administrativos. “Isto é uma questão que para mim ainda é um objetivo a ser alcançado: a construção de um projeto institucional para o CAIC”.

3.9.1 As avaliações externas e o desempenho dos alunos do CAIC Paulo Dacorso Filho

Ao tratarmos de questões educacionais não podemos fugir aos modelos de avaliação impostos pelos organismos internacionais e mesmo tempo pelos próprios governos federal,

estadual e municipal, em nosso país, que aplicam testes padronizados e empregam critérios para fazer comparações e classificar as escolas.

Brooke (2006) em seu artigo sobre as políticas de responsabilização, onde a escola e seus dirigentes são responsabilizados pelos resultados dos alunos, descreve os contornos e prováveis conseqüências das primeiras experiências no Brasil. Acrescenta que “a resistência dos profissionais aos sistemas de responsabilização fundamenta-se no argumento de que a escola não pode ser responsabilizada por seus resultados se as secretarias não assegurarem as condições indispensáveis para um trabalho de qualidade” (BROOKE, 2006, p.5).

Apesar de reconhecermos as dificuldades presentes nos modelos propostos pelos governos na tentativa de solucionar os problemas educacionais e elevar o nível da educação, não podemos ignorar os indicadores da educação brasileira, que não são nada animadores. A Academia Brasileira de Ciências (ABC) elaborou um relatório sobre os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA-2006), onde se mencionava que o nível de proficiência dos jovens brasileiros era inferior à quase totalidade dos países que participam do PISA.”são reflexos da precariedade da Educação Básica no país” (TENENBLAT, 2007, p.8).

Este documento da Academia Brasileira de Ciências (ABC), citado pelo Jornal da Ciência, trazia à realidade a situação do jovem brasileiro a partir dos 17 e 18 anos de idade, que desestimulados com um sistema educacional de má qualidade combinado com as altas taxas de retenção, que afetam principalmente as crianças e jovens de baixa renda, abandonam a escola e assim “15% dos jovens nem trabalha, nem estuda, vivendo em uma ociosidade que pode ter graves conseqüências para a sua inserção na sociedade, aumentando a probabilidade de marginalização e criminalização entre os jovens” (DOCUMENTO ABC, 2007,p.10).

Este mesmo documento registra que a maior parte dos estudantes brasileiros tem formação inadequada em Matemática e Língua Portuguesa para as respectivas séries, situação que tem se mantido estável ou declinando ao longo de toda a existência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). As escolas de aplicação vinculadas às universidades e a rede particular aparecem neste cenário com os melhores índices educacionais do Brasil, de acordo com os resultados do SAEB-MEC.

No Programa Nova Escola adotado pelo Governo do Rio de Janeiro, que avaliava: Gestão Escolar; Fluxo e Desempenho dos Estudantes, numa escala de 01 a 05, o CAIC obteve nível 04 em 2005. Nesta avaliação, em todo o Estado do Rio de Janeiro, dentre as 1.732 escolas avaliadas, 37 atingiram o nível 05; 163 o nível 04 e as demais ficaram no nível 03, 02 e 01. No Município de Seropédica, dentre as Escolas Estaduais e as Municipais avaliadas, o CAIC foi a única a obter o nível 04, embora reconheçamos que existem outros trabalhos de qualidade no município (SEE.RJ. Programa Nova Escola, 2005).

Na Prova Brasil, o programa que substituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), avaliando os alunos do 5º e 9º Anos de escolaridade, de todo Brasil, os resultados são apresentados em uma escala de desempenho, que varia de 100 a 400 pontos. Assim, torna-se possível descrever, em cada nível, as competências e as habilidades que os alunos são capazes de demonstrar. No Brasil, em 2005, numa escala de 0 a 300, a média foi de 172,91 em português e 179,98 em matemática. Quando verificamos, exclusivamente, os dados alcançados nas 27 capitais brasileiras (onde o ensino foi avaliado como o melhor do país), a média variou entre 198,78 a 161,03 em matemática e 190,44 a 152,81 em Língua Portuguesa. Os resultados obtidos pelos alunos do CAIC foram de 186,55 em Matemática e de 186,66 em Língua

Portuguesa (Anexo XXV). Assim sendo, o CAIC Paulo Dacorso Filho apresentou uma média final nesta avaliação de 4.4, por duas avaliações consecutivas, 2005 e 2007 (BRASIL, INEP, 2009).

Não podemos deixar de refletir que o modelo da política municipal para a educação tem sido de alta rotatividade de professores, sistema de contratação sem concurso público e a impossibilidade de ter o professor em quarenta horas de trabalho semanais, fatos que podem estar refletindo nos resultados destas avaliações.

Apesar de estar ligeiramente acima da média municipal, estadual e nacional seria preciso refletir sobre o modelo de gestão do CAIC Paulo Dacorso Filho, que apesar de todo o esforço, tem sido desgastante. A exemplo de suspensão de salários de professores da rede estadual, corte de suas gratificações, entre outros benefícios que são disponibilizados aos professores da rede estadual e negados aos professores do estado em exercício no CAIC.

CAPÍTULO IV

UM CENTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO APLICADO A EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA Paulo Dacorso Filho

4.1 Como surgiu a nossa proposta?

Neste estudo constatamos a luta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para inserir seus alunos das Licenciaturas nas escolas da comunidade para realizarem as suas Práticas de Ensino. Como vimos no Capítulo III p.10, deste estudo, a Administração da UFRRJ tentou encontrar a solução para este problema quando o Reitor Professor Hugo Edson Barbosa de Rezende (1989-1993) cedeu o terreno para a construção de um CIEP a poucos metros do Pavilhão Central, com a intenção de realizar um trabalho conjunto e assim abrir espaço para os alunos das Licenciaturas e seus professores realizarem as suas Práticas de Ensino.

Na entrevista o Reitor relatou a sua decepção, pois ao se iniciar o funcionamento do CIEP, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a época, não permitiu a participação e envolvimento da Universidade Rural. Assim ao surgir o Projeto dos CIACs, quando já se encontrava no exercício da Reitoria, não poupou esforços em exigir que a Universidade assumisse a liderança daquele projeto em seu *campus*, pois isto garantiria o espaço para as Práticas de Ensino e demais projetos necessários à melhoria da educação na Baixada Fluminense. Em todos os documentos estudados e nas entrevistas realizadas foi perceptível o interesse da Universidade neste projeto e o pensamento de seus gestores para que o mesmo pudesse ser inserido na estrutura da Universidade como uma Escola de Aplicação.

Podemos considerar que uma escola de aplicação tem uma grande contribuição a oferecer e a receber, no momento em que professores e estudantes dos Cursos de Licenciaturas terão maior autonomia intelectual para examinar os problemas e buscar alternativas, considerando-se que a indagação sistemática, a investigação e a pesquisa sejam uma rotina destas instituições. Desta forma o documento do MEC que trata das escolas de aplicação destaca a necessidade de:

referir-se as práticas de ensino como uma ação pedagógica, conveniente e competentemente articulada, com as Escolas de Aplicação, a Faculdade de Educação, os cursos de Licenciaturas e as escolas da comunidade, de modo a viabilizar a práxis pedagógica, priorizando a qualidade do ensino e a educação integral (...) (MEC, 1993, p.11).

Apesar de compreender as dificuldades das escolas da comunidade em receber os alunos da Prática de Ensino, entendemos que a vivência nestas escolas seja muito importante, pois aproxima a universidade da realidade educacional. Entretanto, consideramos que o espaço onde o estudante da Licenciatura possa experimentar, sentir – se parte dele, ousar em suas propostas é o espaço de uma escola de aplicação.

No que se refere ao CAIC Paulo Dacorso Filho, a sua construção no *campus* teve como objetivo atender as práticas de ensino dos cursos de licenciatura; colaborar efetivamente com o desenvolvimento da educação no Município de Seropédica e adjacências; tornar-se um espaço de

formação continuada para os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro, enfim contribuir para o processo de construção de uma educação comprometida com a formação humana, política e social da criança brasileira, com vistas à construção de um mundo sustentável.

Foi possível neste estudo estabelecer um vínculo entre a literatura envolvendo a educação integral, tempo integral, as interferências da política de descentralização, a implantação do CAIC e, assim apresentar uma proposta para consolidação deste projeto no âmbito da universidade.

Para tornar efetiva esta proposta constatou-se que o Brasil possui 22 Escolas de Aplicação – Públicas, sendo que a maioria delas são vinculadas às Universidades Federais e a minoria as Universidades Estaduais, incluiu-se neste número o Colégio Pedro II (MEC.1993).

Dentre estas, o Centro de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás foi o que consideramos estar mais próximo da proposta que propomos para o CAIC Paulo Dacorso Filho da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

4.2 O Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado a Educação (CEPAE – UFG)

Dentre as escolas de aplicação vinculadas as Universidades Federais destacamos a Escola de Aplicação da Universidade Federal de Goiás, criada em 1968, que foi transformada em 1994 em um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação (CEPAE-UFG). A comissão responsável por discutir e propor a mudança, de Escola de Aplicação para Centro de Ensino e Pesquisa, da Universidade de Goiás assim se manifestou:

a existência de um Colégio dentro de uma universidade somente tem sentido se ele se constitui num centro de pesquisa e ensino elementar, inclusive com desenvolvimento de programas não convencionais; centro de referência para projetos de reciclagem e de atualização de professores, bem como de projetos de melhoria de ensino nas escolas das redes municipal e estadual, de campo de estágios, por excelência, dos futuros professores formados pelos cursos de licenciatura da universidade; além de inúmeras outras ações.(...) (CEPAE-UFG).

Até o ano de 1976 a seleção de alunos no então Colégio de Aplicação era realizado através de Exame de Seleção. A partir daí, diante da necessidade de responder a sociedade se o padrão elevado dos resultados do ensino seria a seleção, mudou-se a forma de ingresso para Sorteio Público. Atualmente atende da primeira fase do Ensino Fundamental a Pós Graduação, totalizando 780 alunos. Conta com 73 professores, a maioria em Regime de Dedicção Exclusiva e 21 técnicos de apoio administrativo.

O CEPAE-UFG desenvolve atividades nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. O Ensino Fundamental e Médio é a atividade básica do CEPAE, com projetos pedagógicos inovadores, desenvolvidos em função de projetos de pesquisa e com vistas a projetos institucionais; atua nos cursos de licenciatura promovendo estágios e outras atividades. Oferece atualmente o curso de Pós Graduação *Lato Sensu* na área de Ciências, atendendo professores da rede oficial de ensino fundamental e médio.

Desta forma, durante este estudo, e no diálogo permanente com diversos autores, com ex-dirigentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, além das documentações e fotos da época, foi possível construir as principais diretrizes de uma proposta educacional que contemple a formação, na prática, dos estudantes de licenciatura; a formação continuada de

professores da Educação Básica e de profissionais de apoio educacional no âmbito das escolas; a motivação de seus professores para o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo como resultado uma educação qualificada para as crianças e jovens da comunidade.

A compreensão da importância do despertar da curiosidade epistemológica sugerida por Paulo Freire, (2009) como estímulo à busca do conhecimento por parte de alunos e professores, propõe um novo foco para a atividade pedagógica do professor. Entretanto, para isto será necessário formar o professor pesquisador, como sugeriu Demo (2007). Para ele o professor pesquisador poderá lançar mão de tudo que possa “instigar à crítica e à criatividade” para motivar os alunos a fazerem interpretações próprias e a construir as suas próprias elaborações. De acordo com o mesmo autor (Ibid) a educação pela pesquisa é demonstrada nas mudanças didáticas que o professor assume e sempre renova, em particular frente ao fracasso escolar. Para o autor, “educar significa também, e de modo proeminente, garantir os direitos da criança, entre eles de se desempenhar bem na escola básica, em particular na educação fundamental” (DEMO, 2007,p.40).

Como complemento à proposição da formação pela pesquisa no CAIC que não só eleva o nível educacional, mas abre possibilidades de aprendizagens motivadoras, considerou-se a multiplicação desta proposta através da extensão para a comunidade local, bem como para as demais escolas da rede estadual e municipal. Os estudos apresentados por Caporal e Costabeber (2000) apontam para uma atividade de extensão pautada no compromisso com a vida, com o desenvolvimento sustentável, com a responsabilidade diante da vida do homem e do planeta, sustentados nos princípios da agroecologia.

A vertente agroecológica deste projeto contribui para a construção de uma educação escolar voltada para um mundo ético, pois como afirmaram estes autores “a nossa ação ou omissão podem afetar positiva e/ou negativamente outras pessoas, aos animais ou à natureza.” (CAPORAL e COSTABEBER 2000, p.3). Neste mesmo sentido Demo (2007) propõe que

a intervenção inovadora e ética na sociedade significa a competência de construir, na história, modos alternativos de vida comum, nos quais o progresso seja desde logo bem comum e a equidade se torne a instância central e final pelo menos como utopia. Trata-se de promover a solidariedade, mais que a competitividade, os direitos humanos e a democracia (DEMO,2007, p.62).

A extensão é uma ação e uma forma de intervenção na realidade, que não deve desconsiderar valores como a solidariedade, a equidade e a ética, diante da vida e da terra. Para isto a ética ambiental, segundo Caporal e Costabeber (2000b), além de ser “um compromisso pessoal, pode passar a ser um requisito de uma sociedade que tenha a busca da sustentabilidade entre seus objetivos” (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p.4).

Resgatar o anteprojeto de implantação que previa em sua concepção pedagógica a formação do cidadão, privilegiando o desenvolvimento do pensamento crítico, a imaginação criadora e a integração permanente entre os diversos campos do saber, poderá ser o ponto de partida para um novo trabalho. (grifo nosso, UFRRJ, Anteprojeto CAIC, 1994, p.2).

Morin (2002), ao tratar dos conceitos de inter, multi, meta e trans - disciplinaridade, lembrou o pensamento de Blaise Pascal, quando justificou as disciplinas e conservou, ao mesmo tempo, um ponto de vista metadisciplinar. Assim trouxe uma reflexão no sentido de que “de alguma forma, ele convidava a um conhecimento em movimento, a um conhecimento em

vaivém, que progride indo das partes ao todo e do todo às partes; o que é nossa ambição comum (p.116)”. Ao mesmo tempo que progride indo das partes ao todo e do todo às partes; desorganiza e organiza, conservando conhecimentos e ampliando-os significativamente. Sugere a necessidade de ruptura entre as fronteiras disciplinares, da invasão de uma problema de uma disciplina por outra; de circulação de conceitos, para fazer progredir as ciências.

O Centro de Ensino, Pesquisa Aplicado a Educação - Agroecológica da UFRRJ, proposto neste trabalho, deverá privilegiar uma educação que contemple a vida humana em suas diversas dimensões, aproximando o conhecimento escolar daquele presente no cotidiano. Espera-se também que os temas estudados estejam relacionados com os significados que podem assumir para seus alunos, no contexto em que estão inseridos. Desta forma a viabilidade de uma proposta que contemple as várias dimensões da vida humana envolve naturalmente um professor disposto a aprender, ao mesmo tempo que ensina, cuja responsabilidade está no envolvimento com o projeto em si, com as pessoas e com as instituições a ele pertencentes.

4.3 Principais diretrizes propostas para o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado a Educação Agroecológica - Paulo Dacorso Filho

Já é senso comum que o papel das universidades no contexto educacional é de fato relevante. Para Demo (2007) a universidade é indispensável, sendo “o centro maior de gestação da competência inovadora com base na (re) construção do conhecimento”. Demo entende que esta competência inovadora encontra “a sua sofisticação mais elevada na pesquisa acadêmica, mas como tal precisa tornar-se competência popular” (p.83) e a vê como um patrimônio popular e também a arma principal de combate à pobreza política e da humanização do progresso (DEMO, 2007).

Desta forma este autor apontou os desafios da formação docente, que necessita motivar a emancipação do aluno, de objeto para sujeito, encontrando na instrumentação do conhecimento a alavanca principal para intervir, de maneira ética e solidária. Surge, dessa forma, a ligação entre educação e pesquisa, fazendo da educação pela pesquisa a maneira escolar específica de educar. Assim, se as inovações na prática didática tiverem as suas metas, métodos, meios e a ética bem traçados, e fizerem parte do processo de atualização permanente do professor, ocorrerão as mudanças didáticas, com destaque para o combate sistemático ao fracasso escolar.

Diante do entendimento de que grande parte dos alunos fracassa, pergunta-se: até que ponto o professor concorre para este fracasso? Para Demo tanto o professor quanto o aluno são, sobretudo, vítimas. De um lado sente a pobreza e a exclusão social e de outro a falta de motivação, diante das condições indignas de trabalho e, acrescentaria, das marcas de uma formação precária. Ninguém pode oferecer o que não tem.

Como foi visto e sentido ao longo deste estudo, ousa-se inferir que uma proposta comprometida com uma educação qualificada, tanto em se tratando da formação humana quanto acadêmica, poderá renovar a esperança e abrir novos caminhos para discussões e formulações de políticas públicas que contemplem a educação integral. Assim as reflexões elaboradas ao longo deste estudo permitiram construir esta proposta de transformação de uma Unidade de Ensino que oferece a educação em tempo integral a aproximadamente 400 crianças e adolescentes do Município de Seropédica.

O delineamento educativo com estas características leva a que considere:

1. como uma prioridade a formação acadêmica de todos os seus profissionais.
2. como a sua missão oferecer uma educação formal e não formal integrada à natureza da região;
3. como concepção pedagógica a construção do conhecimento no âmbito de uma perspectiva sócio-histórica, em que a valorização da cultura do sujeito, através das diversas formas de comunicação desenvolvidas socialmente, oportunize a interação cognitiva, afetiva, social e política, no processo educativo.
4. como seu principal objetivo o compromisso com a construção de uma nova ética social e ecológica, aliando-se aos princípios da agroecologia, para melhor compreensão dos problemas globais ligados ao processo de preservação do planeta terra, tendo como horizonte a formação da cidadania;
5. um currículo com base em uma perspectiva holística, que valorize o saber cotidiano dos alunos, suas experiências e sua realidade.
6. um currículo que tenha como âncora as questões sócio-ambientais, a transdisciplinaridade, a arte e a literatura e como compromisso os princípios propostos na Carta da Terra; na Carta da Ecopedagogia e na Alfabetização Ecológica.
7. como tripé o ensino, a pesquisa e a extensão.
8. a ênfase na pesquisa para as questões ecológicas gerais do Município de Seropédica e Municípios adjacentes.
9. a prática da extensão que valorize o atendimento às necessidades das comunidades onde residem os seus estudantes, através de implementação de programas e projetos nas áreas de organização comunitária, educação agroecológica; geração de renda e emprego.
10. o intercâmbio e cooperação interinstitucional, em nível regional, nacional e internacional, como uma de suas metas para troca de experiências e implementação de projetos e programas, visando uma educação que esteja atenta às ocorrências do mundo, tanto para exercer a criticidade quanto para exercer a solidariedade.
11. uma formação educacional que tenha como princípio a democratização do acesso e garantia de permanência dos alunos no Centro; gestão democrática e o desenvolvimento comunitário.
12. a organização, a higiene e a limpeza de todos os espaços, internos e externos, sejam considerados como parte da educação oferecida.; é importante resgatar que Paulo Freire viu uma “pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço, isto é, na limpeza do chão, na boniteza das salas, na higiene dos sanitários e , nas flores que adornam. Paulo Freire, (2009,p.45).

Desta forma, o Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão Aplicado à Educação - Agroecológica poderá ser um Núcleo irradiador, teórico e prático, de educação agroecológica, formador de lideranças capazes de atuar em favor da vida no planeta, considerando a simbiose Homem e Natureza.

4.4 A construção de uma proposta pedagógica com ênfase na agroecologia

A possibilidade de um ensino voltado para a agricultura condiz com uma formação holística na perspectiva da agroecologia. Ao contrário do que possa parecer é um avanço, pois as

crises ambientais pelas quais passamos mundialmente na atualidade apontam para intervenções e hábitos difundidos pela lógica da sociedade de consumo no sistema capitalista.

Neste sentido, há que se propor alternativas que conciliem a racionalidade popular com os conhecimentos acadêmicos na busca de menores impactos ambientais. Destacamos que, historicamente, quando ocorreram grandes explorações ambientais, o elemento humano não esteve alheio. No entanto ao degradar os recursos naturais, homens e mulheres ficam à margem dos processos inclusivos gerando fenômenos indesejáveis como pressões sociais violência, desemprego, entre outros.

A agroecologia já é um campo de estudo com longa história nas instituições públicas de nosso município. A UFRRJ, a PESAGRO-Rio e a EMBRAPA têm tido envolvimento no Ensino, na Pesquisa e na Extensão em torno da agroecologia. O Sistema Integrado de Produção Agroecológica, a Fazendinha, é uma área onde, desde 1993, são realizadas experiências de produção agroecológica. Inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado, pesquisas, palestras, visitas de produtores, aulas-passeio, foram realizadas, difundindo e consolidando conhecimentos que dialogam com a agricultura com menor impacto ambiental, baixo custo, sistemas diversificados voltados para a agricultura familiar. Constitui, assim, um subsídio significativo para a implantação de um programa educativo para crianças e adolescentes, facilitando a troca de experiências e a formação dos docentes do CAIC Paulo Dacorso Filho, bem como o desenvolvimento de um trabalho de campo. Acredita-se ainda que com esta vertente a educação poderá estar mais próxima da prática de aprendizagens significativas para a vida das crianças.

De acordo com Capra (2006) “a meta de alfabetizar ecologicamente todos os nossos estudantes resgataria a idéia de que a educação é antes e acima de tudo uma ampla troca envolvendo aspectos técnicos, não apenas um conhecimento técnico” (p.11). Não pretendemos defender uma perspectiva determinista que oriente o futuro profissional dos alunos, mas qualquer cidadão precisa compreender os processos naturais mínimos, independente da profissão que vier a escolher, deve se situar ambientalmente, enquanto ser pertencente ao sistema natural, que depende dos recursos naturais para a sua sobrevivência.

Assim, para Capra (2006) não temos que criar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero. Podemos aprender com as sociedades que se sustentaram durante séculos. E para o autor existem muitas maneiras de conhecer a natureza e aprender com a sua sabedoria, reconhecendo que quando a horta da escola passa a fazer parte do currículo, o aluno tem a oportunidade de aprender sobre os ciclos alimentares, e estes são integrados ao ciclo do plantio, cultivo, colheita,compostagem e reciclagem. De forma complementar os ciclos do plantio se cruzam com os ciclos da água, o ciclo das estações e assim por diante.

Na horta “se aprende que o solo fértil é o solo vivo que contém em cada centímetro cúbico bilhões de organismos vivos” (Ibid. p.14). A horta é um espaço onde se pode ensinar tudo o que se deseja: estar na horta plantando, depois cozinhando e comendo, faz a ecologia chegar ao coração das crianças e esta experiência a acompanhará para o resto de sua vida. Capra (2006) propõe uma educação para um desenvolvimento sustentável, que estimule o entendimento intelectual da ecologia na medida que cria vínculo emocional com a natureza.

Assim como Capra (2006), Gadotti (2000a) lembra que 25% da população do mundo consome 75% dos recursos naturais do planeta e alerta para os limites da pedagogia tradicional que não dão conta da formação de um cidadão que precisa ser mais cooperativo e ativo. Requer,

“desta forma, uma nova formação dos docentes e apoio técnico pedagógico e instrumental às escolas” (p. 92).

A busca pela possibilidade da sustentabilidade social e econômica é uma realidade. Para Gadotti (2000a) a ecopedagogia, criada em 1999, parece nascer desse movimento muito mais do que estudos teóricos a respeito. No contexto da evolução da própria ecologia que surge e ainda engatinha, a ecopedagogia, está se desenvolvendo, seja como um movimento pedagógico, seja como abordagem curricular:

a ecopedagogia implica uma reorientação dos currículos, para que incorporem os princípios defendidos por ela. Esses princípios deveriam, por exemplo, orientar a concepção dos conteúdos e a elaboração dos livros didáticos. Piaget nos ensinou que os currículos devem contemplar o que é significativo para o aluno. Sabemos que isto é correto, mas incompleto. (...) devem ser significativos também para a saúde do planeta, para o contexto mais amplo (GADOTTI, 2000a, p. 93).

Ainda em suas reflexões sobre um projeto ecopedagógico, que denominou de utópico, chamou atenção para o fato de que

a ecopedagogia não é uma pedagogia escolar. Ela não se dirige apenas aos educadores, mas aos habitantes da terra em geral. Como afirma Francisco Gutiérrez, estamos frente a duas lógicas que de modo algum devemos confundir: a lógica escolar e a lógica educativa” (Gutiérrez, 1996, p.26). A educação para um desenvolvimento sustentável não pode ser confundida com uma educação escolar(...), mas a ecopedagogia pretende ir além da escola: ela pretende impregnar toda a sociedade (Ibid.p.94).

A abordagem da ecopedagogia por Gutierrez, citado por Gadotti (2000a), e da alfabetização ecológica proposta por Capra (2006), encontram-se com os pensamentos de Morin, que fazem sentido como projeto alternativo global que vai além da preservação da natureza (ecologia natural) e do impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), em direção a um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral). Isto implica em uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Gadotti (2000a), no entanto, o considera um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje.

As ações educativas extensivas às comunidades, com participação de alunos e professores, como a recuperação de rios, coleta seletiva, o saneamento básico da região, projetos de geração de renda, arte e poesia, hortas familiares dentre outros, são oportunidades para alunos, professores e comunidade se integrarem e praticarem a pedagogia em favor de uma vida saudável praticando uma proposta de educação integral.

Tem-se o propósito de que, neste Centro, professores e alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e de outras instituições congêneres possam desenvolver seus projetos de pesquisa e extensão; e estudantes dos cursos de Graduação possam desenvolver as práticas de ensino, tal como previsto originariamente.

Destaca-se que a construção desta proposta propiciou a reflexão sobre a importância da consolidação deste projeto educacional para a comunidade local. Propõe-se, entretanto, a sua consolidação que depende da correção de rumos no processo ora vigente. Como por exemplo, em

relação aos recursos humanos, de um lado que tenham o sentimento de pertencimento à instituição, que se comprometam com a sua permanente formação, por outro lado que a instituição não só incentive como dê suporte a esta formação tão necessária, como vimos anteriormente.

Desse modo, acreditamos que a inserção do CAIC Paulo Dacorso Filho na estrutura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro poderá ser, também, mais uma oportunidade, dentre tantas outras, para contribuirmos com esta reflexão, a partir de um projeto com a infância, o que se traduz em vida e esperança. Pois o compromisso da UFRRJ com a sociedade e, especialmente, com a comunidade onde está inserida, torna efetiva e urgente a defesa de uma ação propositiva em relação a esta instituição de ensino sediada em seu *campus* e sob sua responsabilidade.

Assim, propor a criação de um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado a Educação Agroecológica no CAIC Paulo Dacorso Filho é uma idéia pertinente e que vem atender às finalidades para as quais a Universidade aceitou implantar em seu *campus* um Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

No entanto, de acordo com Morin (2002), “não se pode reformar a instituição sem uma prévia reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições” (p.99). Em uma proposta que contemple a educação integral em tempo integral há que considerar, portanto, tanto a reforma das mentes quanto a reforma da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível constatar a determinação dos gestores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que propuseram e em seguida implantaram este projeto na universidade. Assim, para eles, a implantação de um centro educacional de educação básica, sob a gestão da universidade, seria uma forma efetiva de contribuir para a transformação da realidade educacional do município de Seropédica e dos municípios adjacentes, ao mesmo tempo em que facilitaria a abertura da universidade para a comunidade local, que na prática cotidiana parece distante. Além disto, os munícipes, principalmente, teriam a oportunidade de estudar em uma universidade, desde a Educação Infantil ao Pós Doutorado e isto para a universidade seria motivo de orgulho.

Recuperando a história da instituição, observou-se que, diante da dificuldade de recursos humanos, para implantar um projeto de tamanha amplitude, a universidade buscou parcerias com outros entes federados, que, apesar das dificuldades foi exitosa nos primeiros anos de funcionamento, como vimos neste estudo.

No entanto, contata-se o prejuízo financeiro dos profissionais que optaram por participarem deste projeto, que além de conviverem em um ambiente em que fazendo o mesmo trabalho tinham/têm salários muito diferenciados, sofreram/ sofrem cortes de suas gratificações por não estarem atuando na rede estadual regular.

A permanência no trabalho para estes profissionais também se dá em horários diferenciados, alguns trabalhavam/trabalham em regime de vinte, trinta ou quarenta horas semanais, o que dificulta a organização de reuniões e um processo de formação continuada.

Além destas questões aqui apresentadas, considera-se ainda de maior gravidade a situação de instabilidade política, pois, uma mudança de governo no Estado e/ ou Município afeta diretamente a dinâmica do projeto.

Diante disto, verifica-se pois que o projeto, tal como foi concebido, é frágil. Sua sustentação e operacionalização somente poderá acontecer tendo a universidade seus próprios recursos humanos, como acontece nas escolas de aplicação vinculadas às universidades.

A UFRRJ tem sua história vinculada à área de Ciências Agrárias, tendo em seu *campus* a Embrapa Agrobiologia e a Pesagro-Rio. Estas instituições atuam em conjunto, oferecendo estrutura física e recursos humanos para vários cursos de Graduação e Pós Graduação em Ciências Agrárias. Merece destaque ainda a Fazendinha Agroecológica e o Colégio Técnico de Nível Médio com área de atuação em Agroecologia.

Todo este mister habilita a instituição UFRRJ a oferecer uma educação voltada para a sustentabilidade e em defesa de nosso patrimônio natural, desde a primeira infância.

Desta forma a transformação do CAIC Paulo Dacorso Filho em um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação Agroecológica tem viabilidade porque a universidade é capaz de :

- ✓ afirmar a importância do tempo integral e a qualidade deste tempo; estabelecendo princípios como a diversidade curricular e assegurando a formação integral das crianças e adolescentes matriculadas na instituição;
- ✓ contribuir com a implantação de uma escola onde seus educadores possam exercer a reflexão, a investigação e ter como resultados aprendizagens significativas para suas vidas;

- ✓ estimular e propor o exercício de formas inovadoras de trabalho educacional tratando as questões da formação integral e da educação em tempo integral como questões de pesquisa;
- ✓ agregar as demais instituições, como a Embrapa - Agrobiologia, a Pesagro Rio, o Colégio Técnico da UFRRJ, os diversos grupos organizados que existem no âmbito da universidade como: Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (GEPEADS) e outros, para desenvolverem com a comunidade de alunos, pais, professores e funcionários boas práticas de preservação da natureza e desenvolvimento sustentável.

A partir destas considerações a Universidade poderá ampliar sua inserção social ao:

- ✓ consolidar o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação Agroecológica como local para formação de professores da rede municipal e estadual;
- ✓ possibilitar aos estudantes da graduação mais um campo de práticas, estudo e pesquisa, que lhes beneficiará não só do ponto de vista de formação acadêmica mas também pessoal;
- ✓ oferecer à comunidade uma escola pública qualificada que, recebendo crianças e adolescentes de diversas classes sociais, favoreça a prática da solidariedade, da criticidade, da formação equânime e do entendimento de que através da educação é possível diminuir a desigualdade social.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **O Que é Fome**. São Paulo: Brasiliense, 9ª Edição, 1998.
- ALTIERI, Miguel A. **A Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Projeto Tecnologias Alternativas, Rio de Janeiro, 1989.
- ALTIERI, M.A.; ROSSET, P; THRUPP, L.A. **The potential of Agroecology to combat hunger in the developing world**. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 1998. Aula de Epistemologia dos Saberes Agropecuários PPGEPA/UFRRJ. Prof.Dr.Eli Lino de Jesus, 2005. 1CD-ROOM.
- ALTIERI, Miguel A. in **Biotecnologia agrícola: Mitos, Riscos Ambientais e Alternativas**. Universidade da Califórnia, Berkeley Edição especial, preparada pela ASCAR-EMATER/RS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Junho de 2002. Aula de epistemologia dos saberes agropecuários. PPGEPA/UFRRJ, Prof.Dr.Eli Lino de Jesus, 2005. 1CD-ROOM.
- ALENCAR, P. Folha Online de 28 de jan de 2006,: “caics do df: do apogeu à sucata”- <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2006/01/28/jorbrs20060128001.html>
- ANTUNES, A.. Terra Viva, in GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo, 2000.
- AQUINO, L.M.L. Ordenamento Legal para Educação Infantil e Desafios para os Gestores Municipais. In: VASCONCELLOS, T. de (Org.) **Reflexões sobre Infância e Cultura**.1ª Edição.- Niterói, EDUFF, 2008.
- ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais** Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, Determinantes da Descentralização. 2000.
- AZANHA,J.M.P. **Educação:Temas Polêmicos**.São Paulo:Martins Fontes.1995.
- BAGNO, M. **Pesquisa na Escola: o que é como se faz**. 23ª Edição. São Paulo: Edições Loyola. 2009.
- BARLOW, Z.; STONE, M. K.(Orgs). **Alfabetização Ecológica: a alfabetização das crianças para um mundo sustentável**.São Paulo, Cultrix, 2006. 312 p.
- BARRETO, M.E.S. Criando e brincando com sucata. Semana de Extensão. UFRRJ, 1995a.
- BARRETO, M.E.S. Oficina de preparação para a vida. Semana de Extensão. UFRRJ, 1995b.
- BARRETO, M.I.; VIGEVANI, T. Cenário Global e o espaço de intervenção. In: MARTINS, Â.M.; OLIVEIRA, C.; BUENO, M.S.S. (Orgs.) **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2004.
- BOFF, L. *Ethos Mundial*. **Um consenso mínimo entre os humanos**. Brasília: Letraviva, p.25, 2000.
- BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, v. 36, n. 128, Aug. 2006 . Acesso em 20 de janeiro de 2010 <http://www.scielo.br/scielo> 0100-15742006000200006. 10.1590/S0100-15742006000200006.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**, 1988.

BRASIL. Decreto nº 539 de 26 de maio de 1992 revogado pelo Decreto 631 de 12 de agosto de 1992. **Projeto Minha Gente**. Informações Básicas Sobre o Projeto, Brasília, maio de 1992. www.mec.gov.br acesso em julho de 2009.

BRASIL. Lei nº 8.642 de 31 de março de 1993. **Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-PRONAICA**.

BRASIL, Ministério da Educação. **Repensando as Escolas de Aplicação**. Plano Decenal de Educação para Todos. Série Institucional, v. 5, 1993-2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Portaria Normativa Interministerial, nº17 de 24 de abril de 2007.

BUENO, M.S.S. Descentralização e Municipalização do Ensino em São Paulo: Conceitos e Preconceitos. *In*: MARTINS, Â.M.; OLIVEIRA, C.; BUENO, M.S.S. (Orgs.) **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2004.

CARBONARI, F.J. Municipalização do Ensino: das Velhas Práticas às Novas Perspectivas. *IN*: MARTINS, Ângela M.; OLIVEIRA, C.; BUENO, M.S.S. (Orgs.) **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural**. *In*: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IRSA, 2000. http://www.asbraer.org.br/Documentos/Biblioteca/agroecologia_e_sustentabilidade.pdf acesso 22/09/2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico**. Porto Alegre. EMATER/RS, 2002. http://www.asbraer.org.br/Documentos/Biblioteca/agroecologia_e_sustentabilidade.pdf acesso 22/09/2009.

CAPRA, F. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. *In*: STONE, M.K., BARLOW, Z.(Orgs.); **Alfabetização Ecológica- A educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo, Cultrix. 2006.

CAVALIÉRE, A.M. **Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira**. **Educação e Sociedade**, vol 23, n.81, p. 247-270, 2002.

CAVALIÉRE, A.M.; COELHO, L.M. **Para Onde Caminham os CIEPS? Uma análise após 15 anos**. Cadernos de Pesquisa. n.119, p.147-174, 2003.

CAVALIERE, A.M. **Escolas de tempo integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p.51-63, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

COELHO, L.M.C.C. **Escola Pública de Horário Integral e Ensino de Qualidade**. Ensaio: avaliação política pública.educação, Rio de Janeiro, v.4, n.11, p.121-128, 1996.

- _____. **História da educação Integral.** Em Aberto, Brasília, v. 22, n.80, p.83-96, 2009.
- CRISTINA, L. **Desertificação.** Instituto estuda o potencial econômico do Polígono das Secas .Agência Brasil. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br>. acesso 18 de fev de 2005.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa,** São Paulo: Autores Associados.8ª Edição, 2007 (Coleção Educação Contemporânea).
- EVANS, A. O Processo de Mudança na Escola *in*: STONE, Michael .K.; BARLOW, Z..(Orgs.), **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável.**São Paulo: Editora Pensamento Coutrix, 2006.
- FERRETTI, C.J. **Só a educação salva: o projeto minha gente e a política educacional brasileira.** Em Aberto: Brasília, ano 10, n50751, 1992.
- FRANCO, G.L.O. **A importância da leitura e da literatura na formação do ser humano e do futuro leitor _ um relato de experiência”.** Monografia. UFRJ. 2006.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança,**São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- _____. **Pedagogia da Autonomia.**ed.31, São Paulo: Paz e Terra. Coleção de Leitura, 2009.
- FREITAG, B. **Escola Estado & Sociedade.**7ª Edição Rev. São Paulo: Centauro, 2005.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000a.
- GADOTTI, M. **A Ação Pedagógica e Prática Social Transformadora.** Educação e Sociedade , p. 5 -14, v.4. CEDES Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** *São Paulo Perspec.* [online]. 2000b, vol.14, n.2, pp. 03-11. ISSN 0102-8839. doi: 10.1590/S0102-88392000000200002.
- GOVERNO DO Rio de Janeiro - **DECRETO 27206: 02/10/2000** – Cria e denomina a Unidade Escolar situada no Município de Seropédica: Centro de Atenção Integral à Criança CAIC Paulo Dacorso Filho.
- GUARÁ, I.M.F.R. **Educação e Desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola.** Em Aberto, Brasília,v.22, n.80, p.65-81, 2009.
- LEONARDOS, A.C. **O CIEP Como Inovação Educacional.** Contexto Educação. Universidade de Ijuí, Ano 6, nº.22, 1991, p.46-64
- LEONARDOS, A.C.; GOMES, C. A.; WALKER, R.K. **Estudo de Caso Aplicado às Inovações Educacionais: uma metodologia.** Série Documental: inovação, n,4 1994. INEP/Brasília. www.dominiopublico.gov.br acesso em 04 de julho de 2009.
- LIBÂNEO, J.C.; SANTOS, A.. (Orgs). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade.**Educação em Debate.São-Paulo: Alínea. 2005.
- LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.**7ª Ed.- São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação/Coordenação Antonio Joaquim Severino e Selma Garrido Pimenta).

- LOBO, T., **Descentralização: Conceitos, Princípios e Práticas Governamentais, Cadernos de Pesquisa.** (74) 1990, p.6.
- MACHADO, L.M. *Autonomia administrativa, financeira, poder local e políticas educacionais: uma análise a partir de artigos de Anísio Teixeira.* In: MARTINS, Â.M.; OLIVEIRA, C. ; BUENO, M.S.S. (Orgs.) **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: Problemas e Perspectivas.**Rio de Janeiro. DP & A Editora, 2004.
- MAGALHÃES, H.G.D. **O Conceito de Gestão Escolar na Ecopedagogia.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. ISSN 1517-1256, v.17, 2006.
- MARTINS, Â.M.; OLIVEIRA, C.; BUENO, M.S.S. (Orgs.) **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: Problemas e Perspectivas.** Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2004.
- MARTINS, Â.M. O processo de municipalização no Estado de São Paulo: um novo desenho da política educacional, *in:* _____; OLIVEIRA, C. ; BUENO, M.S.S. (Orgs.) **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: Problemas e Perspectivas.**Rio de Janeiro. DP & A Editora, 2004.
- MARTINS, H.H.T.S. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2. p.289-300, 2004.
- MAURICIO, L.V. **Escola Pública de Horário Integral: o que se lê o que se vê.** www.anped.org.br acesso em: 04 de julho de 2009.
- MAURÍCIO, L.V. **Literatura e representações da escola pública de horário integral.** Revista Brasileira de Educação. Nº 27, 2004
- MAZZOTTI. A.J.A.; GEWANDSNAJDER. F. **O Método nas Ciências Naturais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- MIGNOT, A.C.V. **CIEP – A escola pública e a construção de um espaço alternativo de educação .** Educação e Sociedade, nº40, 1991.
- MIGNOT, A.C.V. **CIEP- Centro Integrado de Educação Pública - Alternativa para a Qualidade do Ensino ou Nova Investida do Populismo na Educação.** Em Aberto, Brasília, ano 8, n.44, 1989.
- MORIN, E. **A Cabeça Bem – Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- NUNES. C. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de Educação Integral no Brasil.**Em Aberto: Brasília. V.22, n.80, p.121-134. 2009.
- OLIVEIRA, L.M.T.; PINTO, V.M.R.R., CURVELLO, M.A.; SOARES, D.A.M. **Anteprojeto para Implantação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente CAIC Paulo Dacorso Filho/UFRRJ.** 1993
- OTRANTO, C.R. **As políticas educacionais dos anos de 1960 e suas implicações na universidade rural do Brasil/universidade federal rural do rio de janeiro.** A Educação e seus Sujeitos na História – Eixo Temático: Políticas Educacionais e Movimentos Sociais, IV Congresso Brasileiro de História da Educação 2006, Goiânia, GO.

História documental e história oral: complemento lacunas no registro historiográfico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Eixo 6–Instituições Educativas e Cultura Material Escolar. VII Congresso LUSO-BRASILEIRO de História da Educação 20- 23 Junho 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto). Portugal.

PARO, V.H.; FERRETI, C.J.; VIANNA, C.F.; SOUZA, D.T. *Escola de Tempo Integral. Desafio para o Ensino Público.* São Paulo, Cortêz Editora/Autores Associados. 1988.

RIBETTO, A.; Mauricio, L.V. **Duas décadas de educação em tempo integral:dissertações, teses, artigos e capítulos de livros.** Em Aberto, Brasília, v.22, n.80, p.137-160, 2009.

RIBEIRO, D. **Um balanço crítico da experiência dos CIEPs**

http://www.fundar.org.br/darcy_educa_ciep-gp_balancritico.htm acesso em 04 de julho de 2009.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira: organização escolar.** 18ª Ed.Revisaa e Ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Memória da Educação)

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao FUNDEF: por outra política educacional.** 2ª Ed. Rev e ampliada.- Campinas, S:Autores Associados, 2008 (coleção educação contemporânea).

SHIVA, V. **Tomorrow's biodiversity.** New York: Thames & Hudson, 2000. 144 p. Tradução e Resumo: Prof. Dr. Eli Lino de Jesus. Aula de Epistemologia dos Saberes Agropecuários. PPGEPA/UFRRJ. 2005.

SILVA JR. *O Papel Político da Municipalização Educacional a Construção dos Novos Traços da Sociedade Civil na Década de 1990.* In: MARTINS, Â.M.; OLIVEIRA, C.; BUENO, M.S.S. (Orgs.) **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: Problemas e Perspectivas.** Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2004. 242 p.

SILVA, A.M.M. **Escola Pública e a Formação da Cidadania: possibilidades e limites.** Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, USP, 2000.

SOBRINHO, J.A; PARENTE, M.M.A. **CAIC: Solução ou Problema? Texto para Discussão nº 363,** IPEA, Brasília, janeiro de 1995.

SOUZA, J.S. **Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil.** Campinas, São Paulo: Autores associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, D.B.; FARIA, L.C.M. *Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: a Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96,* Ensaio: avaliação política pública. Educação. Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, 2004.

STONE, M.K., BARLOW, Z.(Orgs.); **Alfabetização Ecológica- A educação das crianças para um mundo sustentável.** São Paulo, Cultrix. 2006.

TENENBLAT, K. **Como melhorar a educação básica?** Jornal da Ciência. 7 de Setembro de 2007 p. 8.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, A.L. **Respirando Saúde na Natação, I Encontro Fluminense de Educação Física Escolar.** <http://cev.org.br/biblioteca/respirando-saude-na-natacao> acesso em 10 de setembro de 2009

VIEIRA, G.Z. **Comercialização e certificação de produtos ecológicos. As experiências da Rede Ecovida de Agroecologia.** Aula de epistemologia dos saberes agropecuários. Prof. Dr. Eli Lino de Jesus. PPGEPA/UFRRJ, 2005. 1CD-ROOM.

WINCKER, C.R.; SANTAGADA, S.O. **Fundeb: novos horizontes para a educação básica?** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v.35, n.2, p.39-46, 2007

WOLFF.L.F. **Agricultura Sustentável.** Engenheiro Agrônomo, Coordenador Técnico da Fundação Gaia. acesso 05 de fev de 2005. Disponível em: <http://www.guiafloripa.com.br/energia/desenvolvimento/agricultura.php>.

ZUCCO, L.L. Projeto “Qualificação Profissional na Área de Construção Civil”.UFRRJ.1994.

DOCUMENTOS EXTERNOS À UFRRJ.

UFG. Histórico do Centro de Ensino Pesquisa Aplicado à Educação. 1994.

UFRRJ: Termo Aditivo Processo de Municipalização: SEE.RJ E PMS – 20/12/2005.

ABC – Documento da Academia Brasileira de Ciências sobre o Ensino de Ciências e a Educação Básica – PISA 2004.

ANEXOS

Anexo I – Questões apresentadas nas entrevistas semi-estruturadas	73
Anexo II – Ofício 174/GR/UFRRJ 1991	78
Anexo III – Nota do Reitor à comunidade	81
Anexo IV – Ofício 191/GR/UFRRJ 1992	83
Anexo V – Deliberação 4 de 16/02/1993 CONSU – UFRRJ	86
Anexo VI - Ofício 13/GR/UFRRJ 1993	87
Anexo VII – Ofício 253/GR/UFRRJ 1993	89
Anexo VIII – Jornal da Cidade de Itaguaí – Ago a Set. 1993	91
Anexo IX – Direito de Resposta UFRRJ/ Jornal de Itaguaí	92
Anexo X – Convênio UFRRJ//CAIC/SEE. RJ	96
Anexo XI – Convênio UFRRJ//CAIC/PMI	102
Anexo XII – Termo de cessão MEC/CAIC//UFRRJ	106
Anexo XIII – Organização Administrativa do CAIC Paulo Dacorso Filho	111
Anexo XIV – Boletim Escolar/CAIC	112
Anexo XV – Convênio UFRRJ/CAIC/ Biblioteca Nacional	115
Anexo XVI – Convênio UFRRJ/CAIC/SENAC	119
Anexo XVII – Ofício Resposta SENAI/UFRRJ/CAIC	121
Anexo XVIII – Jornal do CAIC/1996	123
Anexo XIX – Fotos de diversos momentos e atividades 1993 a 1997	125
Anexo XX – Ofício 61 GR 2000 UFRRJ/SEE RJ	138
Anexo XXI – Decreto 27206/2000 Gabinete Governo do Rio de Janeiro	148
Anexo XXII – Ofício 002/2005 Defesa Cível PMS	149
Anexo XXIII – Ofício 063/2005 Defesa Cível PMS	150
Anexo XXIV – Convênio Municipalização SSE.RJ/PMS	151
Anexo XXV – Prova Brasil 2005 e 2007	154



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA-PPGEA

Seropédica, Em 25 de Abril de 2009

Prezado Prof. Hugo,

Como aluna do curso de Pós Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ (PPGEA), minha proposta de estudo envolve o tema: “RESGATE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO CAIC PAULO DACORSO FILHO NO *CAMPUS* DA UFRRJ E A PERSPECTIVA DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM UM CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADO A EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA”. Diante desta proposta, minha Orientadora – Profa. Dra Suemy Yukizaki – e eu entendemos que sua contribuição poderá ser valiosa para o enriquecimento dos dados referentes à construção e funcionamento deste Centro no *campus* universidade.

INTRODUÇÃO:

Entrevista realizada no dia 25 de abril de 2009, por telefone, previamente agendada com o Prof. Hugo Edson Barbosa de Rezende, Reitor da UFRRJ no período de 1989-1993. Prof Hugo solicitou junto ao MEC a construção de uma unidade do CIAC – Centro Integrado de Atenção à Criança, posteriormente denominado CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente e lutou pela sua implantação sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Pergunta 1. Foi em sua gestão, nos anos de 1991-1993, que foi defendido junto a SEPESPE-MEC, a implantação de um CIAC (Centro Integrado de Atenção a Criança – como fora denominado inicialmente o Programa proposto pelo Governo Federal), no campus da UFRRJ. Em documentos oficiais da época, percebe-se a sua preocupação em defender junto a SEPESPE- MEC a implantação deste Centro sob a gestão da UFRRJ. Que razões o fizeram defender junto aos Conselhos Superiores da Universidade e ao MEC esta implantação sob a responsabilidade da UFRRJ?

Pergunta 2. No ofício 13/GR de 25 de janeiro de 1993, endereçado ao Exmo Senhor Secretário de Projetos Educacionais Especiais do MEC, foi mencionado o pedido do Ministro da Educação sobre a participação das Universidades na implantação dos CIACS. Neste mesmo documento o senhor menciona as dificuldades de interação com o Governo Estadual e a ausência de respostas aos documentos oficiais da Universidade, diante disto propõe a integração do CIAC com a Universidade Rural, mais adiante afirma que “não concorda com o funcionamento do CIAC como um “quisto” dentro da Universidade Rural. Poderia comentar um pouco sobre estes fatos?

Pergunta 3. Existe algum outro fato que o senhor gostaria de registrar e que no seu entendimento poderia contribuir com este estudo?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA-PPGEA

Seropédica, Em 25 de Maio de 2009

Prezado Prof. Manlio Silvestre Fernandes,

Como aluna do curso de Pós Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ (PPGEA), minha proposta de estudo envolve o tema: “RESGATE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO CAIC PAULO DACORSO FILHO NO *CAMPUS* DA UFRRJ E A PERSPECTIVA DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM UM CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADO A EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA”. Diante desta proposta, minha Orientadora – Profa. Dra Suemy Yukizaki - e eu entendemos que sua contribuição poderá ser valiosa para o enriquecimento dos dados referentes a construção e funcionamento deste Centro no *campus* universidade.

INTRODUÇÃO

Entrevista realizada no Departamento de Solos da UFRRJ, com o Prof Manlio Silvestre Fernandes, Reitor da UFRRJ no período de 1993-1997, que tornou efetiva a implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho, sob a responsabilidade da Universidade.

Pergunta 1. Ao assumir a Reitoria no ano de 1993, você e sua Equipe, receberam a responsabilidade de administrar em parceria com o Estado e Município o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Paulo Dacorso Filho – construído no *campus* da UFRRJ. Naquele momento a sua administração implantou o projeto do CAIC. Que razões o levaram a defender este projeto?

Pergunta 2. Quais foram as principais dificuldades encontradas, no seu ponto de vista?

Pergunta 3. Que sugestões você teria para a atual administração da Universidade em relação a este projeto?

Pergunta 4. No seu ponto de vista seria possível ter o CAIC como uma escola de aplicação, com recursos humanos da Universidade, independente do Estado e município?

Pergunta 5. Existe algum outro fato que o senhor gostaria de registrar e que no seu entendimento poderia contribuir com este estudo?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA-PPGEA

Seropédica, 10 de Junho de 2009

Magnífico Reitor, Prof. Ricardo Motta Miranda

Como aluna do curso de Pós Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ (PPGEA), minha proposta de estudo envolve o tema: “RESGATE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO CAIC PAULO DACORSO FILHO NO *CAMPUS* DA UFRRJ E A PERSPECTIVA DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM UM CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADO A EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA”. Diante desta proposta, minha Orientadora – Profa. Dra Suemy Yukizaki - e eu entendemos que sua contribuição poderá ser valiosa para o enriquecimento dos dados referentes a construção e funcionamento deste Centro no *campus* universidade.

INTRODUÇÃO:

No dia 10 de junho de 2009, no Gabinete da Reitoria da UFRRJ, entrevistamos o Prof. Ricardo Motta Miranda, Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e participante da implantação do CAIC na gestão do Prof. Manlio Silvestre Fernandes (1993-1997).

Pergunta 1. O senhor participou da gestão da Universidade no período de 1993-1996. Nesta época o MEC acabava de construir uma Unidade do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-CAIC, na Universidade, para ser administrado em parceria com o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Itaguaí. Quais foram, a seu ver, as razões que fizeram a administração da Universidade assumir a gestão de um CAIC?

Pergunta 2. O que foi colocado para administração sobre o CAIC, foi um pedido do MEC para que a universidade o tivesse ou foi a universidade que solicitou? Nos documentos oficiais da universidade constam que a universidade solicitou para escola de aplicação e outros projetos.

Pergunta 3. Em sua visão houve dificuldade por parte da comunidade acadêmica de aceitar que a Universidade tivesse sob a sua responsabilidade uma escola de educação infantil e ensino fundamental?

Pergunta 4. Que dificuldades ainda precisam ser superadas para que esta instituição alcance a sua autonomia e defina as suas próprias estratégias para a construção de Projeto Político Pedagógico que contemple as exigências de uma educação para o século XXI?

Pergunta 5. Hoje, como Reitor quais são, a seu ver as perspectivas para um projeto como este no âmbito da Universidade?

Pergunta 6. Existe algum outro fato que gostaria de registrar e que no seu entendimento poderia contribuir com este estudo?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUO DE AGRONOMIA

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA-PPGEA

Em: 13 de julho de 2009

Prezada Profa. Ana Maria Dantas Soares,

Como aluna do curso de Pós Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ (PPGEA), minha proposta de estudo envolve o tema: “RESGATE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO CAIC PAULO DACORSO FILHO NO *CAMPUS* DA UFRRJ E A PERSPECTIVA DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM UM CENTRO DE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO APLICADO A EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA.

Diante desta proposta, minha Orientadora – Profa. Dra Suemy Yukizaki - e eu. entendemos que sua contribuição poderia ser valiosa para o enriquecimento dos dados referentes à construção e funcionamento deste Centro no *campus* universidade.

INTRODUÇÃO

Entrevista realizada com a Profa Ana Maria Dantas Soares, Decana de Extensão na gestão 1993-1997, época da implantação do CAIC na universidade. Atualmente exerce a função de Vice-Reitora (2005-2009 e 2009-2013). Dia 13 de julho de 2009.

Pergunta 1. Tendo feito parte da gestão da Universidade no período de 1993-1997, à época da implantação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente “CAIC Paulo Dacorso Filho”, gostaríamos de saber: ao assumir o Decanato de Extensão, como você tomou conhecimento de que a Universidade havia defendido junto ao MEC a implantação de um CAIC em seu *campus*?

Pergunta 2. Como você entende a defesa, de um projeto de Educação Infantil e Ensino Fundamental sob a gestão da Universidade? Como se justifica isto perante a comunidade acadêmica?

Pergunta 3. Quais tem sido as principais dificuldades encontradas, no seu ponto de vista, para sustentação deste projeto *sob a gestão* da UFRRJ?

Pergunta 4. No seu entender qual o futuro de um projeto como este na Universidade?

Pergunta 5. Existe algum outro fato que gostaria de registrar e que no seu entendimento poderia contribuir com este estudo?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA-PPGEA

Seropédica, em 29 de Julho de 2009

Prezado Prof. José Antonio de Souza Veiga

Como aluna do curso de Pós Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ (PPGEA), minha proposta de estudo envolve o tema: **“Resgate Histórico da Criação do CAIC Paulo Dacorso Filho no *campus* da UFRRJ e a Perspectiva de sua Transformação em um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado a Educação Agroecológica”**. Diante desta proposta, minha Orientadora – Profa. Dra Suemy Yukizaki - e eu entendemos que sua contribuição poderá ser valiosa para o enriquecimento dos dados referentes à construção e funcionamento deste Centro no *campus* universidade.

Pergunta 1. O senhor participou como Vice Reitor das primeiras negociações para a implantação do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC Paulo Dacorso Filho – no *campus* da UFRRJ. Que razões o motivaram a defender a implantação de um Centro Integrado de Atenção à Criança – CIAC, assim denominado à época, no *campus* da UFRRJ e quais foram as principais dificuldades?

Pergunta 2. Qual a relevância de um projeto como este (do CAIC) para a Universidade Rural?

Pergunta 3. O senhor considera oportuna a existência de uma escola de ensino fundamental, de tempo integral sob a gestão da UFRRJ? Existe algum outro fato que o senhor gostaria de registrar e que no seu entendimento poderia contribuir com este estudo?

Pergunta 4. Existe algum outro fato que o senhor gostaria de registrar e que no seu entendimento poderia contribuir com este estudo?

Ofício nº 174 /GR

Em 24 /05/91

senhor Secretário

Cientes do papel social que as Instituições públicas devem desempenhar junto as suas comunidades, e agindo em perfeita consonância com as diretrizes emanadas do Poder Central, a Universidade Federal vem envidando esforços no sentido de viabilizar melhores condições à população de Vila Seropédica, 2º Distrito de Itaguaí.

Neste sentido, vimos solicitar de V.Sa. para interceder, junto aos órgãos competentes, a fim de implantar uma Unidade-Piloto nesta região, dentro do projeto MINHA GENTE, baseado no que expomos a seguir:

O 2º Distrito de Itaguaí conta, hoje com uma população superior a 90.000 habitantes, constituída, na sua grande maioria, por famílias de baixo poder aquisitivo, onde a mão-de-obra da mulher, além de necessária à economia e ao desenvolvimento da comunidade, é de vital importância para o balanço econômico familiar.

Por outro lado, não se pode esquecer que a estrutura cultural da nossa sociedade reserva à mulher tão ou mais importante papel na formação da família. Estas duas realidades são, na verdade, conflitantes e, ao nosso entender, cabe ao setor público estabelecer os mecanismos que concorrem para minimizá-los, ou quando possível, eliminá-los.

Ilmo. Senhor
Dr. PAULO ROBERTO MOGLIA THOMPSON FLORES
MD. Secretário Nacional de Educação Superior.

A implantação do Pólo Petroquímico em Itaguaí e o desenvolvimento do Parque Industrial da região contribuirão para ampliar a demanda de mão-de-obra e aumentar a população de Vila Seropédica. Considerando as características e localização geográfica do 2º Distrito, pode-se prever que esse crescimento pouco afetará, a curto e médio prazo, o perfil sócio-econômico da população. Assim, espera-se que a demanda por atendimento pré-escolar deva aumentar significativamente nos próximos anos.

Ressalta-se, ainda, o fato de a Vila Seropédica encontrar-se a mais de 30 Km do mais próximo centro, razoavelmente desenvolvido, e não dispor de qualquer infra-estrutura dessa natureza que permita atender mesmo que parcialmente, às necessidades da Comunidade. A instalação da Unidade-Piloto reveste-se ainda de maior importância social, ao se constatar que a comunidade feminina está entre as classes de menor renda.

Cabe informar que encontra-se instalado, há menos de 05 (cinco) quilômetros desta Universidade, um orfanato que funciona em precárias condições, a quem, na medida do possível, prestamos alguma assistência.

A UFRRJ oferece o curso de Licenciatura em Economia Doméstica e de outros que, pelas próprias características são capazes de coordenar e integrar as atividades de uma Unidade-Piloto, tais como: planejamento, direção e supervisão, assistência à criança, integração social e coordenação dos serviços auxiliares, o que permite uma conjugação de esforços entre a UFRRJ e a Prefeitura Municipal de Itaguaí, incluindo a EMBRAPA e a PESAGRO, Empresas localizadas na área da Universidade, para a implantação e manutenção da Unidade-Piloto, que proporcionará às Instituições inúmeras vantagens. Entre elas temos:

- A necessidade de mão-de-obra para o funcionamento da Unidade-Piloto será, em parte, suprida pela Universidade, através do Departamento de Economia do Lar, que utilizará seus docentes das áreas afins para orientar e auxiliar na Administração.
- A Unidade-Piloto será usada para a lecionação prática de disciplinas afins do curso de Economia Doméstica, contribuindo para racionalizar os custos operacionais da Universidade e melhorar o nível do ensino;

- A Unidade-Piloto contará com a participação de profissionais altamente qualificados do nosso Instituto de Educação, podendo, assim, funcionar como uma unidade modelo e para o desenvolvimento e aplicação de novas técnicas.

- O Posto Médico poderá dar atendimento aos pré-escolares.

Outrossim, informamos que a Universidade dispõe de área adequada para a instalação da referida Unidade-Piloto.

É neste sentido, Senhor Secretário, que rogamos a intercessão de V.Sa. junto aos órgãos competentes, para que o desejo da nossa comunidade seja concretizado.

Ao ensejo, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.


Hugo Edison Barboza de Rezende
Reitor



Anexo III

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA REITORIA

COMUNICADO DA REITORIA

NO SENTIDO DE TRANQUILIZAR A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, BEM COMO A POPULAÇÃO DO 2º DISTRITO DE SEROPÉDICA E ÁREAS DE ATUAÇÃO GEO-EDUCACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, A REITORIA VEM, NO QUE DIZ RESPEITO À IMPLANTAÇÃO DO CIAC NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO, ESCLARECER QUE A UNIVERSIDADE, AO SOLICITAR AO EXMO. SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA, HOJE A CARGO DA SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POSTERIORMENTE RATIFICADA EM RESPOSTA AO OFÍCIO DO SENHOR SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO ESTADO, CONCORDOU COM A CONSTRUÇÃO DO CIAC, DECISÃO ESTA TOMADA EM REUNIÃO COM OS SENHORES DIRETORES DE INSTITUTOS DA UFRRJ. NAQUELA, OPORTUNIDADE, DESEJANDO QUE O CIAC FOSSE INTEGRADO ÀS ATIVIDADES DA UNIVERSIDADE, EM PROL DA COMUNIDADE, DESTINOU ÁREA JUNTO AOS INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO E DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.

AO TOMAR ESTA DECISÃO, A UNIVERSIDADE, CLARAMENTE DEFINIU O DESEJO DE PROPORCIONAR, DENTRO DAS POSSIBILIDADES FÍSICAS E DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, CONDIÇÕES DE ESPAÇO E DE INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS ATIVIDADES A SEREM ALI DESENVOLVIDAS, DESDE QUE EM AÇÕES INTEGRADAS COM A UNIVERSIDADE.

DESTE MODO, A REITORIA VEM A PÚBLICO GARANTIR:

- 1 - O FUNCIONAMENTO DO CIAC, COM O QUE FOR IDENTIFICADO COMO O MAIS IMPORTANTE, PARA A COMUNIDADE; DO PRÉ-ESCOLAR AO 2º GRAU.

- 2 - IMPLANTAR E DESENVOLVER PROJETO DE INTEGRAÇÃO NA ÁREA DE FAMÍLIA, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO, ATRAVÉS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, POR MEIO DE CRECHE, ASSISTÊNCIA FAMILIAR, NUTRIÇÃO, HIGIENE, SAÚDE, VESTUÁRIO, ETC;
- 3 - DESENVOLVER, DE COMUM ACORDO COM O CORPO DOCENTE DO CIAC, AS PRÁTICAS DE ENSINO DAS LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS, BIOLOGIA, MATEMÁTICA, FÍSICA, QUÍMICA, EDUCAÇÃO FÍSICA, ECONOMIA DOMÉSTICA E CIÊNCIAS AGRÍCOLAS;
- 4 - ESTENDER E/OU IMPLANTAR, ATRAVÉS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE, NO CIAC AS ATIVIDADES DO CLUBE DE CIÊNCIAS, A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS LÚDICOS PARA APRENDIZAGEM E AS ESCOLINHAS DE TÊNIS, FUTEBOL, BASQUETE E OUTRAS MODALIDADES DESPORTIVAS;
- 5 - IMPLANTAR O COLÉGIO DE APLICAÇÃO, DESTINADO AO PREPARO ADEQUADO DE JOVENS QUE DESEJAM INGRESSAR NA UNIVERSIDADE PÚBLICA OU PRIVADA;
- 6 - IMPLANTAR NO CIAC UM CENTRO PERMANENTE DE TREINAMENTO E RECIPIAGEM DE PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS;
- 7 - ABRIR POSSIBILIDADES PARA QUE OS PROFESSORES DO CIAC FREQUENTEM, COMO ALUNOS ESPECIAIS, AS AULAS DAS DISCIPLINAS DOS INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO E DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS;
- 8 - IMPLANTAR E DESENVOLVER PROJETO DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA, ATRAVÉS DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO COM O SENAI, UTILIZANDO-SE A INFRA-ESTRUTURA DAS OFICINAS E LABORATÓRIOS DO CAMPUS;
- 9 - ELABORAR PLANOS CONJUNTOS QUE PERMITAM A PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES, DO CIAC, COM BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA O 1º GRAU, PARA QUE OS SEUS ALUNOS POSSAM DESENVOLVER ATIVIDADES DE PESQUISA, SOB ORIENTAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE RURAL


HUGO EDISON BARBOZA DE REZENDE
REITOR

Anexo IV

Ofício nº 191 /GR

Em 27/05/1992

Prezado Senhor

Com referência ao Ofício nº 08, datado de 21 de maio de 1992, que informa à Reitoria sobre as reivindicações desse segmento, este Gabinete tem a esclarecer o seguinte:

a) A creche está prevista no projeto do CIAC, como "Casa Comunitária", com enfoque de muito maior amplitude do que uma simples creche cabendo informar que a UFRRJ já vem pagando auxílio-creche.

b) A implantação do Vale-refeição é um assunto que está sendo discutido no âmbito do Ministério da Educação, cabendo a esta Administração, apenas lutar, dentro das suas possibilidades, para que seja concretizado. No entanto, as normas implementadas pelo Restaurante Universitário já permite que os servidores de níveis mais baixos tenham refeições subsidiadas.

c) A concessão de cinco níveis para progressão por titulação é inviável enquanto a legislação não permite.

d) A solicitação de implantação de 30 horas semanais, na visão desta Reitoria, é não somente imoral, como conflita com quem diz lutar por uma Universidade pública, gratuita, competente e de qualidade.

Ilmo. Senhor
JAIRO SALVADOR DE SOUZA
Comando Local de Greve - ASUR.

(15)

e) A concessão de ônibus para funeral de funcionário e/ou parentes não encontra base legal, já que Decreto Presidencial claramente impede este tipo de apoio.

f) Quanto às condições e segurança de trabalho, não pairam dúvidas que se trata de preocupações constantes que têm levado esta Administração a aplicar recursos que viabilizem tais pleitos.

As reformas de prédios e de laboratórios, a aquisição de máquinas, veículos, ferramentas e implementos são medidas que vêm contribuindo para a melhoria dessas condições.

g) Quanto à assistência médica e odontológica, basta rememorar as condições iniciais que esta Administração encontrou e as atuais, onde pessoal especializado passou a ocupar lugar de pessoas não treinadas para aqueles fins, tais como enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos, além do fortalecimento do corpo médico, com a contratação de novos profissionais, como também a nova Coordenadora do Serviço Médico recentemente designada.

A construção da sala de Raio X e as reformas projetadas para o corrente ano indicam melhores condições de trabalho. A aquisição de equipamentos de Raio X e eletrocardiógrafos, a cessão por outros Órgãos, de equipo-odontológico, material cirúrgico e outros materiais dão clara mostra de uma determinação em melhorar. A aquisição, ainda, de três ambulâncias, sendo duas novas, vieram dar mais tranquilidade de atendimento médico emergencial.

A proposta em tramitação no MEC, viabilizará a contratação de um médico traumaortopedista, um técnico em radiologia e um clínico geral, além de um administrador recentemente designado para auxiliar.

h) No que se refere ao vale-transporte, a Administração tem tentado fazer com que eles sejam distribuídos até o 5º dia de cada mês, apesar das dificuldades de transferência de recursos financeiros que independem da nossa vontade.

i) O enquadramento do pessoal de Campos se ainda não ocorreu, foi por conta dos próprios servidores daquela Unidade, que pleitearam situação diversa daquela respaldada por lei. Conseqüentemente, o processo foi encaminhado ao DRH/MEC para instrução. Entretanto, em entendimentos com o Sr. Coordenador daquela Unidade, a Comissão especialmente designada, com a participação do aludido Coordenador, tratará do assunto tão logo retorne o processo.

Finalmente, esta Reitoria deseja manifestar o seu desalento e a sua frustração ao verificar que um segmento tão importante como a dos servidores técnico-administrativos, não tenha se preocupado, mesmo nos momentos favoráveis, como foi a implantação da isonomia nesta Universidade, com os deveres, ou pelo menos, com as obrigações que levassem à reflexão sobre a necessidade de se preocupar com a Instituição, não como um local que se viabilize apenas a vida familiar, mas, como um ideal, como um local que se educa e se forma gerações que serão responsáveis pela condução do País.

Se a Universidade está em crise, é certo que uma parcela ponderável de culpa cabe a nós mesmos, através de corporativismo negativo no decorrer de longos anos.

Atenciosamente


Hugo Edison Barboza de Rezende
Reitor


DELIBERAÇÃO Nº 04, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1993

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista a decisão tomada em sua 108ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de fevereiro de 1993,

R E S O L V E Aprovar o seguinte Convênio:

Convênio que entre si celebram o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, através da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.

Objetivo: objetivar a implementação de ações relacionadas ao Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-CAIC.


Hugo Edison Barboza de Rezende
Presidente

MED/mfc

Ofício nº 33 /GR

Em 25/01/93.

Senhor Secretário

Atendendo solicitação contida no FAX de V.Sa., de 20/01/1993, estamos encaminhando o ofício nº ⁰¹⁸402/GR, de 17/10/1991, dirigido à Professora Eunice Ribeiro Durham - Secretária Nacional de Educação Superior, atendendo pedido do Exmo. Senhor Ministro da Educação, que solicitou a participação das Universidades no Programa de Implantação dos CIACs.

Após diversas reuniões com autoridades do Governo Estadual encarregados do Programa, os Diretores de Institutos da Universidade Rural aprovaram a implantação do CIAC, mediante cessão em Comodato de área do campus Universitário, conforme ofícios nºs ⁰¹⁸128/GR, de 10/04/1992, dirigido ao Senhor Secretário de Estado e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro - Dr. Fernando Lopes de Almeida e ofício nº 133/GR, de 15/4/1992, dirigido ao Senhor Secretário de Programas Especiais - Senador Darcy Ribeiro.


Com estes atos administrativos, a Procuradoria da Universidade preparou o Termo de Comodato e o Termo de Convênio, que ora fazemos anexar, com a proposta detalhada, visando a integração do CIAC com a Universidade Rural.

Exmo. Senhor
Dr. CLETO DE ASSIS
MD. Secretário de Projetos Educacionais Especiais

O Governo Estadual jamais se manifestou com relação às propostas acima mencionadas, apesar da Reitoria ter procurado, reiteradamente, a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do Estado do Rio de Janeiro.

Não concordando com o funcionamento do CIAC como um quisto dentro da Universidade Rural, a Reitoria procurou então, a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, objetivando o seu funcionamento dentro do plano de operacionalização do Centro de Atenção Integral à Criança, com a certeza de assim procedendo, estar defendendo os interesses maiores da educação.

Atenciosamente,


Hugo Edison Barboza de Rezende
Reitor

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1993.

Senhor Secretário,

É com prazer que nos dirigimos a Vossa Excelência para reiterar o interesse desta Universidade no funcionamento do Centro de Atenção à Criança "Paulo Dacorso Filho", localizado em nosso campus.

2. Efetivamente, o CAIC constitui-se numa oportunidade fundamental para que a UFRRJ integre suas atividades acadêmicas desde a pré-escola até a pós-graduação, na busca da excelência e, sobretudo, da atuação na melhoria das condições de vida das comunidades abrangidas pela sua influência.

3. Outrossim, o trabalho conjunto dos nossos Institutos de conteúdo específico e de Educação permitirá a realização das diversas atividades previstas para aquele Centro.

4. Como Vossa Excelência pode ver, na página 5 do nosso jornal PARTICIPAÇÃO, a matéria "CAIC atenderá a cem crianças em idade Pré-escolar", onde esta Administração comunica com satisfação à Comunidade Acadêmica o início das atividades do referido CAIC.

5. Nesse sentido, esperamos que a atuação efetiva das Secretarias Estadual e Municipal de Educação possa viabilizar, na prática, a idéia da gestão participativa, que muito valorizamos. *h*

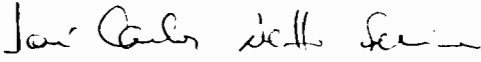
A Sua Excelência o Senhor
Dr. CLETO DE ASSIS
Secretário de Projetos Especiais

DMS/CAS

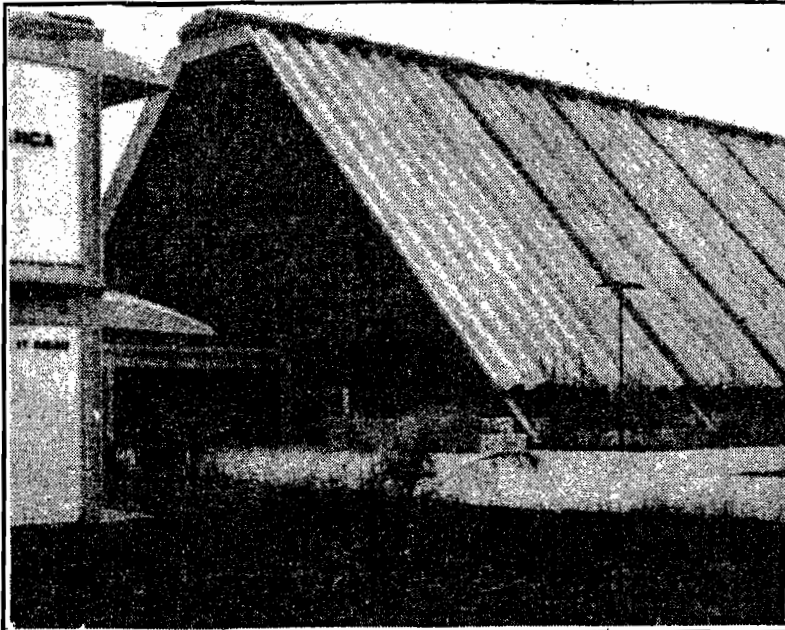
(Fl.02 do Of. nº 253/GR, de 28 / 7 / 93.)

6. Na certeza de que a colaboração do PRONAICA-MEC e da Universidade Rural resultará em considerável benefício para a comunidade desta área geo-educacional, que é carente de recursos e de oportunidades, aproveitamos o ensejo para cumprimentar Vossa Excelência com a nossa mais distinta consideração, assim como antecipar nossos sinceros agradecimentos.

Respeitosamente,

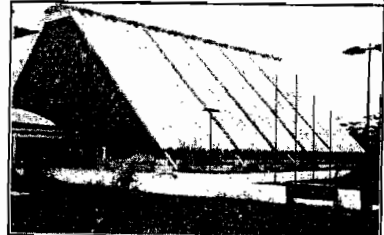

José Carlos Netto Ferreira
Vice-Reitor
no exercício da Reitoria

Ciac abandonado reflete desrespeito com o dinheiro do contribuinte



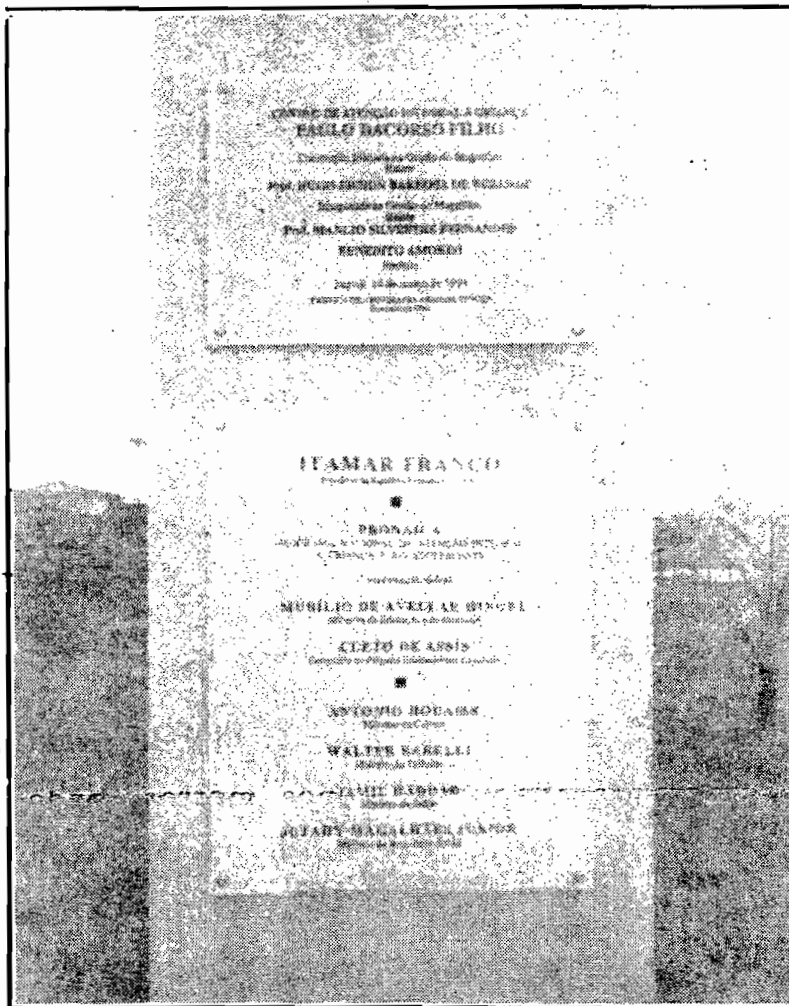
DENÚNCIA

Ciac abandonado no Km 47 deixa crianças sem aulas e nas ruas



O CIAC inaugurado pelo Presidente Itamar Franco continua abandonado. O massacre dos menores na Candelária, serviu para mostrar ao mundo inteiro, o verdadeiro desrespeito do Governo Federal, com o Estatuto do Menor e do Adolescente. Em Itaguaí, a burocracia, vem prejudicando cerca de 400 crianças que poderiam estar dentro as salas de aulas do Ciac Paulo Dacorso Filho, no Km 47 da Antiga Rio x São Paulo ao lado da UFRJ. Que mesmo sendo inaugurado pelo Presidente Itamar Franco, continua fechado. Leia na pág. 5.

Para o CIAC funcionar basta apenas que a UFRRJ faça um convênio com o Estado



O marco de inauguração do CIAC pelo Presidente Itamar Franco

O massacre dos menores na Candelária, serviu para mostrar ao mundo inteiro, o verdadeiro desrespeito do Governo Federal, com o Estatuto do Menor e do Adolescente.

Em Itaguaí, a "máquina administrativa, emperrada, vem prejudicando cerca de 400 crianças que poderiam estar utilizando as salas de aulas do Ciac Paulo Dacorso Filho, no Km 47 da Antiga Rio x São Paulo ao lado da UFRRJ.

Que embora tenha sido inaugurado pelo Presidente Itamar Franco, continua fechado.

Segundo o Vice-Prefeito, Alcir Fernando Martinazzo, autor do projeto que trouxe o Ciac para o município, enquanto era Vereador, o que está acontecendo é um verdadeiro abuso com o dinheiro do contribuinte. Martinazzo não esconde a sua irritação, ao falar da burocracia estabelecida pelo MEC e pela Direção da Universidade Rural, para transferir a administração para o Estado, que possui uma metodologia parecida com os Ciacs.

CONTRA O VENTO E MARE O
CAIC DA RURAL VAI NAVEGAR

Surpresos com a matéria "Denúncia", atribuída ao Vice Prefeito de Itaguaí, publicada neste espaço, na edição de nº 06 (Ano I), que circulou no período de 20/08 a 05/09/93, desse jornal, a Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro vem prestar esclarecimentos à população, através do relato abaixo, que foi elaborado para publicação no "Jornal Participação" de circulação interna na UFRRJ.

Lamentamos o mal entendido, sugerindo que, em casos futuros, seja feita a consulta à Administração da Universidade, a fim de que as críticas ou denúncias se baseiem na fidedigna expressão da verdade. Lamentamos ainda, a infeliz composição com o "Massacre da Candelária". E, justamente para evitar gestos como esse, que estamos trabalhando para dotarmos o CAIC Paulo Dacorso Filho, de todas as condições possíveis que permitam eliminar a prática lesiva ao interesse público e ao exercício da cidadania.

O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente "Paulo Dacorso Filho" (CAIC), inaugurado em março do corrente ano pelo Ministro da Educação e do Desporto, tem sido alvo de inúmeras discussões e conflitos. Planejado para se constituir num grande programa educacional gerido em parceria entre os governos federal, estadual e municipal, o CAIC tem encontrado entraves os mais diversos para iniciar o seu funcionamento efetivo.

A atual administração da UFRRJ, desde o período de transição, empenhou-se em encaminhar as necessárias discussões e ações, não só junto à Secretaria de Projetos Especiais do MEC, como também junto às Secretarias da Educação e Secretaria Extraordinária do Estado do Rio de Janeiro, e Prefeitura Municipal de Itaguaí. Não havia sido assinado nenhum convênio entre a Universidade e o governo do Estado para viabilizar o funcionamento do CAIC e, desse modo, foi necessário retomar as negociações para que fossem definidas as atribuições dos diferentes parceiros.

Aproximadamente 15 reuniões foram realizadas, inicialmente com a participação do MEC, da Secretaria Estadual e da Prefeitura Municipal de Itaguaí, sendo que esta última, num determinado momento, deixou de participar, uma vez que ficou definido que a gestão do CAIC ficaria sob a responsabilidade da Universidade e não da Secretaria Extraordinária do Estado, como havia sido cogitado pela Prefeitura.

O Governo Federal não abriu mão da gestão e passou-se a negociar um convênio no qual caberia à Secretaria Estadual ceder os recursos humanos necessários, uma vez que a Universidade não dispõe de quadro de docentes de 1o. grau, nem tampouco de servidores em número suficiente para atender às necessidades do CAIC.

A proposta pedagógica

Enquanto os contatos, marchas e contra-marchas se realizavam, a administração da Universidade buscou o apoio do Instituto de Educação/DIFE para montar a proposta pedagógica para o CAIC. Essa proposta, juntamente com um planejamento para a implantação gradativa das atividades do CAIC, a partir de agosto/93, foi entregue à Secretaria Estadual de Educação e à Secretaria de Projetos Especiais do MEC. Foram solicitados professores, orientadores e pessoal técnico-administrativo necessário. Nada disso havia sido negociado anteriormente. Nenhum documento foi apresentado à atual administração que desse conta de um projeto global para o CAIC, seja na área pedagógica, seja na área administrativa. Tudo teve que ser construído, tomando em conta que o CAIC não é uma simples escola mas um grande programa de atenção integral que envolve educação pré-escolar e escolar e também cultura, esporte, alimentação e proteção à saúde da criança e da família, dentre outros subprogramas.

Daí por que contou-se também com o apoio do Departamento de Economia do Lar e por que foi feito contato com o UNICEF para apoiar financeiramente a implantação de subprograma de Educação e Trabalho, visando a instalação de oficinas-escola para apoio à educação não formal. Foi também contatado o Comitê da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, do Km 49, para buscar articular os subprogramas às necessidades da comunidade.

Chegam os primeiros professores

No dia 5 de agosto foi entregue uma minuta de convênio pela Secretaria da Educação do Estado que, no dia 9, encaminhou quatro professoras com experiência em pré-escola, para serem lotadas no CAIC. O CAIC recebeu, também, por transferência, duas professoras oriundas do governo do Estado de Roraima.

Prosseguiram os entendimentos para a liberação de pessoal de apoio e, paralelamente, o Instituto de Educação passou a trabalhar, juntamente com as professoras cedidas, no planejamento plurianual, no plano curricular e escolar.

Estão sendo elaborados critérios para a seleção do pessoal de apoio, de modo a evitar o que antes se configurava iminente, ou seja, o apadrinhamento na contratação.

As perspectivas

Espera-se, que, assim que tão logo se consiga pessoal necessário, o CAIC possa ser aberto à comunidade. Com o início do semestre letivo, os Departamentos da UFRRJ que se relacionam com os subprogramas e o CTUR serão contatados para participar das atividades. Chegando os bons ventos, o CAIC da Rural vai navegar.

Professora Ana Maria Dantas Soares
Decano de Extensao

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

CONVÊNIO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS.

Aos 30 dias do mês de março de 1994, a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, denominada UFRRJ, representada pelo seu Reitor, Prof. MANLIO SILVESTRE FERNANDES, e o GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, denominado ESTADO (SEE/SEEPE), com a anuência do Governador, Dr. LEONEL DE MOURA BRIZOLA, através das SECRETARIAS DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS, neste ato representadas pelos seus respectivos titulares, Sr. NOEL DE CARVALHO e Dr. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO, firmam o presente CONVÊNIO, conforme o decidido no processo nº 03/008134/93, regendo-se pelas legislações específicas, federal e estadual, notadamente pelo Decreto nº 3149, de 28 de abril de 1980, regulamentador do Título XI, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, bem como, no que couber, pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, todos considerados partes integrantes deste Ajuste, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a ação conjunta da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ) e do GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através das SECRETARIAS DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEE) e EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS (SEEPE), para a implantação e manutenção do CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA (CAIC), localizado no Campus da primeira.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA UFRRJ

Compete à UFRRJ:

- I - promover a implantação do CAIC;
- II - gerir o Subprograma de Educação, relativo ao funcionamento e manutenção da pré-escola e do 1º grau;
- III - exercer a Gerência Geral do CAIC;
- IV - indicar o Diretor Geral do CAIC;
- V - efetuar o acompanhamento das atividades do CAIC, através do desenvolvimento dos Projetos Educacionais, com suportes pedagógico, técnico, científico e cultural;
- VI - promover a capacitação de recursos humanos;
- VII - desenvolver pesquisas de acordo com as necessidades surgidas em virtude do Convênio;
- VIII - obter, dentro de suas possibilidades, apoio junto ao Governo Federal, para o desenvolvimento do CAIC;
- IX - aplicar os recursos financeiros oriundos do Governo Federal, destinados ao CAIC.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO ESTADO

Compete ao ESTADO:

- I - através da SEE:
 - a) colocar à disposição de UFRRJ, de acordo com as suas possibilidades e critérios, os professores pertencentes à Rede Estadual de Ensino, para exercerem atividades no CAIC, e que se façam necessários ao pleno funcionamento desse;

- b) participar das atividades didático-pedagógicas necessárias ao funcionamento do Subprograma de Educação e de seus projetos;

II - através da SEEPE:

- a) colocar à disposição da UFRRJ pessoal de apoio, para executar atividades no CAIC;
- b) participar das atividades didático-pedagógicas necessárias ao funcionamento do Subprograma de Educação e de seus projetos;
- c) colaborar no assessoramento pedagógico dos referidos Subprogramas.

PARÁGRAFO ÚNICO

As obrigações assumidas pelo ESTADO (SEE/SEEPE), conforme esta cláusula, não implicam em acréscimos de dispêndios que decorram diretamente deste CONVÊNIO, os quais serão, eventual e oportunamente, atendidos com o empenho de dotações orçamentárias específicas, de acordo com os elementos e despesas apropriadas obedecida a legislação pertinente.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente convênio produzirá seus efeitos a partir de sua assinatura e vigorará por mais 5 (cinco) anos letivos além do corrente, contando-se, cada período subsequente, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, podendo ser prorrogado e/ou modificado mediante TERMO ADITIVO.

CLÁUSULA QUINTA - RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido antes do prazo previsto, por qualquer das partes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, resguardado o término do ano letivo em curso, na oportunidade.

CLÁUSULA SEXTA - ADITAMENTOS

O presente CONVÊNIO poderá ser alterado mediante a sentimento das partes, através de TERMO ADITIVO, sendo lícita a inclusão de novas Cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS E INDENIZAÇÕES

O ESTADO (SEE/SEEP) não se responsabiliza por indenizações, ônus ou encargos, de qualquer natureza, em decorrência de atos ou fatos vinculados à fiscalização e ao controle da execução orçamentária e da administração financeira, nem por quaisquer obrigações relativas à legislação trabalhista, previdenciária ou tributária, porventura inerentes a este ajuste, com exclusão dos relativos aos seus próprios servidores que forem colocados à disposição da UFRRJ.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA - PUBLICAÇÃO

As partes, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da assinatura do presente CONVÊNIO, providenciarão sua publicação em extrato, nos respectivos órgãos oficiais de divulgação.

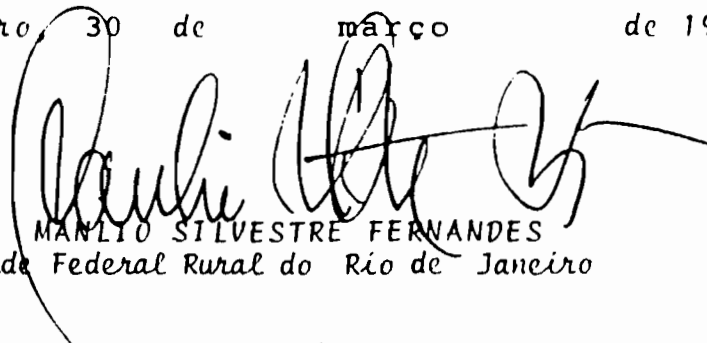
CLÁUSULA DÉCIMA - CONTROLES EXTERNOS

O ESTADO providenciará, até o quinto dia útil, seguinte, ao de assinatura, o encaminhamento de cópia autenticada do presente instrumento, ao seu Tribunal de Contas e às Contas Rias Seccionais, na SEE e na SEEPE.

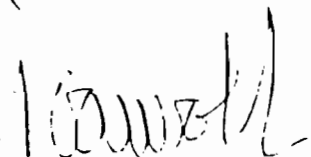
E, por estarem assim justas e acordadas, as partes

assinam o presente instrumento. em 06 (seis) vias, de igual teor e validade, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1994.



MANLIO SILVESTRE FERNANDES
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro




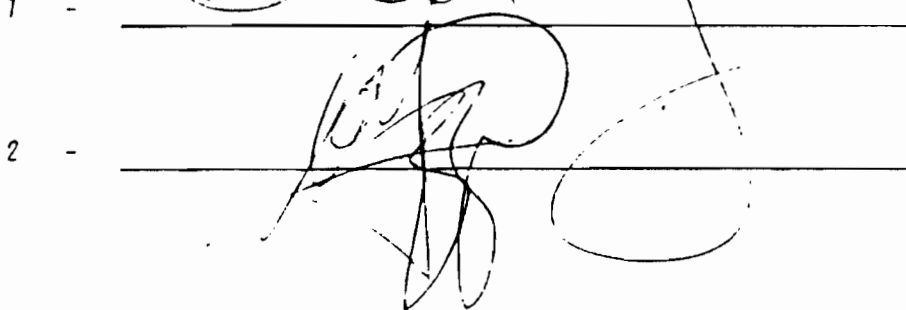
NOEL DE CARVALHO
Secretário de Estado de Educação



CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO
Secretaria Extraordinária de Programa Especiais

TESTEMUNHAS :

1 - 

2 - 

D.O. 13/04/94

Secretaria de Estado de Educação
Extratos de Termos de Convênio
- Convênio
- 3013/94
- AFRS e o Estado do R.S, através das Secretarias de Estado de Educação e Extraordinária de Iniciação Especiais.
- Implantação e manutenção de Centro de Atuação Integrada Criança (CAIC)
- 5 anos

30 RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA
13 DE ABRIL DE 1994
ANO XXI • N.º 88 • PARTE I

Poder Executivo

D.O. 13/04/94

OBJETO: Aumento de Verba.
VALOR: Cr\$ 29.853,42.
ASSINATURA: 06.04.94.
FUNDAMENTO: E-19/300.022/90.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: Aditivo nº 11 ao Contrato CEDAE Nº 017/92 (DPO).
PARTES: Companhia Estadual de Águas e Esgotos-CEDAE e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.
OBJETO: Prorrogação de Prazo por 90 dias.
ASSINATURA: 06.04.94.
FUNDAMENTO: E-19/300.454/94.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: Aditivo nº 05 ao Convênio assinado em 25 de junho de 1992.
PARTES: Companhia Estadual de Águas e Esgotos-CEDAE e a Associação dos Moradores do Pavão e Pavãozinho.
OBJETO: Aumento de Verba.
VALOR: Cr\$ 29.853,42.
ASSINATURA: 06.04.94.
FUNDAMENTO: E-19/300.401/92.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: Aditivo nº 13 ao Convênio assinado em 29 de julho de 1988.
PARTES: Companhia Estadual de Águas e Esgotos-CEDAE e a Associação dos Moradores da Quinta do Cajú.
OBJETO: Aumento de Verba.
VALOR: Cr\$ 29.853,42.
ASSINATURA: 06.04.94.
FUNDAMENTO: E-19/300.467/88.

Secretaria de Estado de Educação



INSTRUMENTO - CONVÊNIO Nº 629/94-001/100
DATA DA ASSINATURA - 30.03.94
PARTES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.
OBJETO - Utilização da banheira correspondente à Escola Estadual Francisco Nazareth de Sousa situada em terreno da Estação Rêdio de Campos Novos.
PRAZO - 02 (dois) anos.
FUNDAMENTO DO ATO - Processo Administrativo nº 03/000432/93.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
A V I S O

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado de Educação torna público que realizará na Rua do Passajinho nº 62, Sala 606, a Licitação por TOMADA DE PREÇOS, conforme abaixo:
TOMADA DE PREÇOS Nº 25/94
DATA: 28 de abril de 1994
HORA: 14 horas
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (PIL de Paqueta congelado), conforme especificação no Anexo-Posta-Detalhe.
Os interessados poderão obter Edital e Proposta - Detalhe no horário de 14 às 15 horas, bem como quaisquer informações até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da licitação, mediante depósito em nome da Comissão Permanente de Licitação.

- 04 - EDILA ROFFI ABO DE 1993
- 05 - MARLY CARREIRA DE MORAES ABO DE 1993
- 06 - MARCIA CRISTINA DAS NEVES SOUZA OLIVEIRA/ANO DE 1993
- 07 - MARIA CLÉA TORRES ABO DE 1993
- 08 - MARIA ELENA DA SILVA ABREU ABO DE 1993
- 09 - MARIA ROSA DO AMARAL ABO DE 1993
- 10 - MARLI DE SOUZA RAFAEL ABO DE 1993
- 11 - RAUL SEBASTIÃO CARPOS ABO DE 1992

DIPLOMA DE TÉCNICO EM PRÓTESE ODONTOLÓGICA

- 01 - KRASHO RIBEIRO ROCHA ABO DE 1993

COORDENADORIA DE ENSINO DE 2º GRAU
COLÉGIO ESTADUAL HEITOR LIRA
MONTAJS

O Diretor do Colégio Estadual Heitor Lira Agência de Administração Escolar nº 04/RJ, nos termos da Resolução número 1533/90 - SEE, de 11/07/90, republicada no D.O. de 24/07/90, torna público a relação nominal de alunos que concluíram o 2º Grau neste Estabelecimento de Ensino.

Curso de Formação de Professores de 1ª e 4ª Séries do 1º Grau
Turma 3101
Ano 1993

- 01- Adriana Barreto Rodrigues
- 02- Ana Angélica Lima Silva
- 03- Ana Paula Marques Pimenta
- 04- Andréia Pereira Silva
- 05- Andréia Cristina da Silva Couto
- 06- Bianca Carneiro da Silva
- 07- Carla Maria da Silva Borges
- 08- Cristiane da Silva Magalhães Vieira
- 09- Cristiane de Souza Rodrigues
- 10- Denielle Cristina Santana da Cunha
- 11- Elaine Cristina de Rocha Ribeiro
- 12- Elaine Silva de Amorim
- 13- Elisângela do Carmo Santos
- 14- Janaina Lopes Faro
- 15- Lilian Sant'Ana Franço
- 16- Luciana Soares de Lima
- 17- Luciana Alexandre Lira
- 18- Luciana Cristina Silva Barbosa
- 19- Luciana dos Santos
- 20- Lúcia Regina Cunha da Silva
- 21- Mircia Nascimento Botelho
- 22- Mircia Sebastiana Maia de Brito
- 23- Mircia Cristina Jorge Pereira
- 24- Maria Tilm Lopes Cabral
- 25- Maria Regina dos Santos Olive
- 26- Roberta da Moraes Caspar
- 27- Rosângela Gonçalves da Silva
- 28- Simone Rosas
- 29- Vera Lucia Coarra de Lemos
- 30- Viviane Borges dos Santos

Turma 3102
Ano 1993

- 01- Adriana Coutinho de Costa
- 02- Adriana Ferreira Gonçalves
- 03- Ana Cláudia Kraus de Marquitta
- 04- Ana Paula dos Santos Carvalho
- 05- Andrea Ferraro Gouvêa
- 06- Andréa Soares da Silva
- 07- Andrea Gomaga Lucas
- 08- Ariete Dias da Silva
- 09- Carolina Regina Medeiros da Costa
- 10- Cecília Valéria David Bolado
- 11- Cristiane Alves dos Santos
- 12- Cristiane Gouvêa Machado
- 13- Flávia Batista Micas
- 14- Flávia Rodrigues Fôrto
- 15- Flávia Silva Magalhães
- 16- José Augusto dos Santos Filho
- 17- Karine de Costa Neves Teves
- 18- Luciane dos Reis Barros
- 19- Mircia Helena Vargas de Sousa
- 20- Margareth Christina de Cunha Pereira
- 21- Ortilinda Martins de Araujo Santiago
- 22- Patrícia Mara Bruno da Costa
- 23- Renata Benites de Silva
- 24- Rosa Maria da Conceição
- 25- Rosane Torresinha Guimarães Barros
- 26- Rosiane Martins Cavalcante
- 27- Sueli Nairé Boccioni
- 28- Suzane Regina Rocha
- 29- Suzane Almeida Oliveira
- 30- Verônica Carla Gomes
- 31- Luciana Augusta Monteiro
- 32- Rosamire Santiago da Silva

Turma 3103
Ano 1993

- 01- Alessandra Bonfim da Fonseca
- 02- Aline Dantas Batista Pinto
- 03- Ana Carla Bispo Rocha
- 04- Ana Cristina de Oliveira Santos

- 24- Micheli Castro Moretti
- 25- Queila Luis Domingos
- 26- Renata Rameo da Cruz
- 27- Rosane Taranto da Silva
- 28- Simone Bicalho Macena
- 29- Simone Pinto dos Santos
- 30- Tatiana Cassida de Araujo
- 31- Valéria Gomes Monnarat
- 32- Vera Lúcia Pinto Cardoso
- 33- Viviane Raupp Barros

Turma 3104

- 01- Alessandra Moraes de Azevedo
- 02- Aline Monteiro da Cruz
- 03- Andréa Cassiano Campos
- 04- Andréa de Almeida Galvão
- 05- Bárbara Cecília dos Santos
- 06- Bianca Marques Faria
- 07- Cristiane Cavalcante Oliv
- 08- Cristiane Pereira de Araujo
- 09- Cristiane Rodrigues Graça
- 10- Cristiane Soares dos Santos
- 11- Cristiane Pereira Salles
- 12- Cristiane de Sousa da Silva
- 13- Fátima Dias Matricas
- 14- Fátima Domingos de Sousa
- 15- Flávia da Silva Quadros
- 16- Francine Lopoeres Pedro
- 17- Graça Kelly Santos da Silva
- 18- Jaqueline Silva Siqueira
- 19- Janaina da Silva Paiva
- 20- Jocimara Alves da Carvalho
- 21- Luciana Bonas Cavalcante
- 22- Maria Cristina dos Santos
- 23- Maria Pereira da Silva
- 24- Patrícia Conceição Maciel
- 25- Patrícia Fernandes Martins
- 26- Renata Coimbra da Silva
- 27- Renata Ferreira da Silva
- 28- Roberta Castro Leite
- 29- Vanessa Olmo de Mendonça
- 30- Vanis Lucia de Almeida Al
- 31- Verônica Tavares Lopes

Turma 3105

- 01- Adriano Leandro da Silva
- 02- Alessandro Pinto Waige
- 03- Ana Carla San Martin Saiz
- 04- Ana Cristina Xavier Cupim
- 05- Ana Paula de Almeida Costa
- 06- Ana Paula Silva de Araujo
- 07- Andréa Amorim dos Reis
- 08- Andréia Marques Soares de
- 09- Andréia Moraes de Azevedo
- 10- Carla Andréa da Silva de
- 11- Cátia Dias Moreira
- 12- Cristiane Lopes de Almeida
- 13- Cristiane Moreira Jota
- 14- Cristina Wernack Matias
- 15- Cristine de Andrade Melo
- 16- Débora Campista Gomes
- 17- Elisabeth Alves de Alencar
- 18- Eva Wilma Alves
- 19- Fátima Arraújo Paiva
- 20- Flávia Carqueiras Lopes
- 21- Janaina Regadas
- 22- Luciana do Nascimento
- 23- Mircia Cristina Rufino M
- 24- Maria Elaine da Silva Esp
- 25- Neusa Mendes
- 26- Patrícia Marques da Sant
- 27- Patrícia Penna
- 28- Patrícia de Oliveira Bor
- 29- Renata Lourdes de Sousa
- 30- Simone de Moraes Lima
- 31- Talmis Alcântara da Silva
- 32- Vanessa Afonso Alves da
- 33- Vanessa Ligeia Correia da

Turma 3106

- 01- Alessandra Rosa da Silva
- 02- Aline Duarte da Silva
- 03- Ana Paula Tavares de Bri
- 04- Ana Paula do Espírito Sa
- 05- Andréa Xavier Coutinho
- 06- Angélica de Moraes Leão
- 07- Bárbara dos Santos Rodri
- 08- Carla Piato Pires
- 09- Cátia Valéria de Sousa C
- 10- Cristiane de Abreu Ribai
- 11- Débora Ferraire da Silva
- 12- Débora Quezadas dos Anjos
- 13- Débora Rameo Ignacio Br
- 14- Débora de Castro Bruno

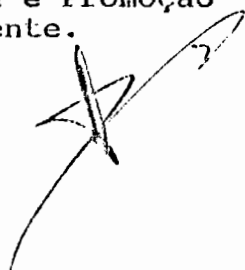
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
TERMO ADITIVO

Termo Aditivo no. 002/94, ao Convênio celebrado em 14/07/93, que entre si celebram a UFRRJ e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, visando estabelecer a co-gestão em subprograma do Centro de Atenção Integral à Criança "Paulo Dacorso Filho".

Aos onze dias do mês dez de mil novecentos e noventa e quatro, a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, com sede na Antiga Estrada Rio- São Paulo, km 47, inscrita no CGC sob o no. 291.27465/0001-05, doravante denominada UNIVERSIDADE, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Dr. Mânlio Silvestre Fernandes, CPF no. 002180573/34, Carteira de Identidade no. 360499, SSP/IFP e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, com sede na Rua General Focainva, no. 636, Itaguaí, RJ, inscrita no CGC sob o no. 291.38302/0001-02, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pelo Prefeito, Dr. Benedito Amorim, CPF no. 193688767/72, Carteira de Identidade no. 3359487, IFP, residente na Rua Amélia Louzado, no. 125, RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objetivo

Este Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer a participação da Prefeitura Municipal de Itaguaí no Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) "Paulo Dacorso Filho", como co-gestor do Núcleo Saúde do CAIC englobando os subprogramas: Proteção Especial à Criança e à Família e Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente.



CLÁUSULA SEGUNDA - Atribuições da Partes:

a) Da Prefeitura

1 - gerir os subprogramas mencionados na cláusula primeira deste termo aditivo, nomeando o coordenador do Núcleo Saúde, o qual ficará vinculado à Direção Geral do CAIC.

2 - prover os recursos humanos necessários ao funcionamento pleno dos subprogramas, com a seguinte lotação mínima no Núcleo Saúde:

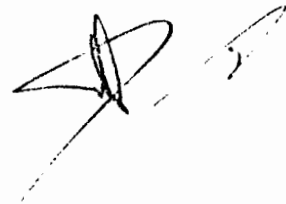
- 1) Médico
- 1) Cirurgião Dentista
- 1) Auxiliar de Enfermagem
- 1) Atendente Odontológico

b) Da Universidade

1 - exercer a gestão geral do CAIC, supervisionando as atividades dos seus subprogramas, diligenciando no sentido de que sejam observadas as propostas estabelecidas no Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA).

2 - nomear um Diretor Geral para exercer as atividades acima.

3 - promover ações que permitam a integração permanente entre os co-gestores dos subprogramas previstos no Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA).



CLÁUSULA TERCEIRA - Vigência

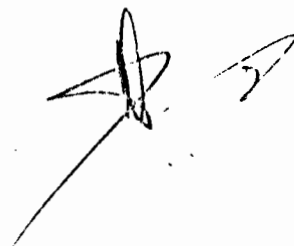
O prazo de vigência, as alterações, as prorrogações, as condições de rescisão, relativas a este Termo Aditivo são as mesmas previstas no Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - Publicação

O presente Termo Aditivo deverá ser publicado no D.O.U. no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura.

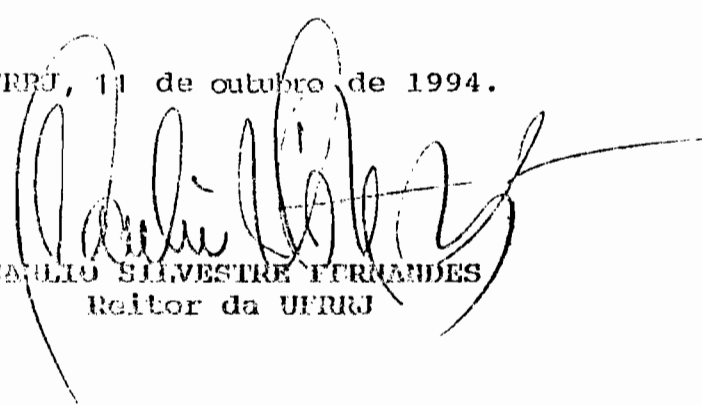
CLÁUSULA QUINTA - Foro

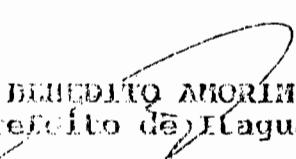
Fica eleito o Foro da Justiça Federal -
Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro
- para dirimir quaisquer questões
decorrentes da execução do presente
Convênio.



E por acharem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, depois de lido e achado conforme.

UFRRJ, 11 de outubro de 1994.


NIVALDO SILVESTRE FERNANDES
Reitor da UFRRJ


BENEDITO AMORIM
Prefeito de Itaguaí

Testemunhas:

NOME: 

CPF: 141.460.177-04

NOME: 

CPF: 474.897.907-00

TERMO DE CESSÃO PROVISÓRIA Nº 045/94

TERMO DE CESSÃO PROVISÓRIA DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO E A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, VISANDO A UTILIZAÇÃO DA UNIDADE DE SERVIÇOS DENOMINADA CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA PAULO D'ACORSO FILHO, LOCALIZADA NO BAIRRO SEROPÉDICA, NA CIDADE DE ITAGUAÍ, NA FORMA ABAIXO ESTABELECIDADA.

Aos VINTE E SEIS dias do mês de JULHO do ano de 1994, de um lado a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação e do Desporto - MEC, doravante denominado CEDENTE, representado pelo Ministro de Estado, MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL, brasileiro, solteiro, CIC nº 003.654.676-34, com a interveniência da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, doravante denominada SEPESPE, neste ato representado pelo Secretário, MARCO ANTÔNIO DIAS PONTES, brasileiro, divorciado, CIC nº 088.534.106-63, de outro, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, representado pelo Magnífico Reitor MANLIO SILVESTRE FERNANDES, brasileiro, CIC nº 002.180.573-34, doravante denominado CESSIONÁRIO atendendo, no que couber, ao que dispõe o parágrafo 1º do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946 e o Decreto-Lei nº 178 de 16 de fevereiro de 1967 e ainda a IN 02, de 19 de abril de 1993 e a Lei nº 8.666/93, e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições, têm entre si ajustado o presente instrumento:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto a cessão provisória de uso de parte das edificações do Centro de Atenção Integral à Criança Paulo D'Acorso Filho, situado na Rodovia BR-465, Km-7, no Bairro Seropédica, da Cidade de Itaguaí, definido como UNIDADE DE SERVIÇOS de propriedade do CEDENTE, com a finalidade de utilização provisória pelo CESSIONÁRIO para funcionamento exclusivo dos serviços relacionados com o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E DA SUPERVISÃO

Ficará a SEPESPE responsável pelo acompanhamento, supervisão, coordenação e fiscalização da execução deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESTITUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

O CESSIONÁRIO se compromete a restituir ao CEDENTE as edificações erigidas no imóvel em perfeito estado de conservação, a partir da data de extinção ou rescisão deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA UNIDADE DE SERVIÇO


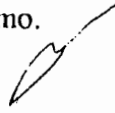
O CESSIONÁRIO obriga-se a manter a UNIDADE DE SERVIÇO nas condições em que a recebeu efetuando todas as despesas necessárias à sua perfeita conservação, correndo, às suas expensas, as taxas e impostos concernentes à ocupação e uso.

CLÁUSULA QUINTA: DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da UNIDADE DE SERVIÇO é de responsabilidade exclusiva do CESSIONÁRIO que prestará contas de sua administração ao CEDENTE sempre que lhe for solicitada.

CLÁUSULA SEXTA: DAS PROIBIÇÕES

É defeso ao CESSIONÁRIO fazer qualquer alteração na estrutura ou fachada arquitetônica, interna e externa da UNIDADE DE SERVIÇO, sem prévia e expressa autorização do CEDENTE, sob pena de rescisão deste termo.



CLÁUSULA SÉTIMA: DAS BENFEITORIAS

As benfeitorias realizadas com autorização do CEDENTE não serão indenizadas e passarão a integrar a UNIDADE DE SERVIÇO. As não autorizadas, se consideradas úteis ou necessárias, incorporarão o acervo patrimonial da UNIDADE DE SERVIÇO; se consideradas fora dos padrões adotados, serão retiradas às expensas do CESSIONÁRIO.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

Este Termo de Cessão vigorará a partir da data de sua assinatura pelo período de dois anos, tornando-se sem efeito por ocasião da celebração do TERMO DE CESSÃO DEFINITIVA em conformidade com a Cláusula Oitava do Acordo que implantará o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

Termino de Cessão expresso nas cláusulas anteriores será rescindido de pleno direito pelo descumprimento de suas cláusulas, condições e extinto por adimplemento da condição expressa na Cláusula Oitava, quando então cessarão os seus efeitos.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Ocorrendo a rescisão por superveniência de norma legal ou fato administrativo que torne este Termo materialmente inexecutável o CESSIONÁRIO deverá:

- I - restituir a unidade ao cedente nos termos da Cláusula Terceira;
- II comunicar em relatório circunstanciado, as metas alcançadas e os motivos que justificarem a rescisão;

CLÁUSULA DÉCIMA: DA PUBLICAÇÃO


Incumbirá ao CEDENTE a publicação deste Termo, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo de vinte dias, a contar da data de sua assinatura.


Handwritten signatures and initials, including a large signature and the initials 'CB'.

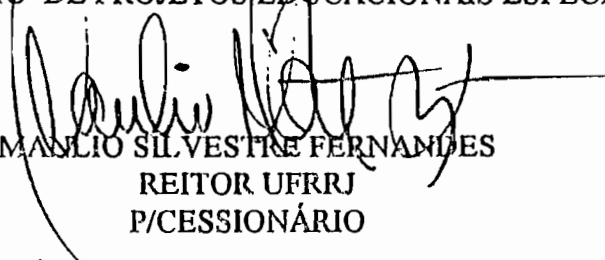
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FÓRUM

As questões, dúvidas e casos omissos, oriundos deste pacto, que não puderem ser resolvidas administrativamente, serão solucionadas perante o forum da Justiça Federal, seção judiciária de Brasília - DF, com exclusividade.

E, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo.


MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL
MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
P/CEDENTE


MARCO ANTÔNIO DIAS PONTES
SECRETÁRIO DE PROJETOS EDUCACIONAIS ESPECIAIS

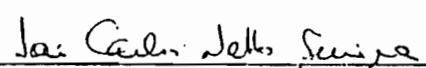

MANOEL SILVESTRE FERNANDES
REITOR UFRRJ
P/CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:


ABDALA RADI MAFTUM

NOME COMPLETO:

C.P.F.: 038.933.409-04


José Carlos Netto Ferreira

NOME COMPLETO: José CARLOS NETTO FERREIRA

C.P.F.: 149460177/04

TERMO SIMPLIFICADO DE CONVENIO Nº 2722/94 - Celebrado entre a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e a PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL/PA. Objetivo: Promover o atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Vigência: até 28/02/98. Recursos: Correrão à conta de FAE; Elemento de Despesa nº 344041, Programa de Trabalho nº 08075042724870002, Fonte de Recursos nº 193, Empenho nº 94NE05013 de 28/08/94, no valor de R\$ 8.758,81. Data de assinatura: 12/07/94. Assinaram: MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, IVERALDO LUCENA DA COSTA - Presidente da FAE e LUIZ CARLOS GUIMARAES - Prefeito.

TERMO SIMPLIFICADO DE CONVENIO Nº 2723/94 - Celebrado entre a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZEMA. Objetivo: Promover o atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Vigência: até 28/02/98. Recursos: Correrão à conta de FAE; Elemento de Despesa nº 344041, Programa de Trabalho nº 08075042724870002, Fonte de Recursos nº 193, Empenho nº 94NE07258 de 28/07/94, no valor de R\$ 83.648,00. Data de assinatura: 12/07/94. Assinaram: MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, IVERALDO LUCENA DA COSTA - Presidente da FAE e RUBENS PEREIRA E SILVA - Prefeito.

TERMO SIMPLIFICADO DE CONVENIO Nº 2724/94 - Celebrado entre a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR DO SUL/RS. Objetivo: Promover o atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Vigência: até 28/02/98. Recursos: Correrão à conta de FAE; Elemento de Despesa nº 344041, Programa de Trabalho nº 08075042724870002, Fonte de Recursos nº 193, Empenho nº 94NE05747 de 28/08/94, no valor de R\$ 2.895,22. Data de assinatura: 12/07/94. Assinaram: MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, IVERALDO LUCENA DA COSTA - Presidente da FAE e JOAO CANISIO HOFFMANN - Prefeito.

TERMO SIMPLIFICADO DE CONVENIO Nº 2725/94 - Celebrado entre a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEYELANDIA/PA. Objetivo: Promover o atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Vigência: até 28/02/98. Recursos: Correrão à conta de FAE; Elemento de Despesa nº 344041, Programa de Trabalho nº 08075042724870003, Fonte de Recursos nº 193, Empenho nº 94NE05916 de 24/07/94, no valor de R\$ 80.194.559,00. Data de assinatura: 12/07/94. Assinaram: MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, IVERALDO LUCENA DA COSTA - Presidente da FAE e SAOÍ FAZOLIO - Prefeito.

TERMO SIMPLIFICADO DE CONVENIO Nº 2726/94 - Celebrado entre a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIABA/MT. Objetivo: Promover o atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Vigência: até 28/02/98. Recursos: Correrão à conta de FAE; Elemento de Despesa nº 344041, Programa de Trabalho nº 08075042724870002, Fonte de Recursos nº 193, Empenho nº 94NE07335 de 27/07/94, no valor de R\$ 197.778,00. Data de assinatura: 12/07/94. Assinaram: MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, IVERALDO LUCENA DA COSTA - Presidente da FAE e DANIE MARTINS DE OLIVEIRA - Prefeito.

TERMO SIMPLIFICADO DE CONVENIO Nº 2727/94 - Celebrado entre a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JQUIE/BA. Objetivo: Promover o atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Vigência: até 28/02/98. Recursos: Correrão à conta de FAE; Elemento de Despesa nº 344041, Programa de Trabalho nº 08075042724870002, Fonte de Recursos nº 193, Empenho nº 94NE05248 de 13/08/94, no valor de R\$ 101.734,17. Data de assinatura: 12/07/94. Assinaram: MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, IVERALDO LUCENA DA COSTA - Presidente da FAE e JOSEPHINA COSTA AZEVEDO - Por Procuração.

O SIMPLIFICADO DE CONVENIO Nº 2728/94 - Celebrado entre a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP. Objetivo: Promover o atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Vigência: até 28/02/98. Recursos: Correrão à conta de FAE; Elemento de Despesa nº 344041, Programa de Trabalho nº 08075042724870003, Fonte de Recursos nº 193, Empenho nº 94NE05824 de 20/08/94, no valor de R\$ 975.071,83. Data de assinatura: 12/07/94. Assinaram: MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, IVERALDO LUCENA DA COSTA - Presidente da FAE e MARIA HELENA D. DE CASTRO - Por Procuração.

(Of. nº 147/94)

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTERAÇÕES

ESPÉCIE: Protocolo de Intenções nº 01/94, celebrado entre o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO-MEC, com a intervenção da SECRETARIA DE PROJETOS EDUCACIONAIS ESPECIAIS-SEPESE, o GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, e PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA e a FUNDAÇÃO CASA DA CRIANÇA DE OLINDA. OBJETO: Estabelecer bases para a implantação do PROGRAMA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE-PRONAICA, no Município de OLINDA-PE, com a recuperação de FUNDAÇÃO CASA DA CRIANÇA DE OLINDA, considerando a Adequação de Espaço Físico já existentes. VIÊNCIA: Duração de 1 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo. DATA DA ASSINATURA 25/07/94. ASSINAM: MURILIO DE AVELLAR HINGEL, Ministro de Estado da Educação e do Desporto; Joaquim Francisco de F. Cavalcanti, Governador do Estado de Pernambuco; Germano de Vasconcelos Coelho, Prefeito de Olinda; Marco Antônio Dias Fontes, Secretário de Projetos Educacionais Especiais e Giuseppe Rancero, Presidente da Fundação Casa da Criança de Olinda.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Mútua Cooperação nº 08/93 celebrado entre a UNIÃO FEDERAL, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SECRETARIA DE PROJETOS EDUCACIONAIS ESPECIAIS e o GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. OBJETO: Estabelecer as condições necessárias à concretização de mútua cooperação entre o MEC, por intermédio da SEPESE, e o GDF, com vista a fixar as responsabilidades e competências necessárias à implantação e operacionalização do PRONAICA. VIÊNCIA: Fica alterada a vigência para 2 (dois) anos, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. DATA DA ASSINATURA: 11/07/94 ASSINAM:

Ministro Marcelo de Avellar Hingel, Secretário de Projetos Educacionais Especiais-Marco Antônio Dias Fontes e Guilherme Cavalcanti de Mello-Governador do Estado do Piauí.

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Mútua Cooperação nº 12/93 celebrado entre a UNIÃO FEDERAL, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SECRETARIA DE PROJETOS EDUCACIONAIS ESPECIAIS e o GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. OBJETO: Estabelecer as condições necessárias à concretização de mútua cooperação entre o MEC, por intermédio da SEPESE, e o GDF, com vista a fixar as responsabilidades e competências necessárias à implantação e operacionalização do PRONAICA. VIÊNCIA: Fica alterada a vigência para 2 (dois) anos, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. DATA DA ASSINATURA: 28/06/94. ASSINAM: pelo Ministério da Educação e do Desporto, Múrio de Avellar Hingel, pela Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, Marco Antônio Dias Fontes e pelo Distrito Federal o Governador Joaquim Domingos Noris.

EXTRATOS DE TERMOS DE CESSÃO PROVISÓRIA DE USO

ESPÉCIE: Termo de Cessão Provisória de Uso nº 045/94 que entre si celebraram a União Federal representada pelo Ministério da Educação e do Desporto, com a intervenção da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. OBJETO: Utilização provisória das edificações do CAIC, situado na Rodovia BR-449, Km-1, no Bairro Acopédica, na Cidade de Itaguaí-RJ para funcionamento exclusivo dos serviços relacionados com o PRONAICA. VIÊNCIA: de 28/07/94 a 28/07/96. ASSINAM: Múrio de Avellar Hingel, CPF nº 001838676-34, pelo Ministério da Educação e do Desporto, Marco Antônio Dias Fontes, CPF nº 088534104-63 pela Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e Heulio Silvestre Fernandes, brasileiro, CPF nº 002180573-34, Rector da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OK

ESPÉCIE: Termo de Cessão Provisória de Uso nº 210/94 que entre si celebraram a União Federal representada pelo Ministério da Educação e do Desporto, com a intervenção da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e o Governo do Estado do Espírito Santo. OBJETO: Utilização provisória das edificações do CAIC, situado na Rua Silvano Ferreira Santos, no Bairro Porto Novo, no município de CARIACICA/ES, para funcionamento exclusivo dos serviços relacionados com o PRONAICA. VIÊNCIA: de 28/07/94 a 28/07/96. ASSINAM: Múrio de Avellar Hingel, CPF nº 001838676-34, pelo Ministério da Educação e do Desporto, Marco Antônio Dias Fontes, CPF nº 088534104-63 pela Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e Albuino Cunha de Azevedo CPF nº: 035899607-44, pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

ESPÉCIE: Termo de Cessão Provisória de Uso nº 209/94 que entre si celebraram a União Federal representada pelo Ministério da Educação e do Desporto, com a intervenção da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e o Governo do Estado do Espírito Santo. OBJETO: Utilização provisória das edificações do CAIC, situado na Av. M. Bairro Terra Vermelha, no município de VILA VELHA/ES, para funcionamento exclusivo dos serviços relacionados com o PRONAICA. VIÊNCIA: de 28/07/94 a 28/07/96. ASSINAM: Múrio de Avellar Hingel, CPF nº 001838676-34, pelo Ministério da Educação e do Desporto, Marco Antônio Dias Fontes, CPF nº 088534104-63 pela Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e Albuino Cunha de Azevedo CPF nº 035899607-44, pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

(Of. nº 1.847/94)

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Secretaria Executiva

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Especial Termo Aditivo nº 1197/94 ao Convênio nº 4374/93 Convênente FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO - MA. Inscrição no CAD/MEFP sob o nº 96354474/4801-07. Objetivo: Prorrogar o prazo de vigência do convênio nº 4374/93, relacionado ao Projeto nº 23128.000604/93-13, no valor de R\$ 397.854.380,00, por 60 dias a partir de 30/04/94. Data e Assinaturas: 02/08/94 - CARLOS HENRIQUE LEAL PORTO - Secretário Executivo do FNDE e ANGELICA FIGUEIRE SORRINHA - Secretária.

RETIFICAÇÃO

No extrato de Termo Aditivo nº 983/94 ao Convênio nº 3544/93 da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA - ES, publicado no ODU de dia 25/43/94, Seção III, Pág. 3414; ONDE SE LÊ Vigência: 090 dias a partir de 27/04/94; LEIA-SE Vigência: 180 dias a partir de 27/04/94.

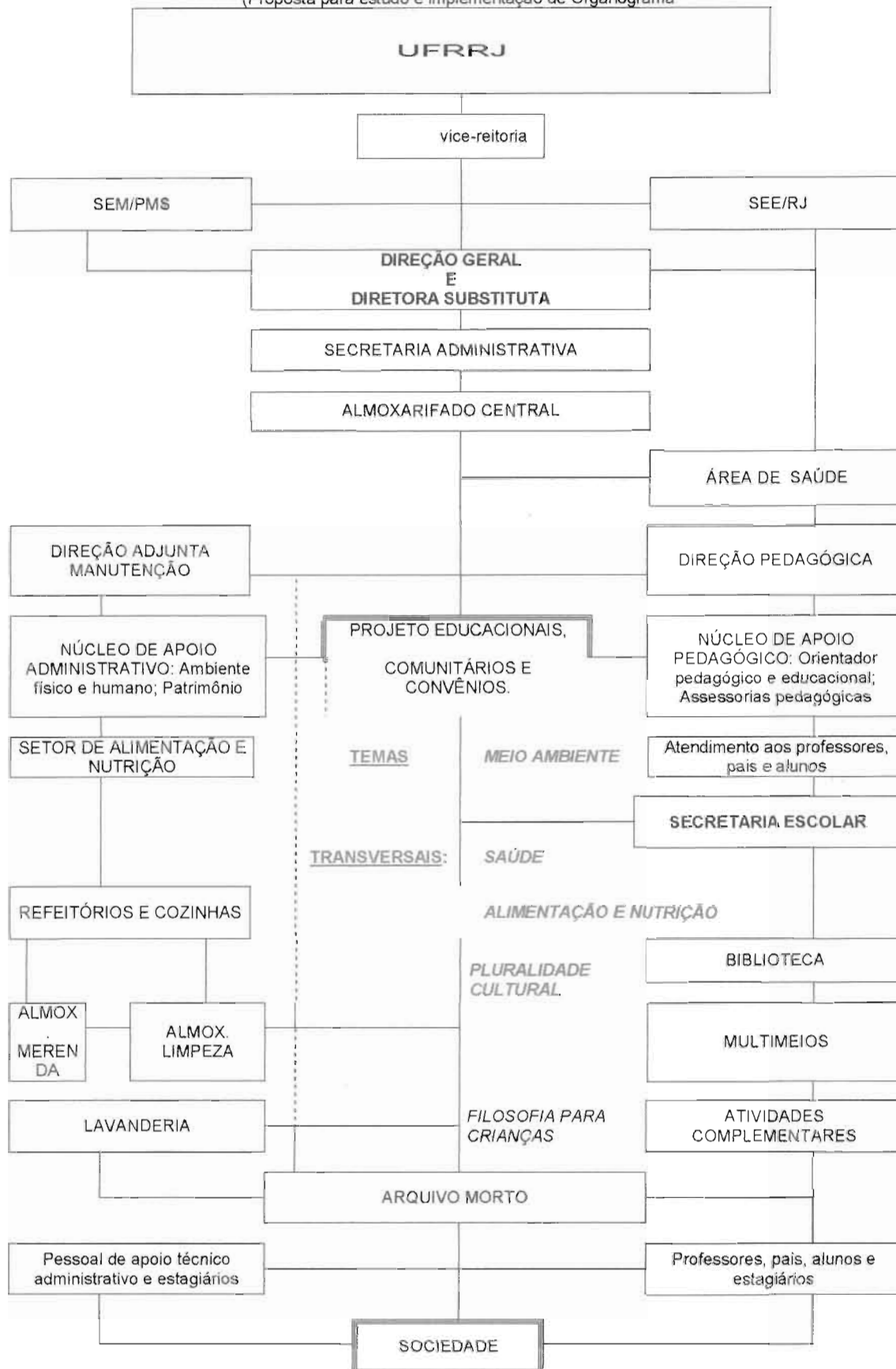
(Of. nº 02)

Secretaria de Administração Geral
Coordenação-Geral de Recursos Humanos

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 13000.003114/94-93
OBJETO: Prestação de Serviços de Docência no EVENTO: WORKSHOP SEMINARIZADO PARA A QUALIDADE
LICITAÇÃO: Dispensa - Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
 CAIC PAULO DACORSO FILHO PAULO DACORSO FILHO
 (Proposta para estudo e implementação de Organograma)



CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
CAIC - PAULO DACORSO FILHO - CONVENIO: UFRRJ - SEE.RJ - PMI

ESTUDANTE:
ESCOLARIDADE:

ANO: 1997	FREQUENCIA	1º B	2º B	3º B	4º B	TOTAL	PRESENCIA DO RESPONSÁVEL A REUNIAO: SIM OU NAO
SERIE: JARDIM I	AUSENCIA	2	1	1	0	4	1º BIMESTRE: ()
A : ()	PRESENCIA	38	57	41	0	136	2º BIMESTRE: ()
B : (X)	ATRASOS	0	0	0	0	0	3º BIMESTRE: ()
UNICA: ()							4º BIMESTRE: ()

ASPECTOS	CONCEITOS				OBSERVAÇÕES
	1º B	2º B	3º B	4º B	
1)SOCIAL.....	EAP	A	A	A	PRIMEIRO BIMESTRE
2)EFETIVO.....	EAP	A	A	A	
3)PSICOMOTOR.....	EAP	A	A	A	
4)COGNITIVOS					SEGUNDO BIMESTRE
4.1)LINGUAGEM.....	EAP	A	A	A	
4.2)GRAFISMO.....	EAP	A	A	A	
4.3)ATRIBUTOS.....	EAP	A	A	A	
4.4)CLASSIFICACAO.....	EAP	A	A	A	
4.5)SERIACAO.....	EAP	A	A	A	
5)HABITOS E ATRIBUTOS					TERCEIRO BIMESTRE
5.1)RESPEITA O DIREITO DOS OUTROS...	EAP	A	A	A	
5.2)OBSERVA REGRAS E REGULAMENTOS...	EAP	A	A	A	
5.3)OUVE E SEGUE INSTRUÇÕES.....	EAP	A	A	A	
5.4)COMPLETA OS TRABALHOS EM TEMPO..	EAP	A	A	A	
6)OFICINAS					QUARTO BIMESTRE
6.1)PSICOMOTRICIDADE.....					
6.2)FILOSOFIA.....					
6.3)PREPARACAO PARA A VIDA.....					
6.4)HORTA E JARDINAGEM.....					
6.5)EDUCACAO FISICA.....					

OBSERVAÇÃO: ESTE BOLETIM NAO DEVE SER COMPARADO COM DE OUTRO COLEGA

DESTAQUE AQUI E DEVOLVA O CANHOTO

Senhores Pais ou Responsaveis:

SIMBOLOS

- Voce recebera este Boletim a cada Bimestre.
- E importante que voce saiba como esta seu(sua) filho(a).
- Retorne para a escola a parte destacavel.
- Na duvida consulte a Diretora Pedagogica ou a Professora

A - ATINGIU

EAP - ESTA ATINGINDO PROGRESSIVAMENTE

EAL - ESTA ATINGINDO LENTAMENTE

Professora da Turma: _____

Professores das Oficinas: PSICOMOTRICIDADE: _____

FILOSOFIA: _____

PREPARACAO P/VIDA: _____

HORTA E JARDINAGEM: _____

Esclarecimentos sobre os Aspectos Observados:

- 1) SOCIAL.....: sua conveniencia com o grupo, acontece de maneira salutar, cooperando, cuidando dos objetos, atentando as atividades, avalia as proprias acoes, etc.
- 2) AFETIVO.....: busca superar as dificuldades, e alegre, seguro, amavel, comunicativo, etc.
- 3) PSICOMOTOR.....: utiliza os materiais escolares com facilidade, chuta a bola ou arrenesa com as maos, domina bem o corpo, leva alimento a boca sem derramar, sobe e desce escadas alternando os pes, encaixa objetos, etc
- 4) COGNITIVO.....: 4.1) LINGUAGEM: compreende mensagens, reproduz historias, relata fatos e ideias, usa lapis, tinta e pincel
4.2) GRAFISMO: rabisca com intensao de representar a realidade, desenha formas reconheciveis com organizacao
4.3) ATRIBUTOS: distingue cores, identifica figuras geometricas, expessura, textura altura, comprimento, sons, temperatura, peso, sabores, odores.
4.4) CLASSIFICACAO: classifica objetos considerando seus atributos
4.5) SERIACAO: dispoe objetos em sequencia

Diretor(a) Geral: _____

Diretor(a) Pedagogica: *Roberta Silveira Nascimento Mello*

Diretor Pedagógico
Matr. 233692-3

Secretario(a) Escolar: _____

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
CAIC - PAULO DACORSO FILHO - CONVENIO: UFRRJ - SEE.RJ - PMI

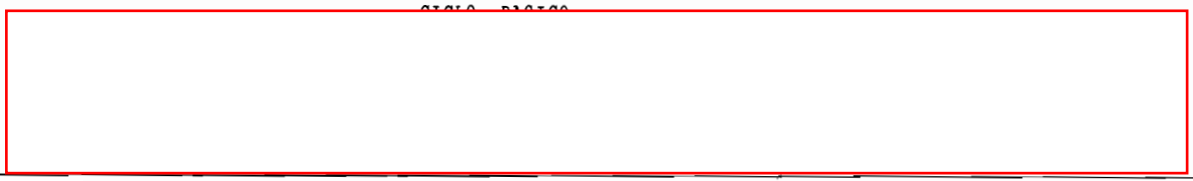


ANO: 1996 SERIE: 2ª A : (X) B : () UNICA: ()	FREQUENCIA	1° B	2° B	3° B	4° B	TOTAL	HABITOS E ATITUDES	1° B	2° B	3° B	4° B
	AUSENCIA	01	02	04	02	09	RESPEITA DIREITO DOS OUTROS	S	S	S	S
	PRESENCIA	41	44	35	41	161	OBSERVA REGRAS E REGULAMENTOS	S	S	S	S
	ATRASO	-	-	+	-	-	ASSUME RESPONSABILIDADE	S	S	S	S
							OUBE E SEGUE INSTRUCOES	S	S	S	S
							COMPLETA TRABALHO EM TEMPO	S	S	S	S

AREAS DE ESTUDO	CONCEITOS					OBSERVACOES
	1° B	2° B	3° B	4° B	C.FINAL	
1) LINGUA PORTUGUESA	EAP	EAP	EAP	EAP		
2) MATEMATICA	EAP	EAP	EAP	EAP		
3) CIENCIAS FISICAS E BIOLOGICAS	EAP	EAP	EAP	EAP		
4) ESTUDOS SOCIAIS	EAP	EAP	EAP	EAP		
5) OFICINAS	CONCEITOS					
5.1) ALFABETIZACAO						
5.2) LEITURA						
5.3) ARTES						
5.4) ESTUDO DIRIGIDO						
5.5) EDUCACAO FISICA						
5.6) HORTA ESCOLAR						
5.7) JARDINAGEM						

OBSERVACAO: ESTE BOLETIM NAO DEVE SER COMPARADO COM DE OUTRO ESTUDANTE
 COMPARECIMENTO DO RESPONSAVEL A REUNIAO: (S) OU (N) - 1° B (N) 2° (N) 3° (S) 4° (S)

DESTAQUE AQUI E DEVOLVA O CANHOTO





CONVÊNIO - FBN Nº 035/95

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E A
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO
DE JANEIRO, NA FORMA ABAIXO:

A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, sediada na Avenida Rio Branco, 219/239, Centro, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CGC/MF sob o nº 40.176.679/0001-99, a seguir denominada FBN, neste ato representada por seu Presidente, Professor AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA, portador da Cédula de Identidade nº 2.437.821 - IEP, CPF nº 128.108.947-87, do um lado, e de outro lado, a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, a seguir denominada UFRRJ, estabelecida no Km 47, Antiga Rodovia Rio-São Paulo, Seropédica, RJ, inscrita no CGC/MF sob o nº 29.427.465/0001-05, neste ato representada por seu Reitor, Professor MÂNLIO SILVESTRE FERNANDES, portador da Cédula de Identidade nº 3664499 - IEP, CPF nº 002.180.573-34, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, que será regido pela legislação aplicável à matéria e, especialmente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, atualizada pela Lei nº 8.883/94, bem assim pelas cláusulas e condições que se seguem, tudo em conformidade ao que consta do Procedimento Administrativo nº 01430.000717/95-34, sendo certo que as partes preenchem os requisitos legais à celebração deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento visa estabelecer cooperação técnica para o desenvolvimento de ações conjuntas, na implementação de planos e programas voltados para a promoção do estímulo à leitura e à biblioteca, em favor da educação para todos.

Av. Rio Branco, 219/239 - 20040-008 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil - Tel. (021) 96240355 Telex: 2112941 FBN BR - Fax: (021) 96240355

Processo 103196-1F



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

SÃO OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I - DA FBN

a) prestar apoio técnico à UFRRJ, na montagem de laboratório de preservação de acervos e de cursos nas suas áreas de competência;

b) oferecer acesso a informação, documentação e publicações integrantes do seu acervo, para atender aos projetos de pesquisa da UFRRJ, ;'

c) propor o intercâmbio de especialistas na área de interesse comum;

d) assessorar a montagem das ações do PROLER, como Programa de Incentivo à Leitura, junto à UFRRJ e à Comunidade adjacente;

e) definir, em parceria com a UFRRJ, as ações voltadas para a melhoria dos recursos humanos que atuem em bibliotecas e nas redes escolares, para qualificação das ações sócio-educativo-culturais.

II - DA UFRRJ:

a) favorecer e estimular a participação dos corpos docentes, discente e funcional nas atividades deste instrumento;

b) desenvolver, sistematicamente, programas de utilização da FBN, como laboratório curricular para seus diversos cursos;

c) estimular a utilização da FBN como fonte de informação dos projetos de pesquisa do corpo docente;



d) promover ações e campanhas periódicas, no âmbito da Universidade, que visem o respeito ao Direito Autoral.

e) prestar apoio à Biblioteca Pública local, no treinamento de pessoal, doação de publicações e outras atividades pertinentes, dentro de suas possibilidades institucionais e respeitado seu planejamento organizacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES

As partes, colocam à disposição deste instrumento, técnicos do seu quadro de pessoal habilitados a participar de iniciativas pilotos em todas as atividades nele previstas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento vigorará da data de sua assinatura, durante 04 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, desde que previamente solicitado e devidamente justificado, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto no Parágrafo Único do art.61, da Lei nº 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido caso ocorra situação ou motivo superveniente que impeça o cumprimento de seus objetivos, ou por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, ou ainda por desinteresse de quaisquer uma das partes, desde que haja comunicação por escrito de uma parte à outra no prazo mínimo de 30(trinta) dias.



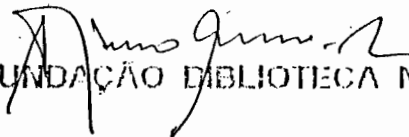
CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir as questões surgidas na execução do presente Convênio.

E por estarem justas e acordes, as partes firmam o presente instrumento em 04(quatro) vias, de igual teor, forma e validade, na presença das testemunhas infra-assinadas.



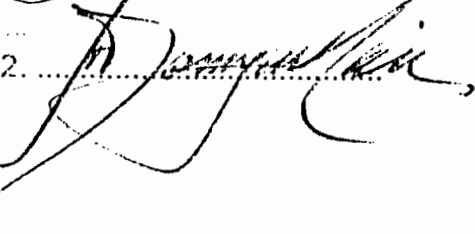
Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1996.


FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Dr. Carlos Netto Faixa
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor em exercício

TESTEMUNHAS:

1. 

2. 

CONVÊNIO Nº 227

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM
COMERCIAL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
SENAC-ARRJ E A UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.

Aos dias 02/ do mês de maio de 1996, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro (SENAC/ARRJ) representado pelo Presidente do seu Conselho Regional, Dr. VICTOR D'ARAUJO MARTINS, e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, representada pelo seu Reitor Professor MANLIO SILVESTRE FERNANDES, localizada a Rodovia BR.465 - KM.07 - Seropédica, Rio de Janeiro, assinam o presente Convênio com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Este convênio tem por finalidade a conjugação de esforços entre os Convenientes no sentido de desenvolver o Ensino Profissionalizante na Área do Setor Terciário da Economia.

CLÁUSULA SEGUNDA - O SENAC/ARRJ concederá gratuidade no valor das taxas de inscrição, quando ocorrerem vagas ociosas nos seus cursos, à exceção dos desenvolvidos na Área de Informática, aos candidatos encaminhados pelo CAIC - "Paulo Dacorso Filho" - UFRRJ, ao Centro Padrão nº 18 (Itaguaí)

CLÁUSULA TERCEIRA - Os candidatos deverão atender os requisitos exigidos, segundo a Normativa da Divisão de Formação Profissional do SENAC/ARRJ, e submeterem-se à prova de seleção quando o curso exigir habilitação específica.

CLÁUSULA QUARTA - Os alunos matriculados nos cursos ficarão sujeitos ao Regimento Interno do SENAC/ARRJ, no que se refere à frequência, disciplina e recebimento de certificados.

CLÁUSULA QUINTA - Caberá ao CAIC - "Paulo Dacorso Filho" fazer a divulgação dos cursos e encaminhar a clientela ao SENAC/ARRJ através de documento hábil.

CLÁUSULA SEXTA - O prazo de vigência do presente Convênio é de dois anos, a contar da data de sua assinatura. A renovação e a alteração de qualquer das cláusulas deverão ser objeto de novo Convênio.

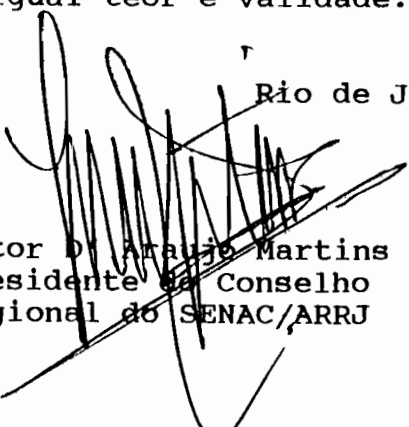
PROCESSO Nº 23083-000006/96-52

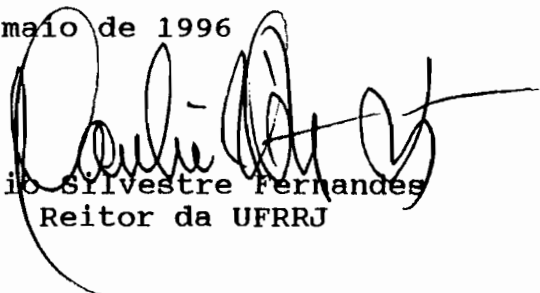
CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Convênio poderá ser rescindido independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de infração de qualquer uma das cláusulas, ou por conveniência das partes, sendo que nessa última hipótese, serão respeitados os cursos em andamento até o seu término, bem como as matrículas já efetuadas para os cursos ainda não iniciados.

CLÁUSULA OITAVA - As partes elegem o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro para todas as questões emergentes do presente Convênio, com a renúncia expressa de quaisquer outros, por mais privilegiado que sejam.

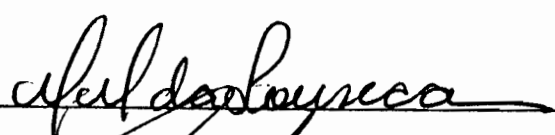
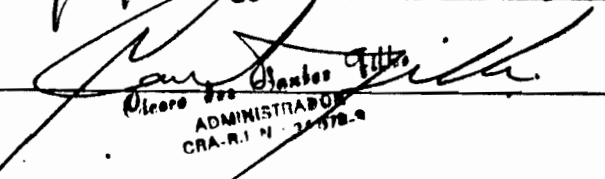
E, por estarem justos e acordados, foi lavrado o presente Convênio que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e validade.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1996


Victor D. Araújo Martins
Presidente do Conselho
Regional do SENAC/ARRJ


Manlio Silvestre Fernandes
Reitor da UFRRJ

Testemunhas:



Olcoro dos Santos Gomes
ADMINISTRADOR
CRA-RJ N.º 31.978-9

PROCESSO Nº 23083-000006/96-52

REITORIA
06/09/1995

CA-SEC. 78/95

SENAI

Rio de Janeiro

Anexo XVII

02

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1995

Ilmo. Sr.
Prof. José Carlos Netto Ferreira
Vice Reitor da UFRRJ

Conforme solicitação de V.S^a, foi realizada em 25/05/95 a visita às instalações dessa Universidade, pelos técnicos Carlos Bernado e José Francisco, deste Centro, que foram recebidos pela Diretora Prof^a. Marília Massard da Fonseca, Eng. Ivo Mariano, Sr^a Glória e Sr. Cícero.

A visita incluiu o CAIC "Paulo Dacorso Filho", sob gestão dessa Universidade, onde nos foi apresentado o Pronaica, bem como os ambientes destinados às instalações das Oficinas de Refrigeração, Marcenaria, Hidráulica e Eletricidade, previstas de serem administradas neste programa pelo SENAI. Em seguida o Eng. Ivo Mariano apresentou as instalações disponíveis e previstas de utilização em programas de formação profissional - Laboratório de Hidráulica, Mecânica, salas de aulas e um galpão coberto em desuso, localizados no Instituto de Tecnologia.

Na intenção de darmos continuidade aos entendimentos, observamos:

1 - Pronaica

Por se tratar de uma ação não contemplada no projeto "Canteiro-Escola", transcendendo o universo de atuação do CFP de Construção Civil Lycerio Schreiner, estamos acionando a Coordenadoria de Relacionamento com a Comunidade - Departamento Regional do SENAI, de forma a oferecer o atendimento adequado ao Programa;

2 - Canteiro-Escola

Conforme informado ao Eng. Ivo Mariano, o projeto "Canteiro-Escola" prevê a realização dos cursos típicos do setor da construção civil - Pedreiro, Estucador, Ladrilheiro, Pintor de Obras, Carpinteiro de Formas, Carpinteiro de Esquadrias, Eletricista Instalador Predial e Encanador Predial.



SENAI
Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

Rua Mariz e Barros 678
Pça da Bandeira
CEP 20270-002 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 284 1322
Fax (021) 264 2664

FIRJAN
Federação
das Indústrias
do Estado
do Rio de Janeiro

CIRJ
Centro
Industrial
do Rio de Janeiro

SESI
Serviço Social
da Indústria

IEL
Instituto
Euvaldo Lodi

Sua operacionalização dar-se-ia com apoio da Universidade, no que se refere ao material de consumo, ferramentas, equipamentos, docentes, bem como a administração destes dentro do campus universitário.

Caberia ao SENAI-CFP de Construção Civil, a elaboração do lay-out básico do Canteiro-Escola, fornecimento do material didático, preparação pedagógica do docente (monitor de treinamento), bem como o registro e certificação dos alunos.

Para que possamos desenvolver, com representante dessa Universidade, o projeto do "Canteiro-Escola SENAI/UFRRJ", faz-se necessário:

- a) definir os cursos que deverão ser operacionalizados, estabelecendo uma expectativa de atendimento (quantitativa/qualitativa);
- b) garantir o fornecimento dos itens de responsabilidade da Universidade (material de consumo, ferramentas, equipamentos, instrutor e administração física).

Certos de estarmos avançando na concretização desta parceria,

Atenciosamente



Márcio Guêdes da Costa
Diretor do CFP de Construção Civil

19.06.96.

JORNAL DO CAIC**O CAIC "Paulo Dacorso Filho"**

O CAIC "Paulo Dacorso Filho", situado no "campus" da UFRRJ, iniciou suas atividades em 16 de maio de 1994. Sua gestão é compartilhada entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Educação e Prefeitura Municipal de Itaguaí. A UFRRJ, como gestora principal, vem atuando com grande empenho para oferecer às famílias desta região geoducacional acesso a um ambiente de construção do conhecimento. Considerando estarmos em uma virada de século, novos paradigmas estão surgindo, o processo de avanço tecnológico é evidente, onde o conhecimento realmente terá uma determinação na vida pessoal e profissional das pessoas. A Universidade sente-se comprometida, não só por estar situada em uma área onde as famílias caracterizam-se por uma condição sócio-econômica de baixo poder aquisitivo, como também, pelo seu compromisso com o ensino fundamental. Dos oito SUBPROGRAMAS que compõem o PRONAICA, adotou-se como eixo central os SUBPROGRAMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (3 a 5 anos), e ESCOLAR (6 a 14 anos), destes irradiam-se as ações para os demais. **Sucessos alcançados:** baixo índice de evasão, índice elevado de aproveitamento escolar; capacitação dos professores e demais profissionais que atuam no Centro; crescimento do interesse pela leitura por parte dos profissionais e das crianças, em relação a 1994; menor índice de verminose entre as escolas públicas da região; controle da saúde bucal das crianças com resultados positivos; maior integração da Universidade com as demais escolas públicas da região; participação ativa dos pais, mães e familiares do Projeto do CAIC; excelente conservação do espaço físico e do patrimônio e melhoria da qualidade alimentar. Temos atualmente oito programas de interesse comunitário em andamento junto às crianças, profissionais do CAIC e famílias. **Metas para o ano de 1996:** Alfabetizar 100% das crianças, na faixa etária de 6 a 14 anos; reduzir, ainda mais, o índice de evasão; interagir com entidades como: Pastoral da Criança, Associações de Moradores, Juizado de Pequenas Causas; Implementar o Subprograma de Educação para o Trabalho com o apoio do SENAC, SINE e SENAI; elaborar a proposta de Anteprojeto de Regimento; criar o Conselho Representativo Comunitário; Implantar o Projeto de "Utilização da Multimídia Interativa como Proposta de Ambiente Gerador de Aprendizagem". Atribui-se o sucesso alcançado nestes dois anos de trabalho, à participação ativa da Universidade e dos Profissionais que atuam no CAIC, que conduzem este projeto educacional com total comprometimento, pois acreditam no ensino público, gratuito e de qualidade.

(Diretora Geral, Marília Massard da Fonseca)

Evasão: 1994 3,8% e 1995 1,2%



27.03.96 DIA DO TEATRO. Foi comemorado de forma especial pela comunidade do CAIC, com a peça "Chapeuzinho Vermelho Vai ao Mercado" Adaptação dessa estória, apresentada pelas professoras. Mostrou que podemos encontrar muitos "lobos maus" em nossa sociedade e as personagens dramatizaram as diversas situações de maneira divertida.

19.04.96 DIA DO ÍNDIO Tivemos a presença da irmã Maria Cecília, que nos sensibilizou, contando sua experiência e preocupação com os índios. Apesar de sua mentalidade harmônica com o meio ambiente, eles estão sendo altamente agredidos dentro do seu espaço e cultura, que são tão ricos quanto à sua alma pura.

07.05.96 PRÓ LIXO Campanha de 1996. Coleta de latas de Alumínio para Reciclagem.

09.05.96 DIA DAS MÃES Comemorado com apresentação de músicas, jograis, dramatizações e homenagens. Um momento de grande emoção!

09.05.96 UNIVERSIDADE NA PRAÇA Integrando-se ao movimento dos Docentes da UFRRJ, o CAIC participou do evento Universidade na Praça (Largo de São Francisco), uma mostra dos trabalhos e projetos desenvolvidos no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

Isto a Imprensa não divulga !!!

25.05.96 BATE PAPO SAUDÁVEL. Encontros quinzenais da Equipe de Alimentação do CAIC com as famílias.

PLANEJAMENTO SEMANAL. Todas às quartas-feiras de 13:30 às 17:00, a equipe de profissionais do CAIC se reúne, para planejar as atividades pedagógicas e discutir textos de interesse social.

O JORNAL DO CAIC

O presente Jornal tem por objetivo divulgar os eventos e acontecimentos do Centro, demonstrando que é possível, através de um trabalho integrado, construir e manter uma escola de qualidade. Lendo este jornal você ficará informado!

O DIA-A-DIA DAS CRIANÇAS

Práticas Educativas com a professora envolvendo os conhecimentos de Matemática, Língua Portuguesa, Estudos Sociais e Ciências. Integrado a este trabalho, as crianças participam de várias oficinas:

PSICOMOTRICIDADE;
ARTES; LEITURA;
ESTUDO DIRIGIDO;
PREPARAÇÃO PARA A VIDA;
RECICLAGEM DE PAPEL;
FILOSOFIA; CIÊNCIAS;
EDUCAÇÃO FÍSICA;
ALFABETIZAÇÃO;
MOVIMENTO CONSCIENTE.

FIQUE ATENTO!

Vem aí o concurso para escolha do nome do jornal; Inscrições para jornaleiro; Inscrições para as oficinas do Movimento Consciente; Capoeira e o Projeto Comunidade em Atividade, Aproveitem! Para maiores informações procure sua professora.

Destaque do Bimestre

"Participação dos pais no Projeto do CAIC", parabéns!

Fique de olho! No próximo bimestre você poderá ser o destaque.

Alo Turma! ✌

Esta coluna é para você que gosta de escrever. Chame sua turma, crie uma mensagem bem legal e escreva para o jornal que no próximo número ela estará aqui.

"Agradecemos aos organizadores pela brilhante idéia de criar O Jornal do CAIC; Parabéns!" (2ª série A)

"Desejamos à todas as crianças uma vida melhor. Que elas possam se informar e ter uma boa educação." (1ª série A)

"Deus é nosso Pai e sempre vai nos proteger" (1ª série B)

"Que Felicidade! Finalmente surgiu o Jornalzinho do CAIC" (Jardim I B)

"Profª Denise, gostamos muito de você, te amamos." (C.A. B)

"Gostaríamos de parabenizar a todos pela bonita homenagem ao Dia das Mães." (Maternal A)

OPINIÃO

Este espaço destina-se a opiniões sobre processo pedagógico, onde você colocará suas experiências e expectativas.

"O processo educativo deve vislumbrar a formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados no construir e viver socialmente, utilizando o conhecimento com o intuito de propiciar e reivindicar melhor qualidade de educação e de vida, onde cada envolvido seja co-autor, ator e gestor desta vivência construída."

Prof. Denise da Conceição.

O Valor do sorriso



O sorriso é a apresentação da pessoa, é a primeira observação feita ao conversar, realçando a beleza física e a estética. Além disso seus dentes são importantes durante a mastigação, portanto, conserve-os sempre limpos e saudáveis. Como? Escove-os bem; use fio dental; faça bochechos com solução fluoretada; vá ao dentista de seis em seis meses. Assim, previni-se cárie e doenças gengivais.

Drª Patrícia G.F Nogueira - CAIC / CRO RJ 119292-2.

BRASIL OLÍMPICO

Atenção galera! Vem aí a maior festa do esporte mundial. Neste ano, de 19 de julho a 04 de agosto mais de 197 países estarão representados em 31 modalidades esportivas. Em 76 anos de participação, conquistamos um total de 39 medalhas, entre ouro, prata e bronze. Nosso tema gerador no mês de junho.



Expediente: "O Jornal do CAIC", é uma publicação bimestral do CAIC "Paulo Dacorso Filho".

Equipe responsável: Claudia Lucia dos Santos (Professora), Denise da Conceição (Professora), José Alexandre de Carvalho (Digitador).

Endereço para correspondência:

CAIC "Paulo Dacorso Filho".

Ant. Estr. Rio-São Paulo,

Km 47, Seropédica.

CEP: 23.851-970

Tel.: (021) 682 1210 / 1220

Ramal: 547 / 420

EXAME PARA TRABALHAR NO CAIC - PROVA PRÁTICA - 1993



**EXPOSIÇÃO
DE
TRABALHOS
DA ÁREA DE
ALIMENTAÇÃO**

HORTA ESCOLAR
1996

Atenção
Hoje estaremos servindo
o 1º legume da nossa Planta...
rabanete 🌱
Vamos experimentar 🌱
Parabéns, Emerson!





*Desfile escolar - 1994
4 de julho - Festa de Itaguaí*



Curtindo a escola

Natal

Carnaval

Aniversário



Cultivando a terra

Dia da árvore

Refeitório





INAUGURAÇÃO da área de saúde. Ministro da Educação, Magnífico Reitor e Diretora geral do CAIC

PROFESSORAS DO CAIC
Ednalda, Rita e Eloanda



Ginásio de esportes do CAIC. Ministro da Educação, Magnífico Reitor e Diretora geral do CAIC

SECRETÁRIO do Governo de Itaguaí, Magnífico Reitor e Diretora geral do CAIC



Confraternização de Natal



CONTANDO HISTÓRIAS!



INCENTIVO À LEITURA!



HASTEAMENTO DA BANDEIRA



AO AR LIVRE



FORMAÇÃO de MERENDEIRAS ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA



ENSINANDO CAPOEIRA



AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA



PRIMEIRA FORMATURA



*PRIMEIRO
DESFILE
NA UFRRJ*



*ACEITABILIDADE
DOS
ALIMENTOS*



*DIA DA CRIANÇA
e SEMANA
DA SAÚDE*



Encontro de profissionais do CAIC com a 3ª idade



AVÓS



Estagiárias de E. Doméstica; Reunião de pais e palestra LATASA 1995



*ESTUDANDO,
DESCANSANDO
E
DIVERTINDO
NA ESCOLA*





*REUNIÃO
PEDAGÓGICA
CRIANÇAS
EM AULA*



*SEMANA
DA
PÁTRIA*



*SEMANA
DA
SAÚDE*



UFRRJ - CAIC



N
A
T
A
L



A
Ç
Ã
O
D
E
G
R
A
Ç
A
S



O P
A
P
E
L
D
O
P
R
O
F
E
S
S
O
R
N
A
F
O
R
M
A
Ç
Ã
O
D
A
E
S
C
O
L
A
C
I
D
A
D
Ã



M
u
n
i
c
i
p
i
o
d
e
I
t
a
g
u
a
í
-
1
9
9
5



P
R
Ó
-
L
I
X
O



P
r
o
g
r
a
m
a
e
d
u
c
a
c
i
o
n
a
l
d
e
c
o
l
e
t
a
e
a
p
r
o
v
e
i
t
a
m
e
n
t
o
d
o
l
i
x
o







SEMANA DO LIVRO



TEATRO NA ESCOLA
TEATRO NO NATAL



UMA SALA DE AULAS CHEIA DE NOVIDADES





BATE PAPO SAUDÁVEL COM PAIS. FORMAÇÃO PARA AS MERENDEIRAS



VISTA PARCIAL DO CAIC COMEMORAÇÃO DO DIA DO INDIO



COMIDA, DIVERSÃO E ARTE. TEATRO





*Reciclagem;
resto zero;
Dia da Pátria;
ambiente e
hasteamento
da Bandeira*



Monteiro Lobato nasceu em 1898, em Taubaté, estado de São Paulo, até que morresse, em 1948, preocupou muito com os problemas do Brasil. Ele lutava para que as pessoas tivessem saúde, educação e uma vida mais digna.

Biblioteca

Dois dias antes de sua morte, perguntaram a Lobato se valeria a pena reconectar a vida, e ele respondeu: "So se for para escrever mais histórias para as crianças".

*SÍTIO DO
PICA-PAU AMARELO - 1997*



*DESPEDIDA
DA
DIREÇÃO
1997*



*DIFERENTES
MOMENTOS*





SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

N.º DO

02.061/GR/2000

DATA DO INÍCIO

20/04/2000

NOME

Universidade Federal Rural de Pernambuco - Gilberto de
Ribeiro

INSCRIÇÃO

LOCAL

Suplência - R. J.

ASSUNTO

Gratificação de UA 1º 10 C AEC "Paulo Dantas Filho" - nome de
Suplência

ANEXOS

E/SURE. H
R. 21/00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA REITORIA

Δ CIA, P1
análise e parecer

11/05/00
[Assinatura]
Luiz Antonio da S. Alves
Chefe de Gabinete
Mat. 836.613-0

Ofício n.º 061/IGR

Seropédica, 20 de abril de 2000.

Senhor Secretário,

Solicito a V.S^a, em caráter de urgência, as providências necessárias visando à criação de Unidade Administrativa para o CAIC Paulo Dacorso Filho, localizado no Município de Seropédica.

Infomo a V.S^a que o mencionado CAIC foi inaugurado em 14 de março de 1993, iniciando suas atividades em 1994, a partir de convênio firmado entre as Universidades Federal Rural do Rio de Janeiro e o Governo do Estado do Rio de Janeiro pelas Secretarias de Estado de Educação e Extraordinária de Programas Especiais em 30/03/94 conforme processo E-03/8134/93. Por motivos que fogem ao nosso conhecimento, até a presente data não possui U.A. própria, fato que vem causando diversos transtornos administrativos e funcionais, tais como:

- impedimento de participar do Programa de Autonomia da Escola;
- funcionários que exercem suas funções no CAIC lotados na UA de Convênio da extinta Agência de Administração Escolar nº 26;
- impossibilidade de pagamento da gratificação instituída pelo Decreto nº 25.959/2000 (Programa Nova Escola), tendo em vista o art. 3º.

Ao Senhor
Dr. LUÍZ ROGÉRIO MAGALHÃES
Secretário Geral do Governo do Estado do Rio de Janeiro

Ressalto que é de grande interesse desta administração a efetiva regularização desta situação com rapidez que o caso requer em face do tempo decorrido.

Certo de que V.S^a sensibilizar-se-á com os problemas ocasionados e que já se prolongam por 6 (seis) anos, subscrevo-me.

Atenciosamente,


José Antônio de Souza Veiga
Reitor

**SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE
DO GOVERNADOR - SEGAB
Coordenadoria Setorial de Desenvolvimento Humano**

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ofício 061/GR - UFRRJ

Data: 20/04/2000 Fls. 04

Rubrica: 

Srra. Secretária de Educação

Solicitamos informar esta Coordenadoria sobre os questionamentos do Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Ofício nº 061/GR, de 20/04/2000, em anexo.

Em, 23 de maio de 2000


**Fernando Peregrino
Coordenador Setorial
de Desenvolvimento Humano**

GAB. DO SECRETÁRIO/ASAD

RECEBIDO em 23/05/2000 141

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ofício n.º: 061/GR

Data: 20/04/2000

fls. ~~04~~ 05

Rubrica: _____

À **Subsecretaria-Adjunta de Planejamento do Sistema Escolar**,
solicitando as providências necessárias junto à **Diretoria Geral de Pessoal**, no sentido
de que seja solucionada a questão de criação de U.A. do **CAIC Paulo Dacorso Filho**.

Em 20/05/2000.

Rogério Fabiano Henrique de Castro
ROGÉRIO FABIANO HENRIQUE DE CASTRO
Chefe de Gabinete

RECEBIDO em 29/05/2000

Assinatura: 290253-4
Supra (sem a matrícula)

OMS/mh

De 073
À Subsecretaria Adjunta de Planejamento do Sistema Escolar, com o objetivo de solicitar a criação de U.A. do CAIC Paulo Dacorso Filho, conforme informado no documento em anexo.

Ass, 29/05/2000
Let 4

SEE - SECRETARIA
ADJUNTA DE PLANEJAMENTO DO ENSINO
RECEBIDO em 29/05/2000
MS

M^{te} MARGARETH DAGREL DE ANDRADE
ASSESSORA
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
MAT. 649.344-7

SERVICO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo n.º	06116R
Data	20, 4, 2000 fls. 6
Rubrica	

à Superintendência de Ensino, solicitando
 esclarecimentos bem como adoção de todas
 as providências que se fizerem necessárias

Em 29.5.2000

Luzia Parreira Dias
 Luzia Parreira Dias
 Subsecretária Adjunta de
 Desenvolvimento do Ensino
 Matr.: 34949-8

em face à Superintendência de Recursos Humanos,
 solicitando de 25.05.2000, fls. 05.

em 31.05.2000

Assum

Assum - João E
 Matr. 23870

Recebido E/SURE. n.
 Em 31/05/2000
Assum

Declaro que a presente declaração
é verdadeira e correta, tendo sido
elaborada em face da verdade
dos fatos.

Em 01/04/2006
Eunice Maria Ferrelta Silva

Eunice Maria Ferrelta Silva
Superintendente de Escolas Escolares
Incl. 133342-1

A DDB, com vistas à Superintendência de
Escolas Escolares, informando que a
conta de prestação de serviços
de manutenção em 01/03/06

de 04 de março de 2006, com o valor de R\$ 1.457,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01/04/2006: 1457

Em 03/04/06
1457
BEIMARIA EMATEL M. COSTA
CPF 5.922.592-7
DIRETORIA DE PAGAMENTO - SEE

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º 01.1626R / 2000

Data 20 / 04 / 2000 fls. 07

Rubrica Uol

A Superintendência de Relações Externas, com a informação da E/DRPE, em 16/10/00 e esclarecidas que esta Diretoria já encaminhou Relação dos servidores que deviam ser movimentados da Unidade Administrativa 18.5650 - (Unidade de Trabalho para a Unidade Administrativa 18.6898 (CAIC Paulo Dacenso Filho) para a Superintendência de Despesa de Pessoal /SARE, que procederá os ajustes no sistema de pagamento.

Em, 08/11/2000.

Recebido E/SURE. R
Em 13/11/2000.
Rosane

Uol
CASSIA PINHEIRO MENDES
Matr. 249.613-1
Diretora Geral
Diretoria Geral de Pessoal/SEE

A Coordenadoria Regional, metropolitana para ciência a unidade setorial de despesa supra

Em, 19/03/2001.
Genivaldo
Mat. 135.342-1

01 02 01
CR 20

At: CPIC Fausto Dantas Filho para o
diretor turma 110101.

E/ER-20 - Km. 12/2010

Ulma Rodrigues
Ulma Rodrigues
Gerente de Ensino
Gestão e Integração
Matr. N.º 248.658-7

U. P. Seropédica.

Recebido em 15/02/2001.

Recampo 243492.8

SERVICO PÚBLICO ESTADUAL

Processo n.º Of.º 06116R/2000

Data 20.04.2000 fls. 08

Rubrica [Signature]

PROCESSO Nº 10316788/2000
Data 4.7.2000
Rubrica



GABINETE CIVIL
ASSESSORIA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS
PUBLICADO EM
03 OUT 2000
DIÁRIO OFICIAL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECRETO Nº 27206 DE 02 DE Outubro DE 2000.

CRIA E DENOMINA A UNIDADE ESCOLAR QUE MENCIONA, SITUADA NO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-03/06788/2000

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação, o Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC PAULO DACORSO FILHO, situado na antiga Estrada Rio-São Paulo, s/nº, município de Seropédica, considerando-se os efeitos do ato de criação a partir de 30.03.04

Art. 2º - Caberá a Secretaria de Estado de Educação adotar as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de Outubro de 2000

ANTHONY CAROTINHO
Governador



URGENTE

NOTIFICAÇÃO 002/2005

Seropédica, 29 de março de 2005

Do: Coordenador de Defesa Civil Municipal.
Ao: CAIC – Paulo Dacorso Filho.
Assunto: Notificação a nível de perigo.

Sr. Diretor(a),

A COMDEC de Seropédica, alerta a V.S.^a, no sentido de segurança devido abrigar aproximadamente 550 crianças em tempo integral a partir de 3 anos de idade.


Este Coordenador baseado na Lei 262, seção V Art. 11 de 03 de fevereiro de 2005, adverte a essa Unidade de Ensino que o mesmo deverá com esta notificação tomar as providências necessárias em *caráter de urgência*. No sentido de proteger a parte elétrica exposta no pátio, verificar os postes que ameaçam a cair, corrigir estrutura em fibra da quadra de esportes pois estão se desprendendo e estrutura em ferro devendo ser restaurada.

Informo ainda a título de colaboração que o estabelecimento deverá cumprir o que estabelece o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP) junto ao Corpo de Bombeiro do Estado do Rio de Janeiro, solicitando ainda uma vistoria técnica do 25º GBM em Paracambi. O não cumprimento desta notificação poderá acarretar vítimas fatais e será de responsabilidade da direção dessa Unidade de Ensino.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,





AGNALDO CERBINO
Coordenador Municipal de Defesa Civil
Mat. 3569



URGENTE

OFÍCIO 063/2005

Seropédica, 29 de Março de 2005

Do: Coordenador de Defesa Civil Municipal.
Ao: CAIC Paulo Dacorso Filho.
Assunto: Interdição.

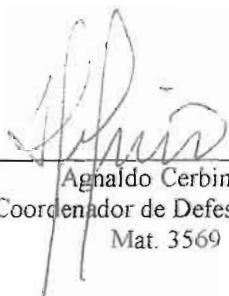
Senhor Diretor(a),

No uso das atribuições que me confere, baseado na Lei 262 Sessão V Art. 11 de 03 de janeiro de 2005, Eu Agnaldo Cerbino Coordenador Municipal de Defesa Civil mat.3569, interdito imediatamente a área da quadra de esportes dessa unidade de ensino até que se cumpra as exigências conforme notificação de n.º 002/2005 desta Coordenadoria.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,




Agnaldo Cerbino
Coordenador de Defesa Civil
Mat. 3569



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

(1º) TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 05/09/2002, ENTRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, COM VISTAS AO PROGRAMA ESTADUAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL / PROMURJ.

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2005 o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Educação, com sede na Rua da Ajuda, nº 05 - Centro, Município do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.498.659/0001-60, representada neste ato por seu Secretário Sr. Cláudio Roberto Mendonça Schiphorst, Identidade n.º 06484547-2 - IFP, data de expedição 07/01/1982, CPF n.º 855.872.657-49, doravante denominado Estado (SEE) e o Município de Seropédica, com sede na Rua Maria Lourenço, nº 18 - Centro, Município de Seropédica, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.604.139/0001-07, aqui designado Município, representado por seu Prefeito Sr. Gedeon de Andrade Antunes, Identidade n.º 03513747-0 IFP, CPF n.º 329.615.537-68, conforme decidido nos Processos E-03/02121/2001, E-03/9721/2005, E-03/000981/2005 e E-03/2623/2005, **CONSIDERANDO** a celebração do supracitado Convênio e do Termo de Cessão de Uso de Bens Imóveis, tendo por objeto ação conjunta visando a operacionalização do Programa Estadual de Municipalização de Educação Infantil e Ensino Fundamental/PROMURJ; **CONSIDERANDO** o estatuído no Parágrafo Segundo do convênio ora aditado afim de realizar a transferência gradual e progressiva dos serviços de prestação educacional; **CONSIDERANDO** que a Cláusula Sétima do Convênio em questão poderá ser prorrogado e/ou modificado mediante Termo Aditivo; assinam o presente Termo Aditivo (1º) ao Convênio celebrado em 05/09/2002, o qual se regerá incondicional e irrestritamente pela Legislação Federal e Estadual pertinentes, especialmente pelo Decreto n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, bem como, no que couber, pelas disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 junho de 1993 e

suas alterações, respeitados, ainda, os preceitos emanados da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, observadas as cláusulas e condições adiante expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa à execução do Programa Estadual de Municipalização da Educação Infantil e Ensino Fundamental/PROMURJ, a fim de assegurar a continuidade da oferta de ensino nas unidades adiante relacionadas e individualizadas nos Anexos, passando neste ato à Rede Municipal de Ensino.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam incluídas no Convênio celebrado em 05/09/2002, as seguintes unidades escolares:

01. CAIC Paulo Dacorso Filho (Anexo X),
02. Colégio Estadual Professor José Albertino dos Santos (Anexo XI),

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PERMANÊNCIA

Permanecem em pleno vigor, como se aqui estivessem transcritas, todas as cláusulas do Convênio de Municipalização, assinados em 05/09/2002, que não tenham sido alteradas, do qual o presente constitui o (1º) Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

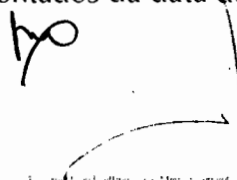
O presente Termo Aditivo vigorará a partir da data de sua assinatura até o dia quatro do mês de setembro do ano de dois mil e doze, resguardando o entendimento discricionário do Estado.

CLÁUSULA QUARTA - DA AUDITORIA

O Estado (SEE) providenciará até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao de sua assinatura, o encaminhamento de cópia autenticada do presente Termo Aditivo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e aos demais órgãos de controle.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em extrato, dentro de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, por conta do Estado (SEE).



CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

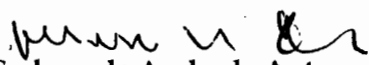
Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Termo Aditivo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e validade, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2005.

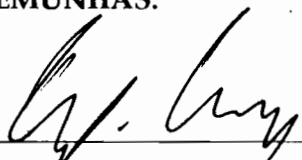
Cláudio Roberto Mendonça Schiphorst

Secretário de Estado de Educação


Gedeon de Andrade Antunes

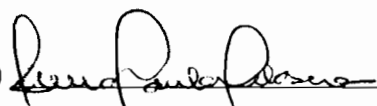
Prefeito do Município de Seropédica

TESTEMUNHAS:

1) 

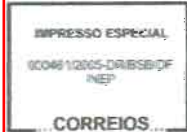
Nome: Carlos Pereira Guimarães Neto

CPF/MF: 0918 3542/36

2) 

Nome: Anna Paula de Souza Veloso

CPF/MF: 007 233317/22



8ª série do Ensino Fundamental

Quantos participaram

	Alunos participantes
Escolas estaduais do Brasil	913.274
Escolas municipais do Brasil	459.577
Escolas estaduais de seu estado	52.853
Escolas municipais de seu estado	59.129
Escolas estaduais de seu município	386
Escolas municipais de seu município	152
Sua escola	



4ª série do Ensino Fundamental

	Alunos participantes
Escolas estaduais do Brasil	614.094
Escolas municipais do Brasil	1.317.405
Escolas estaduais de seu estado	26.993
Escolas municipais de seu estado	129.612
Escolas estaduais de seu município	48
Escolas municipais de seu município	801
Sua escola	57

8ª série do Ensino Fundamental

Indicadores Educacionais* Censo Escolar

4ª série do Ensino Fundamental

	2004			2005							
Aprovação	Brasil	UF	Município	Escola	Brasil	UF	Município	Escola			
Reprovação	76,7	77,5	74,7	12,1	13,4	16,7	4,5	5	86,9	93,6	96,3
Abandono	11,2	9,1	6,6	38,9	45,5	43,5	Média de horas-aula diária				
							Docentes com curso superior				
							Distorção Idade-série				

*Calculados com base apenas nas escolas que participaram da Prova Brasil

4.ª série do Ensino Fundamental

Alunos participantes

772.811

1.535.355

26.711

141.451

270

53

Quantos participaram

Escolas estaduais do Brasil

Escolas municipais do Brasil

Escolas estaduais de seu estado

Escolas municipais de seu estado

Escolas estaduais de seu município

Escolas municipais de seu município

Sua escola

8.ª série do Ensino Fundamental

Alunos participantes

1.246.371

548.589

49.080

59.506

94

170



CAIC PAULO DACORSO FILHO
ESTRADA RIO SAO PAULO S/N
SEROPEDICA
23890000 - SEROPEDICA - RJ

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Indicadores Educacionais - Rede Pública

Anos finais do Ensino Fundamental

Brasil	UF	Município	Escola
84,6	85,4	77,8	88,9
171,40	176,62	176,34	185,67
189,14	192,79	186,37	192,83
4,0	4,1	3,6	4,4

Brasil	UF	Município	Escola
78,2	76,9	76,8	-
228,93	230,22	226,52	-
240,56	238,14	230,79	-
3,5	3,5	3,3	-

Aprovação

Prova Brasil* Língua Portuguesa
Matemática

IDEB

Brasil	UF	Município	Escola
4,4	4,6	4,3	8,0
61,6	49,0	32,5	40,0
24,6	28,1	30,6	18,7

Brasil	UF	Município	Escola
4,5	4,6	4,5	-
83,3	94,7	95,9	-
36,9	44,6	40,7	-

Média de horas-aula diária

Docentes com curso superior

Distorção Idade-série

IMPRESSO ESPECIAL

0004612015-DR-0328/07
INEP

CORREIOS

*Para Brasil e UF, os resultados referem-se ao Saeb.

MEC - Ministério da Educação

Destaques do governo

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educaionais Anísio Teixeira

Resultados e Metas

Dados atualizados em 16/09/2008

IDEBS observados em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal - **SEROPEDICA**

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,2	3,6	3,2	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais	3,5	3,7	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBS observados em 2005, 2007 e Metas para Escola –

CAIC PAULO DACORSO FILHO

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,4	4,4	4,4	4,8	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2	6,5
Anos Finais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar.